



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL DO TRÓPICO ÚMIDO

MESTRADO EM PLANEJAMENTO DO DESENVOLVIMENTO

Eliana Teles Rodrigues

ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: o contexto
ribeirinho em uma ilha da Amazônia

Belém
2006

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL DO TRÓPICO ÚMIDO
MESTRADO EM PLANEJAMENTO DO DESENVOLVIMENTO

Eliana Teles Rodrigues

ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: o contexto
ribeirinho em uma ilha da Amazônia

Dissertação de Mestrado apresentada como requisito
parcial para a obtenção do grau de Mestre em
Planejamento do Desenvolvimento.

Orientador: Prof. Dr. Armin Mathis

Belém
2006

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL DO TRÓPICO ÚMIDO
MESTRADO EM PLANEJAMENTO DO DESENVOLVIMENTO

Eliana Teles Rodrigues

ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: o contexto
ribeirinho em uma ilha da Amazônia

Dissertação apresentada para a obtenção do grau de
Mestre em Planejamento do Desenvolvimento.

Defesa: Belém, 01 de dezembro de 2006

Banca examinadora:

Prof. Dr. Armin Mathis

Orientador, NAEA/UFPA

Prof. Dr^a. Rosa Elizabeth Acevedo Marin

Examinador interno, NAEA/UFPA

Prof. Dr. Prof. Dr. Gilberto de Miranda Rocha

Examinador externo, DEGEO/NUMA/UFPA

Rodrigues, Elias Teles

Organização comunitária e desenvolvimento territorial: o contexto ribeirinho em uma ilha da Amazonia / Eliana Teles Rodrigues ; Orientador Armim Mathis. - 2006.

F.:124. ; 30 cm.

Inclui bibliografias.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. Curso Internacional de Mestrado em Planejamento do desenvolvimento. Belém, 2006.

1. Desenvolvimento de comunicação - Pará. 2. Populações ribeirinhas – Pará – Condições sociais .3. Populações ribeirinhas –Pará – Condições econômicas .4. Desenvolvimento sustentável .I. Título.

CDD 307.14098115

AGRADECIMENTOS

Ao Núcleo de Altos Estudos Amazônicos –NAEA, onde, tive o privilégio de dar continuidade à minha formação. Agradeço especialmente aos professores doutores: Rosa Acevedo, pela valiosa contribuição em todos os momentos, pela dedicação e grande estímulo no constante aprendizado; Professor Maurílio Monteiro, pela consideração e encorajamento nos momentos difíceis e ao Prof. Armin Mathis, meu orientador, cuja paciência para com minhas limitações foi um estímulo. Es hat mich sehr gefreut Sie alles orientador zu haben.

Aos moradores da ilha do Combu, pela acolhida em suas casas e por compartilharem seu conhecimento e pelo carinho com que me receberam em especial à Andréia, Izete, Elza Rosa e Raimundo Brabo.

Aos colegas do NAEA, a valiosa colaboração. Especialmente ao Dion e Roselene Portela, pelos preciosos conselhos e incentivos, em todos os momentos; à Elen e Patrícia Mendes pela ajuda durante a pesquisa de campo; ao Nazareno Araújo a quem devo o apoio na análise dos dados. Agradeço especialmente à Joana Ribeiro, querida amiga, pela inestimável e valiosa ajuda em todas as fases dessa dissertação, pois ela sabe o quanto foi difícil conciliar trabalho e estudo. A ela minha gratidão eterna.

À Myrna Reis, pela valiosa ajuda na aplicação dos questionários. À Andréia e Anderson Carvalho, meus primos e companheiros durante minhas viagens ao Combu e pela imensa ajuda na aplicação dos questionários.

À Alessandra Teles, minha irmã, pela paciência e colaboração e à minha tia Maria Carvalho, por todo o incentivo que me mantiveram firme nas horas mais difíceis de elaboração dessa dissertação.

Ao Albano Gomes pela ajuda na revisão do texto, aos funcionários da biblioteca do Museu Emílio Goeldi, pela disposição em ajudar-me e à Valdise Santos, minha amiga colaboradora constante.

Por fim, a realização desse estudo não seria possível se não tivesse contado com a ajuda de Deus. A Ele sejam creditadas todas as minhas vitórias.

RESUMO

Este trabalho é um estudo de caso sobre comunidades ribeirinhas do estuário amazônico em que se analisam as dinâmicas sócio-espaciais e a organização comunitária da população que reside na ilha do Combu. Trata-se de averiguar a organização espacial e territorialidade das comunidades, ou seja, a produção e reprodução da vida material e econômica buscando nessas experiências aportes que venham servir de referência para outras localidades rurais tendo em vista o debate sobre o desenvolvimento regional. Servem como amostra da pesquisa 54 unidades familiares distribuídas em quatro comunidades: Igarapé Combu, Beira do Rio, Piriquitaquara e Furo do Benedito. Por ser um estudo de natureza interdisciplinar adota a perspectiva sócio-econômica, política e cultural tendo como foco as questões: a) Como as comunidades da ilha do Combu têm se adaptado às interferências exógenas e quais as estratégias de sobrevivência; c) Quais as diferenciações, inter-relação entre os grupos e suas formas de organização e articulação; d) O que gera maior envolvimento comunitário. Os resultados mostram que a desarticulação é um fator desfavorável na organização comunitária o que implica menor possibilidade de se inserirem na sociedade como cidadãos participantes do processo de desenvolvimento e direcionadores de seu destino. A manutenção do ambiente e do bem-estar das comunidades está relacionada a aspectos que levem em conta informação e conhecimento formal, aliado à manutenção de práticas segundo as especificidades locais, pois quanto maior o grau de conhecimento e permanência no local, maior a identificação, valorização e cooperação dos ribeirinhos. A ausência desses aspectos aponta para um baixo grau de desenvolvimento ou para práticas pontuais onde eles são fracamente percebidos. Não obstante as comunidades não serem capazes de sozinhas produzirem dinâmicas que promovam seu bem-estar destaca-se o manejo florestal desenvolvido por aqueles ribeirinhos que tem servido de suporte para um maior incremento na economia uma vez que essa prática potencializa a produção de açaí, principal fonte de renda local favorecendo maior poder de compra às famílias. Isso reforça o argumento de se estabelecerem parcerias entre as instituições e a comunidade local no sentido de promover a sustentabilidade ambiental e social.

Palavras-chave: Populações ribeirinhas. Desenvolvimento territorial. Organização comunitária. Sustentabilidade. Modo de vida.

ABSTRACT

This is a case study about riverine communities in the Amazon estuary. It analyzes the social and spatial dynamics, as well as the community organization of the resident population in Combu Island. The spatial and territorial organization of the communities is investigated through the production and reproduction of the material and economic life, in the search of experiences which can reference other rural communities vis-à-vis the debate on regional development. Fifty-four family units were studied in four communities: Igarapé Combu, Beira do Rio, Piriquitaquara, and Furo do Benedito. For being a nature study to interdisciplinary it adopts the socioeconomic, political and cultural perspective having as focus the question a) How the communities of Combu island have adapted to exogenous interferences and its survival strategies; b) Which differentiation, strategy between the groups and its forms of organization and articulation; c) What generates greater community involvement. Disarticulation is an unfavorable factor in a community organization, implying fewer possibilities for communities to be a part of the society as active citizens in the development process, and in directing their own destinies. Maintaining the environment and the welfare of the population implies information and formal knowledge allied to local specific practices; the higher the degree of knowledge and local permanence, the higher is the identification, valorization, and cooperation among the riverine populations. The absence of such aspects indicates a low degree of development, or isolated practices where such aspects are hardly perceived. Alone, communities are not able to come up with dynamics to promote their welfare, but forest management developed by the riverine populations has served as a base for economic growth. Such practices may enhance açai production – the main local income source – increasing families' purchase power. This reinforces the argument for partnerships between institutions and communities, in order to promote environmental and social sustainability.

Key words: Riverine populations. Territorial development. Community organization. Sustainability. Way of life

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Comparação entre três formas de uso da terra na Amazônia.....	41
Tabela 2: Distribuição do número de cômodos por residências.....	58
Tabela 3: Forma de aquisição dos lotes pelas famílias.....	64
Tabela 4: Madeira de valor comercial.....	67
Tabela 5: Número de filhos por família que deixaram a ilha.....	81
Tabela 6: Fonte de água potável nas comunidades da Ilha do Combu.....	87
Tabela 7: Nível de escolaridade dos chefes de famílias.....	89
Tabela 8: Hábitos alimentares – Frequência semanal.....	90
Tabela 9: Bens de consumo.....	92
Tabela 10: Renda Mensal da Unidade Familiar com atividade extrativista.....	94
Tabela 11 - Produção semanal de açaí - ilha do combu - safra e entressafra – 2005.....	98
Tabela 12: Produtos extrativos no último ano agrícola.....	103
Tabela 13: Associados ou participantes de associação comunitária.....	105

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Carta-imagem da área em estudo	50
Figura 2: Fava do igapó	52
Figura 3: Tipo de igapó presente na ilha do Combu	53
Figura 4: Vegetação predominante à margem do Furo da Paciência e rio Guamá	54
Figura 5: Esquema de área inundável por água doce, em que se observa a várzea baixa, o igapó e a terra firme	55
Figura 6: Carta-imagem georreferenciada dos domicílios existentes no local	57
Figura 7: Localização das comunidades da ilha do Combu	70
Figura 8: Moradia em alvenaria no igarapé do Combu	74
Figura 9: Bijouterias produzidas na cooperativa do igarapé do Combu	75
Figura 10: Banhista passeando no igarapé do Combu	77
Figura 11: Crianças brincando em Piriquitaquara	78
Figura 12: Escola e centro comunitário de Piriquitaquara	82
Figura 13: Residência na Comunidade Beira do Rio	83
Figura 14: Representação esquemática do circuito da produção do açaí	96
Figura 15: Porto da Palha em período de maré seca	100
Figura 16: Porto da Palha em período de maré seca.....	100
Figura 17: Artesã do igarapé Combu trabalhando na fabricação de matapi	109

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Indicativo dos recursos utilizados pelos moradores ao longo do ano	68
Quadro 2: Contratação de mão-de-obra durante o último ano agrícola	101
Quadro 3: Relação das associações pesquisadas	106
Quadro 4: Função e tempo de trabalho do respondente na organização	107

LISTA DE GRÁFICOS

Quadro 1: Concentração de propriedade por hectare	63
Quadro 2: Comparativo da presença de árvores frutíferas nas propriedades	93

LISTA DE SIGLAS

CEMP – Centro de Educação Montessoriana do Pará

Cesupa – Centro de Estudos Superiores do Pará

Celpa – Centrais Elétricas do Pará

Cosanpa – Companhia de Saneamento do Pará

Digep – Divisão de Gestão Patrimonial

Fabel – Faculdade de Belém

Fetagri – Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Pará

Fipam – Curso Internacional de Formação de Especialistas em Desenvolvimento de Áreas Amazônicas

Ibama – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis

Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MOVA – Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos

MPEG – Museu Paraense Emilio Goeldi

ODA – Overseas Development Administration

ONG – Organização Não Governamental

SEGEP – Secretaria Municipal de Coordenação Geral do Planejamento e Gestão

PAE – Plano de Assentamento Extrativista

Pronaf – Programa Nacional de Agricultura Familiar

STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Belém

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

Unama – Universidade da Amazônia

USP – Universidade de São Paulo

WWF – World Wildlife Fund

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1 ORGANIZAÇÕES COMUNITÁRIAS E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL – REFLEXÕES DAS DINÂMICAS SÓCIO-ESPACIAIS	20
1.1 ORGANIZAÇÃO SOCIAL E A VIDA EM COMUNIDADE	24
1.2 DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E MUDANÇA SOCIAL	26
1.3 1 AMBIENTE E MODO DE VIDA	30
1.4 A SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL DA VÁRZEA	34
1.4.1 SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL E A COLONIZAÇÃO.....	36
2 ALGUNS OLHARES ALÓCTONES SOBRE A ILHA DO COMBU	38
2.1 PROJETOS DE INTERVENÇÃO.....	39
3 ILHA DO COMBU: AMBIENTE E COMUNIDADE	49
3.1 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA	49
3.1.1 Quadro natural	51
3.2 POPULAÇÃO	56
3.2.1 Moradias e meios de transporte	57
3.3 SITUAÇÃO FUNDIÁRIA	60
3. 4 USO DA TERRA: DA COLETA TRADICIONAL AOS DIAS ATUAIS	65
3.5 CARACTERIZAÇÃO DAS COMUNIDADES	69
3.5.1 Comunidade do Igarapé Combu	70
3.5.2 Comunidade Piriquitaquara	77
3.5.3 A comunidade Beira do Rio	83
3.5.4 Comunidade do Furo do Benedito	84
4 A MUDANÇA NOS FLUXOS MATERIAIS DAS COMUNIDADES	86
4.1 PADRÃO DE VIDA	86
4.1.1 Tratamento do lixo e abastecimento de água	86
4.1.2 Energia...	88
4.1.3 Escolaridade...	88

4.1.4 Bens de consumo e hábitos alimentares	90
4.2 ECONOMIA DOMÉSTICA DAS UNIDADES PRODUTIVAS.....	93
4.3 CIRCUITO ESPACIAL DA PRODUÇÃO	95
4.4 RELAÇÕES COMUNITÁRIAS E A PARTICIPAÇÃO NAS RELAÇÕES SÓCIO-POLÍTICAS.....	105
4.4.1 O papel da mulher na organização comunitária	108
4.5 QUESTÃO FUNDIÁRIA: UMA NOVA REALIDADE PARA A ILHA DO COMBU	109
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	112
REFERÊNCIAS	117
ANEXOS	126 e 127

INTRODUÇÃO

Os diversos agrupamentos sociais no planeta têm maneira própria de representar, interpretar e agir na natureza, produzindo e organizando seu espaço de vivência. Ao buscarem satisfazer suas necessidades, a atitude primeira diz respeito à produção de meios que permitam satisfazê-las, em seguida o mundo das idéias que construíram dará a forma de vida, diferenciando um grupo social do outro (MARX; ENGELS, 1984). Assim, em cada lugar emergem configurações espaciais, ou seja, estruturas espaciais que são socialmente produzidas, segundo o estilo de vida de cada grupo.

A densidade técnica e informacional dos dias atuais tem proporcionado maior articulação entre os lugares (SANTOS, 1996), possibilitando maior notoriedade às estratégias dessas populações. Assim, alguns grupos procuram se organizar buscando um estilo de vida melhor a partir de um processo de cooperação social, através de interesses e preocupações comuns.

Nessa direção os exemplos enfatizam a importância da comunidade e sua organização social. Autores como Leroy (1997), destacam que no momento em que as comunidades se organizam em prol de seus benefícios, novas mudanças são introduzidas em seu espaço e se tornam capazes de assumir a responsabilidade de seu destino, chegando ao ponto de serem consideradas forças sociais.

No Brasil, a participação popular como prática do desenvolvimento de uma comunidade (DC) tem se tornado de suma importância, visto que nesse processo as populações se identificam com seu espaço de vivência, através de elementos comuns aí presentes, entre os quais se destacam as ações comunitárias que levam à produção da organização social da população (SOUZA, 2000).

No momento em que o espaço rural e o urbano são marcados por transformações mediadas pelo uso da técnica e da ciência (SANTOS, 1996, p. 124), assim como por decisões que estarão de acordo com o uso de cada fração do território, o espaço geográfico ganha novo conteúdo, a partir das ações nele implementadas; e desse modo até quem antes não fazia parte do processo, passa a ser inserido a partir de suas potencialidades. As populações tradicionais nesse contexto, assumem papel relevante, pois o interesse da pesquisa social sobre essas populações pode contribuir para o fortalecimento da identidade sócio-cultural local (SIMONIAN, 2004).

Nesse sentido, objetivou-se examinar o modo de vida da população ribeirinha da ilha do Combu, localizada no estuário amazônico, município de Belém-PA. Buscou-se entender

as tomadas de decisão, assim como formas de pensar e agir no território abordando a natureza sócio-política da população que apresenta características organizacionais diferenciadas quanto à capacidade e ao esforço de se organizar na busca por melhores condições de vida.

Pode-se averiguar a organização e transformações que vêm sendo operadas nas comunidades, a saber: Beira do Rio, Igarapé Combu, Piriquitaquara e Furo do Benedito buscando nessas experiências, aportes que venham servir de referência para outras localidades rurais, tendo em vista o debate sobre o desenvolvimento regional.

O trabalho também se relaciona à área do conhecimento socioambiental e econômico quando se constata a importância do uso racional dos recursos locais, bem como a preservação através do conhecimento tradicional, os quais servem de aporte para o desenvolvimento territorial das populações rurais da Amazônia.

A tentativa de aprofundar o tema desenvolvido no Fipam/NAEA (monografia intitulada “Populações tradicionais e (in)sustentabilidade: um estudo de caso sobre ambiente e comunidade na ilha do Combu-PA”), é uma das razões deste trabalho. No trabalho de monografia, defendido em 2002, evidenciou-se que, embora se tratando de um local com dimensões territoriais reduzidas, é dividido em quatro sublocalidades correspondendo ao que os moradores da ilha chamam de comunidades. As mesmas apresentam marcantes diferenças sociais, organizacionais e econômicas que mereciam aprofundamento.

Nesse sentido, propôs-se um estudo analítico das dinâmicas das comunidades local para através das informações fundamentadas e estruturadas apresentar a possibilidade de entendimento de como se estruturam novas relações sociais no espaço rural local, e de como os atores envolvidos têm praticado a apropriação do território, mediante as transformações econômicas e sociais mais recentes.

Optou-se por um estudo de caso utilizando como métodos a história oral para melhor compreender a cultura ribeirinha a partir de seu ponto de vista, recorrendo-se a depoimentos tomados durante a pesquisa de campo para a monografia do Fipam, pois se trata de depoimentos de pessoas mais antigas do local. Já o uso do questionário, acompanhado do diário de campo foi adotado para a coleta de dados quantitativos. Também foram coletados dados nas secretarias de saúde e de finanças do município de Belém, assim como em bibliotecas públicas e de outras instituições.

O questionário foi elaborado contendo perguntas exploratórias (abertas e fechadas). Seu objetivo foi captar as formas de organização do mundo econômico, social e político dos ribeirinhos.

A fase de coleta de dados foi realizada tanto no período chuvoso, como no período da seca, ou seja, as duas estações típicas do estuário amazônico, iniciando-se, portanto, em setembro de 2005 e terminando em abril de 2006. Isso se fez necessário, tendo em vista que, o modo de vida dos ribeirinhos da ilha do Combu se coaduna com a sazonalidade, isto é, o período da safra e entressafra do açaí, produto relevante da economia desses ribeirinhos. Para isso foram realizadas várias viagens ao local da pesquisa durante as estações da chuva e de secas, o chamado verão e inverno amazônico. Em algumas ocasiões foi possível acompanhar os processos de trabalho, com açaí e cacau, depois de coletado, bem como em casa, o trabalho doméstico, sobretudo o modo de produzir óleo e sabão de andiroba por algumas mulheres das comunidades Piriquitaquara e Furo do Combu. Essas atividades foram registradas em caderno de notas.

A investigação do objeto de estudo buscou se adequar à formação da autora, a saber, a ciência geográfica, a qual tem como objeto de análise o espaço geográfico. Todavia, por ser um trabalho de natureza interdisciplinar, tenta abarcar idéias na Sociologia Política, Antropologia, História e Economia. As populações tradicionais representadas no trabalho pela população ribeirinha, assumem nesse contexto, papel relevante, pois o interesse da pesquisa social sobre essas populações pode contribuir para o fortalecimento da identidade sócio-cultural local (SIMONIAN, 2004).

A importância da interdisciplinaridade, uma característica básica das pesquisas do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), torna-se, no presente período uma exigência, pois a realidade complexa em que a sociedade vive e se defronta, exige uma postura metodológica e técnicas de pesquisa diferentes, sem, contudo rejeitar a abordagem disciplinar convencional (RATTNER, 2006).

Segundo o autor supracitado, a interdisciplinaridade é algo que deve ser construído, e uma opção para articular os conhecimentos científicos e não-científicos que se debruçam sobre os problemas socioambientais, e conforme os argumentos de Borda (1981, p. 61), os problemas sociais contemporâneos mais importantes exigem como explicação, níveis complexos de análise que ultrapassam o âmbito de uma área específica.

Com base nesses postulados fez-se uma tentativa de abarcar as dinâmicas sociais, culturais, ambientais, econômicas e políticas da ilha do Combu.

Para desenvolver a pesquisa, tomaram-se como ponto de partida as seguintes questões: a) como as comunidades da ilha do Combu têm se adaptado às interferências exógenas; b) quais as estratégias de sobrevivência; c) quais as diferenciações, inter-relação

entre os grupos e suas formas de organização e articulação e d) o que gera maior envolvimento comunitário nas comunidades.

O objetivo inicial de tentar compreender o processo de participação, organização entre as comunidades tomou uma dimensão mais abrangente ao se tentar analisar a organização espacial e a territorialidade das comunidades, ou seja, a produção e a reprodução da vida material e econômica, a partir das interferências externas, ao longo das últimas décadas.

Nesta perspectiva, o trabalho se pautou em uma pesquisa quanti-qualitativa, com aplicação de questionário, observações de campo, entrevistas e consultas de base documental para fundamentação histórica. Estes métodos permitiram a construção de um perfil social das comunidades, bem como verificar que entre elas há semelhanças e diferenças no que se refere ao processo de construção e valorização de uma identidade que se quer reconhecida, ainda que esses aspectos sejam pouco visíveis.

O fundamento teórico da pesquisa procura apoio na temática do desenvolvimento e em seus postulados dando ênfase ao território, palco das ações mais visíveis da ação humana na natureza e sua inter-relação.

Não obstante ser o foco da análise, a organização social comunitária e sua base territorial, as hipóteses que nortearam a pesquisa foram: a) que o grau de escolaridade dos moradores (expresso em anos de estudos) e hábitos tradicionais de solidariedade que ainda permanecem, influenciam a vida comunitária, promovendo a participação e a organização social. Essas práticas colocam a comunidade em vantagem diante de tomadas de decisões, levando-a ter mais clareza para diagnosticar causas dos problemas e determinar as ações necessárias para a solução dos mesmos; b) tomadas de decisão que não estejam diretamente relacionadas com a tradição ou realidade local, acabam se tornando desprovidas de sentido para os integrantes da comunidade, isso leva a uma desintegração que se reflete/expressa na falta de participação e conseqüentemente na desarticulação entre comunitários e representantes.

O universo de pesquisa deste trabalho limitou-se a 54 residências do total de 211, escolhidas a partir do levantamento de dados. Adotou-se o critério da amostragem por conveniência, devido à limitação de tempo e recursos. Assim, em todas as comunidades a cada quatro residências uma foi escolhida para compor o total e desse modo, todas as áreas de cada comunidade foram envolvidas na pesquisa.

Foram aplicados 54 questionários com 72 questões semi-estruturadas a cada chefe de família procurando seguir as premissas de Oliveira (1996, p. 15) que constituem as três

etapas da apreensão dos fenômenos sociais no exercício da pesquisa científica, através do “olhar, do ouvir e do escrever”. Em seguida aplicou-se a técnica da entrevista a representante de cada comunidade.

A produção de croquis, assim como mapas e fotografias, também constitui registros visuais, essenciais no trabalho, sendo que os mapas foram retratados, mediante plotagem feita com GPS portátil (Global Position System), com a finalidade de facilitar a visualização dos pontos não bem definidos, como comunidades e portos. Para a coleta de dados foram realizadas viagens durante e aos finais de semana, buscando captar os detalhes do dia-a-dia dos moradores da ilha e iniciou-se em setembro de 2005 com término em abril de 2006.

Após essa introdução o trabalho fica assim dividido: o capítulo 1 faz uma breve análise das dinâmicas sócio-espaciais e do desenvolvimento territorial das populações tradicionais ribeirinhas do estuário, no contexto atual, enfocando a organização comunitária e o modo de vida das mesmas, como pontos relevantes para o desenvolvimento e a sustentabilidade à luz de teorias e argumentos de diversos autores.

O capítulo 2 é um esforço de analisar as interferências exógenas na ilha do Combu através dos projetos de intervenção acadêmicos implementados no local, bem como os resultados desses projetos.

O capítulo 3 descreve o quadro natural e social da área da pesquisa. Trata-se da caracterização geral da área onde a pesquisa foi realizada e de seus habitantes, buscando compreender sua dinâmica sócio-espacial.

O capítulo 4 apresenta uma análise dos dados da pesquisa, os resultados mais relevantes para responder as questões levantadas no problema, tal como a participação comunitária, uma tentativa de analisar a economia daqueles ribeirinhos e as novas perspectivas que se vislumbram através da questão fundiária.

Por fim as considerações finais analisam os principais resultados demonstrados na pesquisa.

1 ORGANIZAÇÕES COMUNITÁRIAS E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL – REFLEXÕES DAS DINÂMICAS SÓCIO-ESPACIAIS

De antemão, há que se explicitar que em cada período histórico existem sociedades produzindo/organizando seu espaço, modelando as paisagens, através de suas relações sociais, políticas e econômicas. Mas essas atuações não ocorrem ao mesmo tempo, elas se dão de modo diferenciado, pois como diz Santos (1978), as variáveis modernas não são todas recebidas ao mesmo tempo, nem no mesmo lugar. E o espaço geográfico, enquanto produto da ação humana torna-se em um só tempo testemunha e veículo da dinâmica transformação do mundo moderno, visto que seus “múltiplos sentidos são vivenciados a cada instante em diferentes lugares do planeta”(HAESBAERT, 2002, p. 81).

Nesse sentido importa verificar como as comunidades da ilha do Combu têm se adaptado às interferências exógenas; quais as estratégias de sobrevivência; quais as diferenciações, inter-relação entre os grupos e suas formas de organização, articulação e o que gera maior envolvimento comunitário nas comunidades.

As dinâmicas e as estratégias de reprodução socioespacial estão relacionadas à ação humana na natureza. Tal ação está centrada no trabalho, princípio formador do ser humano (MOREIRA, 2005), pois é através do trabalho que os seres humanos produzem e organizam seu espaço continuamente. Isto é, são as práticas sociais dos diversos grupos que no espaço produzem, lutam, sonham, vivem e fazem a vida continuar (SANTOS, 1996a). Nesse contexto, novas formas de espaços geográficos se vislumbram proporcionando ao debate sobre a relação homem-natureza e a organização social da presente sociedade capitalista, uma nova roupagem.

As mudanças no espaço global implicam novas formas de ocupação e gestão do território, os espaços locais se reorganizam, dando novas possibilidades de sobrevivência às suas populações. No caso das populações ribeirinhas amazônicas, as estratégias e a organização até recentemente eram inviáveis devido à falta de identidade oficial, pois os chamados caboclos da região eram vistos como "grupo invisível", deixando-os excluídos do processo decisório sobre o desenvolvimento local. Todavia, o movimento de resistência de comunidades, de resistência das culturas, nas lutas políticas, os quais têm marcado os conflitos de territorialidade têm apontado um outro rumo possível a essas populações (MOREIRA, 2005).

No presente estudo, a população estudada corresponde às populações ribeirinhas que habitam a ilha do Combu localizada no estuário amazônico, município de Belém-PA.

Objetivou-se examinar o modo de vida das mesmas, buscando entender as tomadas de decisão, assim como formas de pensar e agir no território, abordando a natureza sócio-política da população que apresenta características organizacionais diferenciadas, quanto à capacidade e esforço na busca por melhores condições de vida.

Se em um sentido genérico o termo ribeirinho designa a população que vive às margens dos rios, essa referência geográfica torna-se categoria política quando o morador se define como tal, assumindo uma posição no mundo natural (ALMEIDA, 2006, p. 61). Essa politização proporciona maior visibilidade às suas ações quando nas reivindicações por seus anseios (LIMA, 2004).

Mas definir a identidade de uma população ribeirinha é algo complexo nos dias atuais, pois se trata de um grupo humano inserido em uma economia capitalista hegemônica que ora os torna proletários, assalariados, agricultores, pescadores, entre outros, cujo modo de vida, os insere no grupo das populações tradicionais¹.

Desde o período colonial brasileiro, as populações tradicionais mantêm o modo de produção, e bases econômicas, coexistindo com outras formas dominantes, tendo sobrevivido até aos dias atuais adaptando-se às condições sociais vigentes (DIEGUES, 1996). Esse modo de produção é denominado de “pequena produção mercantil” em que a mão-de-obra familiar tem grande importância na sustentação do trabalho (FORLINE; FURTADO, 2002, p. 215).

Assim, embora esteja inserida no grupo das populações tradicionais (DIEGUES, 2001), definir a identidade de população ribeirinha, elabora-se hoje, em um contexto diferente daquele que os caracterizou como população tradicional. Segundo Almeida (2006), quando uma pessoa se autodenomina como ribeirinha, em princípio ela define sua posição no mundo natural, ou seja, o morador da margem de rio. No entanto quando assim o faz este indivíduo está politizando a natureza e denota uma consciência ambiental que antecede a referência à moradia, nesse sentido, a definição é um ato político que estabelece novas formas de solidariedade (ALMEIDA, 2006, p. 63).

Para Ripper (2005), atualmente, embora não seja uma regra geral, a configuração da identidade ribeirinha se dá através da diferença entre as diversas culturas e da forma desigual com que se apropriam de outros elementos, em outras sociedades, dentre as quais se destacam as sociedades urbanas, cujo modo de vida difere daquele vigente entre a população

¹ Segundo a definição dada por Diegues (1994), o grupo das populações tradicionais compreende os diversos tipos regionais brasileiros, tais como açorianos, babuçeiros, caboclos/ribeirinhos, caçaras, caipiras/sitiantes, campeiros (pastoreio), jangadeiros, pantaneiros, pescadores artesanais, praieiros, sertanejos/vaqueiros, varzeiros e os quilombolas.

ribeirinha. Nessa direção, Claval (1987) afirma que as condições que criaram modos de ser diferente, em relação aos rurais e citadinos mudaram, graças ao avanço das técnicas e da comunicação que os têm aproximado geográfica e culturalmente. Mas importa dizer que se cria uma combinação e transformação no modo de vida ribeirinho, segundo as especificidades locais. O que torna possível falar em uma hibridização no modo de vida e no cotidiano desse grupo humano (RIPPER, 2005).

Geograficamente, Belém e a ilha do Combu estão muito próximas, separadas apenas pela baía de Guajará, cuja travessia tem duração de apenas 15 minutos. A proximidade em alguns pontos da ilha é tão grande que dali pode-se ver parte dos bairros Jurunas, Guamá e Condor, assim como os edifícios imponentes da área central da cidade. Então o que define ser população ribeirinha? O esforço para responder estes questionamentos está pautado na questão da identidade.

Sabe-se que cada local possui características específicas que lhes dá sua feição fazendo emergir paisagens diferenciadas, cuja aparência é resultante do jogo de forças externa e interna, da sociedade que o habita, pois é ela quem determina a construção da identidade do lugar. Para Castells (1999) é pela diferença que a identidade se constrói, pois é ela que opõe simbolicamente um grupo humano e outro.

Nesse sentido, ainda que haja grande proximidade física entre a ilha do Combu e a cidade de Belém, o que leva um grupo ser caracterizado como ribeirinho e o outro como citadino ou urbano, separando-os mutuamente é muito mais a maneira como cada grupo se identifica com seu ambiente. Os habitantes da ilha do Combu se identificam como ribeirinhos na medida em que admitem essa designação, pois quando questionados é assim que se auto-definem.

No atual momento em que se questiona o modelo econômico e a crise ambiental do planeta, as populações tradicionais têm sido estudadas sob diversos aspectos e o mais enfatizado tem sido o conhecimento ecológico, através do qual se procura dar ao modo de vida dessas populações, um caráter ecologicamente correto. Paradoxalmente, em tempos anteriores, esse modo de vida era considerado obstáculo nas agendas de desenvolvimento por não se adequar ao modelo preconizado que visava o crescimento econômico, sendo tal modo de vida motivo de atraso, fruto da preguiça ou de uma índole contrária ao empreendimento (LIMA, 2004).

Mas se o modo de vida essencialmente ligado ao ambiente tornou essas populações visíveis colocando-as no centro das discussões políticas (LIMA, 2004, p. 57), por outro lado, trouxe à tona o perigo quanto a sua inserção na sociedade, pois uma vez esgotado o

conhecimento milenar que elas evocam, não teriam mais valor para a sociedade, ficando mais uma vez esquecidos (FORLINE; FURTADO, 2002).

Nessa mesma direção, Simonian (1999) diz que é um erro generalizá-las (as populações tradicionais) caracteristicamente com um tipo de vida não predatório, pois em várias situações elas têm sido envolvidas em denúncias sobre devastação dos recursos naturais da região. Todavia, isso se deve muitas vezes, em consequência da política implantada na Amazônia ao longo das últimas décadas e que na maioria dos casos só levaram a um empobrecimento dessas populações. Então nos argumentos a favor das mesmas, um critério essencial, deve ser lembrado, qual seja, a reivindicação dos seus direitos como cidadãos (FORLINE; FURTADO, 2002. p. 220).

Visando atender a subjetividade capitalista, a globalização econômica, enquanto canal de materialização da subjetividade capitalista diluiu as fronteiras entre os lugares (HAESBAERT, 2002, p. 14), tornando os espaços global e local inter-relacionados e/ou interdependentes, através das redes técnicas, criadas para essa função. Mas contrariando o discurso em torno do ideário da homogeneização dos lugares, emerge a possibilidade do lugar tornar-se o *locus* da esperança, pois é nele que “a tribo, enquanto união de homens por suas semelhanças descobre que não é e nem pode estar isolada” (SANTOS, 1996c, p. 36).

Por outro lado, e diante da imposição dessa ordem, surge a possibilidade de se produzir uma nova forma de ordem territorial, a saber, os territórios alternativos, tendo em vista a dimensão simbólica e político-disciplinar do espaço (HAESBAERT, 2002). Essa possibilidade se verifica através da resistência e permanência do modo de vida tradicionalmente herdado de grupos minoritários, entre os quais ribeirinhos, quilombolas, grupos indígenas, entre outros.

Mas evoca-se o modo de vida dessas populações não para que se tenha em mente a idéia idílica e romântica, qual seja a de um grupo humano sobrevivendo harmoniosamente com a natureza e dela extraindo tão somente o necessário à sua sobrevivência. Trata-se de reconhecer que são seres humanos em busca de sua sobrevivência cujos anseios e aspirações nem sempre são reconhecidas ou consideradas pela sociedade onde estão inseridas e que suas culturas tal como das sociedades urbanas sofrem alterações e estão sempre em um fluxo contínuo e dinâmico (FORLINE; FURTADO, 2002).

Nesse sentido pensar e orientar políticas públicas voltadas a sustentabilidade ambiental e socioeconômica dessas populações, no sentido de implementar o manejo de recursos naturais, reduzir a pobreza e garantir a equidade social torna-se um grande desafio. Isso porque vai ao sentido contrário de políticas cujas aspirações desenvolvimentistas dão

primazia ao crescimento econômico, e ao imediatismo quanto aos resultados das ações implementadas (LIMA, 2004).

Bem ao contrário do imediatismo econômico, é possível dizer que o espaço de produção comunitária ribeirinha se desenvolve a partir de um sistema de ações que se caracteriza pelo predomínio de um tempo lento (SANTOS, 1996c), responsável pelo reconhecimento das vivências, sociabilidades, identidades e resistências dessas e/ou outras populações tradicionais.

Portanto, a busca da compreensão do desenvolvimento sócio-espacial dessas populações, só pode ser alcançada através da análise das dimensões econômica, social e espacial e nas suas relações com o meio onde estão inseridas, pois desse modo, dar-se-á ênfase a sua própria particularidade e a sua relação com as dimensões espaciais regional, nacional e global (HAESBAERT, 2002). Desse modo o lugar está no mundo e o mundo está no lugar quando este último "é ao mesmo tempo, objeto de uma razão global e de uma razão local, convivendo dialeticamente" (SANTOS, 1996b, p. 152 e 273).

Nesse sentido, analisar as relações econômicas, políticas, sociais e suas práticas na escala local, é na realidade pensar o espaço enquanto uma totalidade na qual se passam as relações cotidianas e se estabelecem as redes sociais com outras escalas geográficas (SANTOS, 1996b)

1.5 ORGANIZAÇÃO SOCIAL E A VIDA EM COMUNIDADE

Nas últimas décadas do século XX e início deste, tem sido maior a freqüência sobre estudos da sociedade, especificamente a sociedade civil. Deve-se o debate, principalmente, ao surgimento dos movimentos sociais em diversos âmbitos, que se intensificaram principalmente com o avanço no processo de globalização e da hegemonização do modo capitalista de produção, os quais têm produzido diferenciações espaciais, sociais e ambientais.

Diante desse contexto, surgem diversos tipos de relacionamentos e organizações aos quais os indivíduos recorrem em busca de sobrevivência e ascensão social, dando forma a um tipo de relacionamento que autores como Putnam (1996), Abramovay (2000), dentre outros, chamam de capital social.

Para analisar as dinâmicas sócio-espaciais da população da ilha do Combu, é necessário compreender como se organizam entre si e o meio, e as implicações das interferências exógenas ao local. Nesse sentido, será feito um breve comentário sobre o

sentido da organização e da relação social comunitária no Combu, as quais junto às categorias lugar e modo de vida constituem instrumentos de verificação nesse trabalho.

Segundo Blau e Scott (1970), o termo organização social está diretamente relacionado às maneiras da conduta humana organizada socialmente. O caráter social a elas conferido deve-se muito mais às regularidades observadas no comportamento das pessoas do que às características fisiológicas ou psicológicas do indivíduo. O ponto central da organização, dizem os autores, é definido pela formação de redes de relações sociais entre indivíduos e grupos, os quais também definem as estruturas de posição. Mas para formarem um todo, necessita-se de um sistema de crença e orientações compartilhadas que os oriente (BLAU; SCOTT, 1970, p. 15-16).

No que concerne à organização comunitária é válido ressaltar os argumentos de Ammann (1997), que vê nesse processo a oportunidade para a comunidade assumir papel relevante, sobretudo, quando a meta é o desenvolvimento. Desse modo, cada grupo social tem a chance de participar não somente do planejamento, mas da realização de programas que visem à melhoria de seu padrão de vida.

Para Max Weber (1991), a relação social está vinculada a uma reciprocidade entre um sentido referido e os agentes que se orientam por essa referência. Isto é, quando em virtude de um sentimento comum as pessoas começam a orientar seu comportamento pelo das outras, nasce entre elas uma relação social.

Essa mesma relação denomina-se “relação comunitária quando e na medida em que a atitude na ação social, repousa no sentimento subjetivo dos participantes de pertencer ao mesmo grupo” (WEBER, 1991, p. 25). Mas este sentimento de pertença não quer dizer viver em uma *Gemeinschaft* (vida comunitária), isolada ou fechada, em completa harmonia, pois isto seria incorrer no imobilismo social, já que no período atual os lugares estão inter-relacionados.

Para Max Weber, o fato de pessoas pertencerem ao mesmo grupo não as caracteriza como comunidade, ou grupo homogêneo, pois o sentido de comunidade é construído e tal não se faz sem que haja conflito. Considerando que até as mais íntimas relações comunitárias são marcadas por diferenças e pressões das pessoas, elas não podem por esse viés serem caracterizadas como homogêneas ou harmônicas.

Ao contrário, segundo a concepção weberiana, o sentimento de comunidade surge no momento em que os participantes conscientizam-se da existência de contraste entre eles e terceiros, mas para isso é necessário que os participantes tenham uma linguagem comum. É em acordo com a concepção weberiana que se emprega aqui o termo comunidade, no intuito de identificar a forma como se organizam as famílias na ilha do Combu.

1.6 DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E MUDANÇA SOCIAL

Ao iniciar uma discussão sobre território é necessário lembrar o que Milton Santos defendia em seus trabalhos sobre o tema, que se o território é o dado essencial da condição da vida cotidiana, não se pode falar em desenvolvimento sem considerar o bem-estar da população envolvida.

O surgimento do conceito de território remonta às últimas décadas do século XIX, com base nas formulações do alemão e prussiano, Friedrich Ratzel. Ratzel dividiu a geografia em três campos de análise: a geografia física, a biogeografia e a antropogeografia, esta última, a geografia do homem, cujos fundamentos da análise, compreendem a relação homem-natureza (MORAES, 1990).

Segundo Moraes (1990), a compreensão espacial de Ratzel, no estudo da antropogeografia se apoiava em dois conceitos fundamentais: território e espaço vital. O território seria “uma determinada porção da superfície terrestre apropriada por um grupo humano” enquanto que o espaço vital revelaria a “necessidade territorial de uma sociedade tendo em vista seu equipamento tecnológico, seu efetivo demográfico e seus recursos naturais disponíveis” (MORAES, 1990, p. 23).

Entende-se a partir dessas formulações que, para cada grupo humano haveria a necessidade de adquirir um território dotado de recursos para suprir as necessidades de sua população, a partir das técnicas existentes. A formulação ratzeliana indica que a propriedade de determinado espaço – portanto, território – supõe a sua defesa e, conseqüentemente, a conquista de novos territórios. Desse modo, a propriedade e a luta são colocadas como elementos comuns da história.

Em que pesem todas as críticas à concepção ratzeliana de espaço vital ela é tratada nesse trabalho como referencial para a concepção de território dos ribeirinhos analisados neste trabalho, pois se entende que nos dias atuais a discussão se faz presente em discursos que tratam da ocupação sobre o direito ao lugar de moradia. Desse modo, o reconhecimento do direito ao espaço de moradia é uma necessidade que pode dar ao ribeirinho uma valorização enquanto cidadão e identificação social e comprometimento.

Nesse sentido, a referência aqui ao espaço vital é muito mais que uma concepção determinista, ou seja, a ocupação do solo determinando a vida humana. Trata-se de entender o território como recurso básico para a sobrevivência humana com um sentido mais múltiplo e relacional a partir da diversidade e dinâmica temporal do mundo (HAESBAERT, 2004).

Para Claval (1999), as relações que os grupos humanos mantêm com o seu meio não são somente materiais, são também de ordem simbólica, pois concebem seu ambiente como a um espelho que ao refletir sua imagem os ajuda a tomar consciência daquilo que eles partilham (1999, p. 11). De acordo com esses argumentos, o território remete ao sentimento de pertencimento e à noção de lugar; ao local das práticas cotidianas, da luta pela sobrevivência, do afeto, mas em constante relação com outros espaços, em especial o urbano.

Por outro lado, Marc Augé (1994) argumenta que o lugar não aparece de forma pura, visto que sendo dotados de três características básicas, quais sejam: identidade, relação e história, ele conjuga-se com outros espaços não-identitários, não-relacionais e não-históricos configurando assim, os “não-lugares” (AUGÉ, 1994), sobretudo no atual contexto diante da dinâmica e intensidade de fluxos e informações que coloca os lugares interrelacionados.

Para Haesbaert (2002), no entanto, a idéia de "não-lugares" deve ser reconsiderada, pois entende que os lugares não estão simplesmente perdendo sua identidade, suas relações e história tradicionalmente construída. Ao contrário, o que ocorre é que, "tal como em relação à territorialidade, cada vez mais múltipla, eles [os lugares] muitas vezes estão se redefinindo pela multiplicidade de identidades, relações e histórias que passam a incorporar" (HAESBAERT, 2002, p. 139).

Pode-se inferir desses argumentos que a dinâmica sócio-espacial torna os lugares interdependentes fazendo com que em cada escala, seja ela geográfica ou econômica, configure uma forma híbrida que se redefine a cada circunstância. Nesse sentido, para o território das populações ribeirinhas relacionado a outros espaços através dos fluxos informacionais e/ou comerciais, torna-se cada vez mais necessária à compreensão dos efeitos dessas relações na vida das populações.

Portanto, contrariando argumentos sobre o fim do território (AUGÉ, 1994; CASTELLS, 1999), tenha essa categoria um caráter político, antropológico ou sociológico, o que se vê, na realidade, é a presença de múltiplos territórios que se interrelacionam, fazendo emergir situações complexas em que numa mesma unidade geográfica convivem a mobilidade, a fluidez e os desenraizamentos (HAESBAERT, 2004).

A noção de desenvolvimento abarca diversos sentidos e depende dos interesses em jogo. A proposta aqui diz respeito ao modo de vida de quem o evoca ou defende. E nesse sentido, vale ressaltar o argumento de Giddens (1996), de que as sociedades organizam suas percepções e é desse modo que se reproduzem e continuam suas existências. Portanto, falar em desenvolvimento é defender um modo de vida específico.

No âmbito da relação sociedade-natureza, sabe-se que esta última constitui elemento fundamental na construção do espaço geográfico, pois é ela quem fornece os elementos necessários à sobrevivência humana e presta funções vitais para os seres vivos. Definida socialmente, ela é sujeita à mudança, pois além de ter a função de fonte de recursos, é também absorvente de resíduos e emissões (MATHIS, 2001). Desse modo para podermos definir a necessidade e os rumos dessa mudança, é imprescindível um conhecimento mais detalhado sobre a maneira como se estabelece essa relação.

Segundo Mathis (2001, p. 3), uma política de desenvolvimento regional para ser eficaz, tem que intervir ao mesmo tempo nas dimensões ambiental, econômica, social e institucional. Sob esse prisma, pensar o desenvolvimento de uma sociedade requer antes de tudo levar em consideração o contexto em que ela está inserida desprendendo-se de práticas tradicionais que procuram dar maior ênfase ao fator econômico. E a Amazônia enquanto região deve ser entendida à luz desse aspecto.

Para Amartya Sen (2000), o desenvolvimento está diretamente ligado à liberdade, pois ela amplia as atividades livremente escolhidas e valorizadas pelo sujeito. Portanto, o desenvolvimento resulta de um projeto de transformação social que implica no bem-estar da sociedade.

As visões que identificam desenvolvimento com crescimento do PIB, da renda *per capita*, industrialização, avanço tecnológico - visões que geralmente são levadas em consideração nas tomadas de decisão -, contrastam com a tese de Sen. Em que pese a importância desses indicadores, o autor supracitado assinala que existem outros conteúdos de caráter mais social, que podem orientar melhor as tomadas de decisão quanto às dificuldades de desenvolvimento, entre os quais se destacam a saúde, a educação e os direitos civis (2000, p. 51).

O crescimento econômico, sem dúvida, procura combater a pobreza, mas de acordo com os argumentos de Amartya Sen, a pobreza não é causa única de uma má distribuição de renda, mas é também causada pela restrição de oportunidades. Portanto, a liberdade é causa eficaz na geração rápida de mudança e as diversas instituições sociais contribuem para esse processo quando por meio de seus efeitos aumentam e sustentam a liberdade individual (SEN, 2000). Nesse sentido, a integração entre as instituições, formação de valores e evolução da ética profissional, fazem parte desse processo.

Para Souza (2000), desenvolvimento é um processo em contínuo caminhar, que leva a humanidade a idas e voltas, repetida vezes. E no contexto atual, diante de mudanças paradigmáticas que afetam as relações sociais em vários níveis, ele abre espaço para desafios

e possibilidades sociais à espera de serem desvendados, dos quais depende a capacidade do ser humano de se adaptar às mudanças (2000, p. 57).

Então à medida em surgem possibilidades ou alternativas, abre-se também espaço para a subjetividade dos indivíduos. E quando essas possibilidades estão aliadas às tradições e ao modo essencial de ser desses indivíduos, podem tornar-se úteis diante de tomadas de decisões (FERREIRA, 2005).

Em se tratando de grupos comunitários, os argumentos de Florestan Fernandes (1979) fundamentam a hipótese de que a *cooperação* entre esses grupos pode ser o principal fator do desenvolvimento. Isto se manifesta por dois motivos, nas palavras de Fernandes (1979, p. 335):

Primeiro, ela é requisito básico de qualquer atividade de grupo socialmente organizado, mesmo em situações conflituosas, pois nessas ocasiões, depende-se de formas cooperativas para resolver os problemas. Segundo, no desenvolvimento dos sistemas sociais globais, são os progressos na área de cooperação que contam, pois eles traduzem o aumento do grau de controle seguido pelo homem sobre as condições materiais, sociais e morais da vida.

Infere-se nesses argumentos que o contexto determinante da mudança social é a organização da sociedade, pois ela torna-se o principal foco do dinamismo na mudança social. Contudo, segundo Fernandes, a mudança traz em seu bojo elementos que não se resumem unicamente ao nível ou estilo de vida, mas à organização da vida, e que no caso brasileiro, configurou um padrão que foi absorvido pela classe dirigente (1979, p. 41).

As contribuições de Bourdieu (1989) para o entendimento do processo de mudança na sociedade são fundamentais, visto que analisam a mudança através dos atores sociais. Para Bourdieu, a sociedade não é homogênea, existem campos, regras, estruturas que fazem as ações dos indivíduos estarem limitadas dentro dessa lógica. Daí a importância dos grupos sociais criarem organizações representativas, pois ocorre o desapossamento dos meios de produção pelo constante aumento de autonomia por parte dos membros da classe dominante. Montada tais organizações devem se inserir no jogo político, não apenas para jogarem, como também para obterem vantagens materiais e/ou simbólicas (BORDIEU, 1989).

Não obstante os obstáculos pelos quais tem passado a sociedade brasileira, a mudança é também notada entre as populações rurais. E nesse âmbito, dado o contexto atual, suas estratégias de reprodução têm um caráter cada vez mais grupal e coletivo. Isto se percebe através dos movimentos sociais, da diversificação na produção agrícola, do associativismo, da agroindustrialização em pequena escala, na valorização de oportunidades, entre outros

(FERREIRA, 2002). A nova forma de pensar o espaço rural tem permitido pensar novas territorialidades, que desempenham papel relevante sobre a questão do desenvolvimento. Para autores como Abramovay (2000) e Ferreira (2002), há nesse processo uma acumulação de capital social.

Em que pesem as contradições e as discussões em torno da noção de capital social, Abramovay (2000), apoiado nas concepções de Robert Putnam (1996), assinala que essa noção está relacionada ao grau de empoderamento de uma sociedade ou comunidade, à aquisição de recursos, e/ou a um bem público. Abramovay considera que há convergência entre os pressupostos da noção de capital social e as premissas que regem a noção de desenvolvimento territorial.

Para Becker (1993), diante do atual contexto em que a inovação tecnológica medeia a nova relação sociedade-natureza, surge uma nova forma de produzir redefinindo a dinâmica político-social e organizacional do espaço em suas várias dimensões. Sob essa lógica, o desenvolvimento sustentável torna-se a um só tempo expressão e instrumento da reestruturação global (portanto, um instrumento político), cujas propostas demonstram novas formas de produzir e gerir o território, ordenando a instabilidade do espaço global, oriunda de rápidas e profundas mudanças que ora se vivenciam (BECKER, 1993).

Para isso é necessário “identificar desvantagens e trunfos nas diferentes escalas geográficas, uma vez que essa proposta tem o desafio de equacionar o acelerado desenvolvimento material, com justiça social e qualidade ambiental” (BECKER, 1993, p. 57). A análise da dinâmica sócio-espacial de grupos ribeirinhos é uma forma de conhecer outras possibilidades de desenvolvimento envolvendo a população rural da Amazônia.

1.7 AMBIENTE E MODO DE VIDA

O padrão de ocupação existente na Amazônia rural brasileira, ao longo do processo histórico, acompanhou a diversidade de recursos que o ambiente lhes oferecia: caça, pesca, coleta de frutos e pequenas produções agrícolas. Essa diversidade de recursos levou a população a ocupar principalmente as margens de rios e igarapés e, posteriormente, o interior do território (TRINDADE; ROCHA, 2002).

A população objeto de estudo neste trabalho ocupa a área denominada várzea o estuário paraense. Segundo Lima, Tourinho e Costa (2001, p. 37), as áreas inundáveis da Amazônia brasileira até ao baixo curso dos rios e seus afluentes, “onde as marés revertem a

correnteza dos rios e comandam o regime de inundação”, são denominadas várzeas flúvio-marinhas², um ambiente ambiente rico em diversidade biológica e morfológica.

Desde os últimos três séculos, esse ecossistema tem sido ocupado por populações caboclas, originárias predominantemente da mestiçagem entre índios destribalizados, europeus, e em menor número, descendentes de escravos africanos (ADAMS, MURRIETA; SANCHES, 2006; BEZERRA NETO, 2001). Essas populações cristalizaram sistemas de exploração dos recursos naturais caracterizados como manejo e manipulação complexos da paisagem, pois combinam várias atividades de subsistência como pesca, caça, agricultura e coleta de acordo com hábitos e padrões culturais que se adequaram aos diversos ecossistemas da região, a saber: várzea, igapó e terra-firme (WAGLEY 1988; MORAN, 1990).

Com efeito, o padrão cultural dos autóctones amazônidas diversificou-se a partir da influência do contato interétnico e posteriormente, acrescentando nessa formação, outros ‘tipos brasileiros’, particularmente o migrante nordestino, a partir do período áureo da borracha. Essa padronização cultural deu origem a uma cultura *cabocla* com características próprias para a Amazônia que, contudo, não está separada de outros grupos em outras regiões do país (DIEGUES, 2001).

Reconhecido como um dos tipos regionais brasileiro, a representatividade do caboclo³ ribeirinho, enquanto categoria social revela a própria história da Amazônia e sua estrutura de classes sociais. Nesse contexto, ele se insere caracterizado pela marginalidade e pela dominação, estado a que a maioria está submetida (SILVA, 1996), ou sob a visão caricatural de um ser passivo não passando de mero objeto da floresta (NUGENT, 1993).

Em que pese a visão deturpada e preconceituosa com que os europeus tratavam os nativos da região, sua chegada trouxe contribuições ao modo de vida da população autóctone, assim como também contribuiu a cultura africana. O indígena apreendeu hábitos e padrões culturais que se adequaram aos ecossistemas de várzea, igapó e terra firme e assim, constituiu a base da cultura cabocla amazônica (WAGLEY, 1988).

Nesse sentido, diferentes formas espaciais serão percebidas na região, as quais determinaram um modo de vida tipicamente tropical denotando diferentes tipos de exploração a partir do imaginário que essas populações conferem ao meio ambiente. Dessa relação homem-natureza resultou diferentes atividades de subsistência como caça, pesca,

² Lima, Tourinho e Costa (2001, p. 35) denominam quatro categorias de várzeas flúvio-marinhas na Amazônia brasileira: a do Estuário do Rio Pará, do Estuário do Rio Amazonas, da Planície Litorânea Amapaense e Nordeste Paraense e Pré-Amazônia Maranhense.

³ Ainda que existam divergências etmológicas, a conceituação mais provável de “caboclo” é a que deriva do tupi *caa-boc*, que quer dizer “o que vem da floresta,” constituindo-se no período colonial amazônico (COSTA; PEREIRA, 1975 apud LIMA, 1999, p. 09.)

extração de recursos florestais, cultivo de mandioca (*Manihot utilíssima*) que permitem a sustentabilidade socioeconômica em diferentes momentos históricos.

Esse tipo de relação homem-natureza, diz respeito ao gênero de vida⁴, noção que permite compreender a relação utilização do solo-formas de ocupação, das paisagens, isto é, as paisagens humanizadas. Segundo Moreira (2005, p. 99), foi sob a forma de um gênero de vida simples ou complexos (aqueles que se entrecruzaram e se integraram uns com outros) que a humanidade viveu e organizou o ecúmeno terrestre até o advento das sociedades técnicas modernas.

Milton Santos, ao analisar a história da relação sociedade-natureza, divide-a em três momentos: o meio natural, o meio técnico e o meio técnico-científico-informacional. De acordo com Moreira (2005), o meio natural corresponderia aos gêneros de vida simples, o meio técnico corresponderia às sociedades da primeira e segunda revolução industrial e, portanto, situando-se além dos gêneros de vida complexos. O meio técnico científico-informacional expressa a lógica atual do mercado que organiza e conduz a relação da técnica com os espaços que nascem do emprego e do uso dessa lógica.

Todavia, contrariando essa lógica os gêneros de vida do passado que sobrevivem em diferentes regiões do planeta são muito mais fruto de uma resistência formando um híbrido entre a lógica dos espaços externos e a lógica dos espaços locais. É o caso da ilha do Combu.

Os gêneros de vida determinam o modo de vida tal se percebe na definição dada por Marx e Engels (1991) em *A ideologia alemã*. Assim, eles definem o termo:

[...] O modo pelo qual os homens produzem seus meios de vida depende, antes de tudo, da natureza dos meios de vida já encontrados e que tem de produzir. Não se deve considerar tal modo de produção de um único ponto de vista, a saber: a reprodução da existência física dos indivíduos. É muito mais, uma determinada forma de atividade dos indivíduos, de manifestarem suas vida, determinado **modo de vida** dos mesmos, pois tal como os indivíduos manifestam sua vida, assim são eles (MARX; ENGELS, 1991, p. 27, grifo nosso).

Nota-se que há similaridade entre os conceitos de *gênero de vida* e *modo de vida*, todavia, os gêneros de vida num sentido geral dizem respeito a um conjunto de técnicas humanas criadas para agir na natureza. Desse modo, as atividades de plantar, pescar, caçar, coletar frutos dentre outras, correspondem ao gênero de vida que determinaram o modo de

⁴ La Blache (1954) criou o termo gênero de vida para designar o conjunto de técnicas e costumes, construído e passado socialmente. Desenvolvidos por grupos humanos heterogêneos, o gênero de vida exprimiria a relação entre a população e o meio físico.

vida característico das populações tradicionais, as quais cristalizaram e generalizaram essas formas de vida em acordo com as condições ambientais.

Depreende-se desses argumentos que as condições socioeconômicas, dos habitantes do Combu, resultam da ligação/relação aos gêneros de vida, que se mantiveram ao longo da ocupação na ilha, integrando-os ao mercado local. E nos últimos anos, também com o mercado nacional e até mesmo global, através dos produtos comercializados, principalmente o açaí e o cacau. Portanto, a noção gênero de vida possibilita a análise da vida social em seu desenvolvimento concreto, nos lugares onde se organiza e com os ritmos que lhes são próprios, assim como permite igualmente mostrar a multiplicidade de relações sociais e da sociedade com a natureza.

Sorre (1991), principal estudioso do conceito de gênero de vida, já lembrava que um gênero de vida se modifica, em decorrência principalmente do processo de urbanização, e desse modo, necessita-se de novas formas de compreensão, pois a sociedade atual está em constante movimento tornando insuficiente a compreensão das dinâmicas sócio-espaciais.

Mas ao invés de desaparecerem (tal como imaginava, Max Sorre), os gêneros de vida “sobreviventes” emergem diante da nova forma de produzir da sociedade capitalista contemporânea. A análise pode ser feita à luz do conceito de sociabilidade definido por Lukács, o qual em sua essência se aproxima dos conceitos geográficos de gênero de vida e de meio técnico (MOREIRA, 2005, p. 101). Lukács antevê uma nova forma para o metabolismo do trabalho na nova relação sociedade e natureza, a qual, segundo Moreira tem por base a engenharia genética e o novo modelo de acumulação apoiado na financeirização, o que afeta o plano do meio geográfico. Para Moreira (2005, p. 102):

[...] nessa nova formatação de espaço que está por vir, tudo parece indicar um retorno da organização geográfica das sociedades ao padrão multifacético e localmente ambientado dos gêneros de vida do tempo de La Blache, mas fazendo-o como o meio técnico-científico captado em seu tempo por Milton Santos. E isto por força da presença nuclear da engenharia genética na construção das novas formas.

A nova forma de compreensão reside na idéia de diferenciação espacial, ligada à maneira de exploração do meio em que a população vive, na medida em que ganham força os debates sobre desenvolvimento sustentável, preservação ambiental e outros. Daí o valor estratégico das comunidades cuja experiência e relação com o meio ambiente têm servido de exemplo no que diz respeito às formas de relação que existem entre os grupos, e entre estes e a ocupação do solo.

1.8 A SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL DA VÁRZEA

Para diversos estudiosos das várzeas amazônicas, do ponto de vista físico, elas compõem um ambiente frágil e suas limitações devem-se, sobretudo, à variação sazonal tal como o movimento das marés ao longo do ano, determinando a relação homem-natureza, e o modo de vida de seus habitantes. Os argumentos de Adams, Murrieta e Sanches (2006, p. 3) vão nessa direção quando afirmam que essas limitações podem causar impactos sobre a qualidade de vida dos ocupantes da várzea. De outro lado, emergem debates que dão ênfase a um determinismo ecológico na região, relacionando aumento populacional e degradação ambiental a partir da pressão demográfica sobre os recursos da natureza (MEGGERS, 1987).

A questão da pressão demográfica tornou-se tema freqüente nos debates sobre ambiente e desenvolvimento humano. Ao longo do último século a discussão sobre a relação homem-meio ambiente se alterna tanto entre o domínio de uma em relação à outra, quanto na importância a elas conferida. Embora a discussão central esteja continuamente pautada na questão da proteção da natureza e do crescimento populacional, constitui-se, tema divisor nos movimentos e visões ambientalistas (VARGAS, 2006).

As duas principais correntes do pensamento conhecidas e defensoras dessa relação constituem a visão antropocêntrica – o homem como centro do universo e a natureza como fonte de recursos a ser explorados. De outro lado a visão biocêntrica - o homem é um ser vivo a mais na natureza e esta, um valor existente em si mesma (VARGAS, 2006). Esta discussão se coloca em evidência principalmente no momento atual, marcado pela crise paradigmática em que se evidencia a insustentabilidade do tripé crescimento econômico/recursos naturais/trabalho.

A análise da problemática, a começar pelos clássicos tem diferentes explicações. Para Malthus, o crescimento populacional deveria ser regulado pelas leis da natureza. Desse modo, somente a natureza, junto à consciência humana seriam capazes de controlar o crescimento populacional que era incompatível à produção de alimentos, pois enquanto o primeiro crescia em escala geométrica, este último, produzia-se em posição aritmética (HARVEY, 1981).

Uma vez que essas idéias decorriam das transformações ocasionadas pela Revolução Industrial, o papel do Estado consistia em intervir no processo produtivo e não na questão da reprodução social. Era um problema a ser resolvido pela natureza que, na luta pela sobrevivência privilegiaria apenas os mais aptos ou mais ricos (HARVEY, 1981).

Na visão de David Ricardo, a discussão pautava-se na teoria da “renda diferencial”, na tensão da propriedade da renda. Segundo essa lei a terra enquanto recurso teria um caráter

limitado. Assim, quanto maior a produção, maior também a necessidade de trabalho e capital e conseqüentemente, maior redistribuição em forma de salário para que a taxa de lucro fosse mantida. Desse modo, o crescimento em longo prazo conduziria a uma progressiva redução salarial chegando ao nível da subsistência (TAMAMES, 1983, p. 42-43).

Mas é através dos argumentos de John Stuart Mill que a problemática se torna mais próxima da realidade contemporânea. Para esse autor, nos países mais avançados economicamente, o mais importante seria a distribuição das riquezas a partir de um controle maior do crescimento da população, sendo o aumento da produção um objetivo apenas dos países mais atrasados (TAMAMES, 1983, p. 46). A questão ecológica surge a partir da idéia de que a Terra sendo tomada pelo uso humano a partir do crescimento ilimitado da riqueza e da população, privaria o ser humano de desfrutá-la prazerosamente. Daí ser necessária a solidão ao homem para poder contemplar a beleza e a grandiosidade da natureza (TAMAMES, 1983).

A ilha do Combu localizada em área de várzea dobrou o número de habitantes em menos de duas décadas: totalizavam aproximadamente 600 habitantes no final da década de 1980, de acordo com Nugent (1993), e atualmente tem cerca de 1.400 habitantes. Poderia sob os aspectos antes comentados, tornar-se alvo de profundas implicações, posto que o crescimento populacional aumente pressão sobre os recursos locais, sobretudo pelo fato de ser a referida ilha uma Área de Proteção Ambiental (APA).

O que se pretende evidenciar é que hoje o maior desafio não é o crescimento populacional, é chegar ao uso ideal ou mais sustentável do espaço. E nesse sentido é válido lembrar que, na perspectiva humanista tais argumentos são combatidos e se apóiam nos argumentos de Karl Marx que refuta a tese malthusiana. Para Marx, o problema está vinculado ao processo de acumulação do capital e da possibilidade da natureza enquanto recurso, sustentar os homens (TAMAMES, 1983).

Para Martine (2006), o crescimento populacional não é o maior desafio dos dias atuais, pois no Brasil já atingiu o nível de reposição da fecundidade, estando a caminho do que o referido autor chama de *inércia demográfica*. E sob esse aspecto pode-se também incluir a ilha do Combu a julgar por sua atual composição familiar, como será demonstrado no quarto capítulo deste estudo.

Nesse sentido, a sustentabilidade da várzea está relacionada ao seu uso ideal que pode ser a permanência e a reprodução em um mesmo local por gerações. Estas podem contribuir para o sentimento de pertencimento local e comunitário (MARTINE, 2006) promovendo a conscientização social desses atores e daí a produção da sustentabilidade ambiental.

Segundo Lima e Polozzbon (2001), as populações das várzeas e da Amazônia em geral, já provaram que quando em meio às mudanças socioeconômicas, políticas e culturais na região onde estão inseridas, têm sobrevivido denotando certo grau de sustentabilidade ecológica.

A comprovação reside na observação de estratégias já existentes, como o uso de diferentes ambientes e ecossistemas, assim como o engajamento em atividades remuneradas fora do ambiente onde vive a comunidade, o que representa um papel central na economia doméstica das populações (ADAMS; MURRIETA; SANCHES, 2006). Essas dinâmicas significam menor intensificação no uso da terra e, portanto, menos impacto no ambiente.

1.4.1 SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL E A COLONIZAÇÃO

Analisando o funcionamento das dinâmicas socioambientais no meio rural sob o ponto de vista da teoria dos sistemas é possível fazer algumas considerações tendo como enfoque o metabolismo, sob a luz dos argumentos de Fischer-Kowalski (1999). Segundo a referida autora, a natureza é um sistema em equilíbrio e para manter e reproduzir o sistema precisa importar matéria e energia do meio onde está inserido para em seguida devolvê-los ao meio sob forma de rejeitos: esse processo constitui seu metabolismo.

Para efeito deste estudo, o tipo de metabolismo aqui analisado diz respeito ao metabolismo socioeconômico que compreende três vetores centrais: população, cultura e natureza (FISCHER-KOWALSKI, 1999). O trabalho e a energia são elementos necessários para o funcionamento do sistema e, quanto mais escassos forem esses recursos, maior a colonização. A colonização diz respeito ao uso da terra pelo homem e ao modo como este se apropria dela, através do uso, da coleta e do trabalho investido.

A metodologia básica da teoria dessa teoria consiste na contabilização do total de estoque encontrado na natureza. Mas a alusão que se faz a essas premissas é mais para entender a mudança que se processa nos dias atuais nas comunidades ribeirinhas ao analisar o funcionamento do metabolismo das mesmas. Verificar a intensidade de colonização que elas exercem em seu ambiente, e a mudança nas estratégias de produção, poderá ser indicador da sustentabilidade socioambiental dessas populações.

E na medida em que a organização espacial da sociedade capitalista torna-se mais complexa através de redes técnicas que articulam os lugares entre si, a aplicação de diversas metodologias ou estratégias no estudo das populações e seu ambiente torna possível visualizar

alternativas para aqueles territórios que apresentam (ou não) potencialidades. Além disso, pode trazer ao debate a revelação de potenciais ainda não revelados à sociedade (ABRAMOVAY, 2000).

As estratégias desenvolvidas pela população local no uso dos diferentes ambientes podem também ser consideradas iniciativas de uso sustentável dos recursos regionais, fundamentadas em base ecológica, social, econômica e ética. Tais medidas, no entanto, são confrontadas com o modelo de desenvolvimento regional na Amazônia que tem prevalecido ao longo do processo histórico, nas regras da globalização (KOHLHEPP, 2005).

2 ALGUNS OLHARES ALÓCTONES SOBRE A ILHA DO COMBU

A ilha do Combu tem sido alvo de várias pesquisas acadêmicas, sendo uma das mais relevantes o Programa Estuário desenvolvido por pesquisadores do Museu Emílio Goeldi, no final dos anos 1980 e início dos anos 1990, que envolveu diversas ilhas do estuário paraense.

A partir dos dados da pesquisa anteriormente citada, foi possível fazer um levantamento das espécies vegetais da ilha, como também da forma de manejo desenvolvida por seus habitantes, considerada altamente sustentável (ANDERSON, 1991). Os dados deram suporte para que em 1994 ela fosse instituída como Área de Proteção Ambiental (APA), através da Lei n. 6.083 de 13 de novembro de 1997, publicada no Diário Oficial do Estado em 17 de novembro daquele ano, e que reconhecia o pertencimento da referida ilha ao município de Belém, posto que até aquele momento fosse considerada área territorial do município de Acará.

Algumas referências sobre a ilha do Combu enfatizam a singularidade de um local que mesmo próximo a um centro urbano, resiste em quase todos os aspectos, aos desafios propostos do que se convencionou chamar de modernidade. Outras, geralmente são encontradas em sítios na Internet, evocando a beleza natural do local.

O reflexo dessas referências tornou Combu uma ilha internacional, a exemplo de um museu na cidade de Barcelona, na Espanha (Anexo A) onde há uma réplica da área de igapó em um terreno na ilha, no intuito de reproduzir uma parte da Amazônia na Europa⁵. Sob esse aspecto pode-se dizer que há interrelação entre local e global.

No entender de Bourdin (2001), a relação entre o local e o global não se caracteriza por um único viés, portanto, ela não é única e nem estável, entre eles há várias situações que permitem outras relações ou co-relações produzindo novas espacialidades continuamente. Portanto, trazendo a análise para a ilha do Combu, pode-se dizer que o processo de reprodução das relações sociais e econômicas dá-se fora das fronteiras do local. E não é somente pela produção e exportação de seu principal produto econômico - o açaí -, pois ainda que muitos moradores da ilha jamais tenham freqüentado um museu ou se questionado sobre o interesse de tantos *olhares* em direção ao seu ambiente, o fato é que o lugar onde vivem está no mundo (CARLOS, 1996), a partir das potencialidades que o local oferece.

Analisar todos os trabalhos referentes à ilha do Combu, não seria possível, pois isto demandaria além de um longo tempo, profundo conhecimento, visto que apenas no âmbito

⁵ Reportagem publicada no jornal Diário do Pará em maio de 2006.

acadêmico, diversos trabalhos em diferentes áreas do conhecimento têm sido realizados. Para os objetivos do presente trabalho foram analisados os projetos de intervenção que interferiram diretamente na mudança local. Um resumo deles, assim como sua base metodológica serão apresentados a seguir.

2.1 PROJETOS DE INTERVENÇÃO NA ILHA DO COMBU

Dentre os projetos de intervenção mais relevantes na ilha do Combu, destaca-se o Programa Estuário, desenvolvido pelo Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), com apoio da Fundação Ford, o World Wildlife Fund (WWF) e Overseas Development Administration (ODA).

Os objetivos principais do programa procuraram investigar como os recursos florestais do estuário são utilizados e manejados pelas populações locais, além disso, conduzir estudos sobre a ecologia da mata de várzea e seus recursos. A partir dessas duas linhas de pesquisa foram implementadas estratégias alternativas de manejo (ANDERSON, 1991).

Nesse contexto foi desenvolvido o projeto “Usos tradicionais da terra como base para desenvolvimento sustentável no Estuário Amazônico” pela equipe de Anthony Anderson, entre os anos de 1985 e 1991, tendo como um dos focos a ilha do Combu. Assim, foi realizado um levantamento completo dos recursos do estuário amazônico, envolvendo pesquisadores de diversas áreas acadêmicas e a população local.

A partir dessa intervenção, vários trabalhos podem ser encontrados na bibliografia acadêmica local, nacional e até mesmo internacional, sobre a ilha do Combu. Dentre eles, o livro *Amazonian Caboclo Society* de Stephen Nugent (1993), que faz um levantamento etnográfico e econômico da população combuense. Contudo, sua referência principal é a pesquisa do Programa Estuário de Anthony Anderson e sua equipe.

Com base nesses e em outros estudos Nugent (1993) destaca as mudanças ocorridas nos sistemas de produção das áreas de várzea; explica como os complexos sistemas de produção das populações ribeirinhas, baseados no cultivo da mandioca, colheita de sementes e caça de animais, foram destruídos nos quase quatro séculos de colonização. Para Nugent, a colonização transformou a economia de subsistência baseada na produção de alimentos numa economia de mercado, através da incorporação dos produtos extraídos da floresta.

Assinala que os residentes contemporâneos destas áreas, conhecidos como *caboclos*, têm-se adaptado às demandas de uma economia extrativista, promovendo uma eficiente extração dos recursos naturais. Acrescenta também que muitos dos conhecimentos dos

caboclos sobre o uso dos recursos naturais foram herdados dos indígenas, o que contribui para uma essencial manutenção do sistema extrativista.

Em seu relatório, Anderson comenta que a agricultura já foi fonte de subsistência para o ribeirinho da ilha do Combu. No entanto, a constância das enchentes da maré ao longo do ano tornou essa atividade problemática, pois nesse tipo de várzea, os sedimentos são relativamente pobres em nutrientes, em virtude do excesso de água. Então a partir do final dos anos 1980 as atividades dos ribeirinhos se concentram quase exclusivamente na extração de produtos florestais e fluviais (ANDERSON, 1991, p. 5).

Para Anderson, o ribeirinho do Combu não mudou apenas a forma de uso da terra mudou também o padrão de vida. Sendo o extrativismo o foco principal de sua pesquisa, o referido autor afirma que essa prática é extremamente sustentável por se concentrar em produtos altamente renováveis como o açaí (*Euterpe oleracea* Mart.) e o cacau (*Theobroma cacao* L.), os quais devido à facilidade de transporte e a crescente demanda para estes produtos em Belém, resultaram em elevados retornos econômicos para a população local. Desse modo, ele afirma:

A população combuense tem alcançado excelente padrão de vida sem comprometer sua base de recursos naturais. No mundo de hoje essa combinação é rara e, ao nosso ver serve como um modelo desejável de desenvolvimento para a Região Amazônica (ANDERSON, 1991, p. 6).

Esta afirmação se baseia em um estudo comparativo entre três formas de uso da terra em dois estados da Amazônia brasileira: **1.** o sistema extrativismo florestal desenvolvido por seringueiros em Xapuri, no estado do Acre; **2.** o sistema agroflorestal extensivo na ilha do Combu e; **3.** o sistema agroflorestal intensivo desenvolvidos por produtores japoneses em Tomé-Açu, ambos no estado do Pará. Uma análise das três formas de uso da terra está demonstrado na Tabela 1.

Tabela 1: Comparação entre três formas de uso da terra na Amazônia*

	Extração florestal (1)	Sistema agroflorestal extensivo (2)	Sistema agroflorestal intensivo (3)
Área utilizada por propriedade (ha)	372	36	28
Dias-homens por propriedade	199	661	2.477
Requisitos anuais de trabalho			
(porcentagem de trabalho familiar)	(100%)	(92%)	(23,3 %)
Dias-homem por hectare	0,53	18,36	88,46
Custos com trabalho assalariado por propriedade	0	R\$ 134,05	R\$ 4.939,63
Custos com trabalho assalariado por hectare	0	R\$ 3,72	R\$ 176,42
Custos com Materiais			
Fertilizantes/pesticidas	0	0	R\$ 13.490,02
Utensílios/maquinarias	R\$ 87,65	R\$ 51,77	R\$ 1.738,24
Custos materiais por propriedade	R\$ 87,65	R\$ 51,77	R\$ 15.228,26
Custos materiais por hectare	R\$ 0,24	R\$ 1,44	R\$ 543,87
Retorno bruto			
Por propriedade	R\$ 960,00	R\$ 2.733,45	R\$ 29.667,39
Por hectare	R\$ 2,58	R\$ 75,93	R\$ 1.059,55
Retorno líquido			
Por propriedade	R\$ 872,35	R\$ 2.547,63	R\$ 9.499,50
Por hectare	R\$ 2,35	R\$ 70,77	R\$ 339,27
Por dias-homem de trabalho familiar	R\$ 4,38	R\$ 4,18	R\$ 16,46

Fonte: Anderson (1991)

* Os valores são referentes aos anos de 1989 e 1990, convertidos para a moeda norte-americana nesse período, com taxa de câmbio oficial calculado a R\$ 2,60 ao dia do ano de 1990.

A base de dados em Xapuri representada pelo sistema de extração florestal foram 67 produtores. Nesse sistema os lotes são em média 372 ha por propriedade e a principal forma de uso da terra baseia-se na extração da borracha e na coleta de castanha-do-pará. Os investimentos em trabalho (dias-homem por hectare) e em material por hectare são baixos: 0,53 e 0,24 respectivamente. O retorno líquido também é baixo quando comparado aos outros dois sistemas, embora a área desmatada seja maior.

No sistema agroflorestal extensivo que tem a ilha do Combu como exemplo, foram tomadas como amostra cinco proprietários com tamanho médio de propriedade de 36 hectares

por família. Nesse sistema o ponto alto consiste em uma combinação de zonas de uso da terra: quintal, floresta manejada e não-manejada, se adaptando às necessidades locais (ANDERSON, 1991). De acordo com os dados da tabela, a média anual contabilizou US\$ 18,36 que correspondem à diária-homem por hectare e US\$ 1,44, alocados em custos materiais por hectare, o que demonstra ser quase quatro vezes maior que o investimento apresentado no sistema de Extração Florestal. Contudo, subtraindo os investimentos dos retornos, pode-se notar que a média do retorno anual líquido é de US\$ 2.547,63 por propriedade e de US\$ 70,77 por hectare, cerca de trinta vezes maior que o primeiro modelo.

No terceiro modelo (sistema agroflorestal intensivo), a amostra é baseada em 6 proprietários, imigrantes japoneses do município de Tomé-Açu (Pará). Caracteriza-se por um modelo intensivo de capital, visto que os insumos de trabalho e materiais são elevadíssimos se comparados aos dois primeiros exemplos. Nesse sistema a floresta é substituída em grande parte por agricultura de manejo intensivo (ANDERSON, 1991). Em termos econômicos tanto os investimentos quanto os retornos são bastante elevados como demonstra a Tabela 1. Desse modo, o manejo intensivo de uso da terra por apresentar investimentos, trabalho e capital, extremamente elevados, fica fora do alcance do pequeno produtor ribeirinho.

De acordo com a pesquisa de Anderson e sua equipe, os retornos econômicos no sistema agroflorestal extensivo são demorados. Por isso a sugestão é combinar a forma intensiva de uso da terra ao sistema florestal extensivo para preencher as necessidades de curto prazo das famílias envolvidas. O método estudado consiste em combinar formas de uso da terra: o quintal, a floresta manejada e a mata de várzea. O destaque maior é para a zona de floresta manejada, cujo manejo desenvolvido pelos produtores da ilha do Combu é assim descrito:

O manejo desta zona consiste na manipulação da mata de várzea (principalmente no desbaste seletivo), a fim de promover a regeneração e o crescimento de espécies selecionadas; raramente são criadas plantações convencionais, e mesmo assim somente no sub-bosque da floresta nativa. Enquanto a manutenção da floresta minimiza as necessidades de trabalho, a manipulação da sua estrutura e composição aumenta substancialmente a produtividade das espécies econômicas ou introduzidas (ANDERSON, 1991, p. 6).

Com base nestes resultados, a pesquisa conclui que o sistema de extração florestal presente na ilha de Combu, aparentemente pode ser mantido indefinidamente, tornando-se desse modo um modelo de sustentabilidade ecológica e econômica para a região.

Corroboram esses dados a análise da economia doméstica, de 10 famílias residentes na ilha entre julho de 1989 e junho de 1990, em lotes com média de 15 ha. Segundo a pesquisa essas famílias obtiveram renda média de US\$ 4.000,00 por ano, e aproximadamente 80% dessa renda, obtida com venda de açaí. A diversificação da produção através da coleta de vários frutos cultivados ou não, além da pesca e da caça complementa a renda (ANDERSON, 1991, p. 10).

O ponto alto da pesquisa é também o mais intrigante, pois se a sustentabilidade ecológica e econômica é produto da forma de manejo, de uma população que afirma ser de 600 habitantes, apresenta uma densidade demográfica elevada, ou seja, 43 habitantes/km², mantendo 95% da mata intacta. A explicação deve-se, segundo Anderson, a implantação do sistema agroflorestal que conserva a estrutura da floresta nativa e contribui para a manutenção de atividades econômicas como colheita de produtos silvestres, a criação de porcos e pesca (ANDERSON *et al.*, 1985).

No que diz respeito à questão social, a saúde foi um dos problemas mais graves encontrados na pesquisa, seguido da educação. Em relação à ecologia da mata da várzea local, um levantamento minucioso foi realizado, o que fomentou um banco de dados das espécies local, seguido de educação ambiental e intensificação na forma de manejo. Para isso, 24 espécies de mudas foram distribuídas entre 41 famílias nas comunidades de Piriquitaquara e do Igarapé Combu, e ilhas próximas. O intuito era buscar fontes alternativas de produção para a época de chuvas, visando opções extras de subsistência.

O projeto de extensão na ilha do Combu causou grandes mudanças aos moradores e trouxe benefícios gerais. A criação dos centros comunitários é um exemplo, pois surge durante o desenvolvimento do projeto, quando os pesquisadores incentivaram os moradores, a criar organizações.

No tocante à produção econômica, entretanto, é válido dizer que alguns produtos citados no documento, hoje, já não constituem renda por não terem prioridade comercial, tal como o látex da seringueira (*Hevea brasiliensis* Muell. Arg), a ucuúba (*Virola surinamensis* Warb) e a andiroba (*Carapa guianensis* Aubl). O peixe e o camarão que reduziram nos últimos anos são comercializados em pequena escala e por poucas famílias, sendo mais utilizado no consumo familiar.

Outro projeto de intervenção foi desenvolvido na ilha nos anos 1990. Trata-se do Projeto de Extensão Ilha do Combu da Universidade da Amazônia (Unama), que teve início em 1994, em parceria com a organização não governamental Cruz Vermelha. O enfoque foi na área de Serviço Social, coordenado por Vera Oliveira, professora à época, da referida

instituição. É válido dizer que a presença da ONG Cruz Vermelha na ilha foi uma reivindicação dos pesquisadores do Programa Estuário, que objetivava amenizar os problemas na área de saúde.

O projeto coordenado por Oliveira pretendia demonstrar a intervenção na prática profissional, visando a capacitação de agentes comunitários (OLIVEIRA, 2001). A partir de um levantamento geral sobre a população humana da ilha, vários trabalhos de conclusão de curso (TCCs) foram desenvolvidos.

Em relação à organização comunitária, o cenário descrito por Oliveira e sua equipe contem os seguintes aspectos:

a) A divisão fisiográfica faz com que a população se defina setorialmente, o que potencializa a divisão política a partir dos seus interesses particulares. Isto é, o padrão de ocupação da população ao longo dos rios e igarapés existentes na ilha, faz com que se divida segundo esses acidentes geográficos.

b) A fragmentação demonstra a ausência de uma consciência social, ou seja, um enfrentamento comum por parte daqueles que compõe a comunidade. Conseqüentemente, isso reforça a ausência de políticas sociais, e contribui para a pobreza da população.

Para a referida autora, o conceito de comunidade no sentido dado por Souza (2000), qual seja, o conjunto de um mesmo grupo social com interesses e preocupações comuns, não se aplica às comunidades da ilha do Combu, pois apesar da ilha como um todo ter necessidades comuns, a população se divide em subgrupos reivindicando para si interesses próprios e não coletivos. Desse modo, entende que o conceito de comunidade está baseado no individualismo e que a participação é mais para resolver os problemas particulares de cada um e não do coletivo (OLIVEIRA, 2001, p. 17-19).

Outro ponto comentado por Oliveira diz respeito ao índice elevado de mulheres que ocupam a função de chefes e provedoras de suas famílias. Tal fato se deve ao abandono de um número expressivo de mulheres por seus companheiros, o que segundo a referida autora contribui para o acentuado grau de pobreza na ilha (p. 19). Em vista disso buscou-se fomentar estratégias visando ampliar o conhecimento dessas mulheres e motivar a sua participação. Essas conclusões serviram de base para a realização de uma programação visando resgatar a cidadania por meio da emissão de documentos e palestras diversas.

Na análise dos trabalhos desenvolvidos pela equipe de Oliveira fica evidente que as reuniões comunitárias aconteceram no centro comunitário do igarapé Combu. Não há registro de reuniões realizadas em qualquer outra sublocalidade. Vale ressaltar que dentre os trabalhos realizados na ilha do Combu, a maioria faz referência à comunidade do igarapé Combu que

está mais próxima geograficamente de Belém. Assim o que facilita no trabalho do pesquisador, dificulta na participação dos demais moradores da ilha.

Na presente estudo não se comprovou índice elevado de mulheres abandonadas por seus companheiros e que se tornaram chefes de famílias, bem como a acentuada pobreza na ilha tal como afirma Oliveira (2001). Contudo, é notória a participação das mulheres no que tange à organização comunitária da ilha, como será visto no capítulo 4 deste trabalho.

O trabalho de Teixeira (1999), tese de doutorado intitulada “Travessias redes e nós: complexidade do cuidar cotidiano de saúde entre ribeirinhos”, enfoca a área de saúde. O estudo descreve e interpreta as redes e os nós de saberes e práticas que se entrelaçam no “cuidar cotidiano”, na ilha do Combu. O trabalho surge a partir do projeto de extensão da Unama, e tornou-se uma relevante contribuição para a compreensão do modo de vida daqueles ribeirinhos, ao falar sobre o cuidar cotidiano em saúde.

Embora o problema da saúde tenha sido uma questão bastante enfatizada nos dois projetos de extensão antes comentados, e da dificuldade daquela população em ter acesso ao conhecimento científico na área da saúde, o trabalho de Teixeira (1999) põe em evidência o saber tradicional dos ribeirinhos em relação ao uso dos recursos encontrados no local. Baliza seus argumentos na abordagem da ciência do complexo da etnoecologia por entender que o cuidar cotidiano e da saúde em particular, sob esta abordagem, pode ser visto em seus antagonismos, os ciclos recorrentes e a complexidade com suas redes e nós (TEIXEIRA, 1999, p. 224).

A pesquisa da referida autora envolveu moradores(as), mulheres-mães, homens e crianças do igarapé Combu, Piriquitaquara e Furo da Paciência. Comparando os anos passados com o período em que a pesquisa foi realizada, Teixeira demonstra que apesar das dificuldades, havia, em tempos pretéritos menos doença, devido a hábitos alimentares mais saudáveis, entretanto, hoje a melhoria no transporte para Belém, tem oportunizado maior e melhor atendimento, assim como acesso a informações sobre o cuidar cotidiano.

Falando sobre o cotidiano e o mundo da vida do combuense, a autora supracitada diz que para esses ribeirinhos o tempo do cotidiano é diferente do tempo do relógio. Um tempo que no passado caracterizava-se como “móvel e imóvel; particular e cíclico, marcado pelas relações com as águas e a extração do açaí e do palmito, com o trabalho e as atividades do mundo cotidiano” (TEIXEIRA, 1999, p. 157). Portanto, um tempo marcado pela sazonalidade dos recursos naturais, que os torna muito mais dependentes da natureza que das forças de mercado.

A posse da terra é mais que tudo, uma demarcação no tempo, valorização e identificação com o lugar, possibilitando perspectivas quanto ao futuro. Nessa relação homem-natureza remete-se a um juízo de valor que diz respeito à conservação ambiental, como no seguinte trecho:

Na medida em que os moradores foram ganhando a posse da terra, deixaram de cortar a palmeira para extrair o palmito e, passaram a só tirar açaí. Esses elementos indicam que a certeza da terra foi a certeza do futuro, e, trouxe uma atitude de maior consideração com as palmeiras e seus frutos. [...] A posse da terra demarca um tempo e marca um lugar de viver, que muda as relações com o presente e faz pensar também no futuro (TEIXEIRA, 1999, p. 156-157).

Em vista disso, o açaí enquanto fonte principal de alimentação, tornou-se também fonte de trabalho, e desse modo, um meio para adquirir bens, até então privilégios de alguns poucos moradores, como o barco a motor.

Comparando os trabalhos de Teixeira (1999) e de Anderson (1991), no que diz respeito à saúde, a comunidade de Piriquitaquara demonstra melhores resultados quanto à interferência do cuidado formal com a saúde. Nesse aspecto, comparando o passado e o presente, mais da metade dos moradores (59%), considera que hoje é melhor, enquanto que no Igarapé do Combu 56% acham que a saúde hoje é melhor (TEIXEIRA, 1999, p. 159). Embora não explique os motivos, Anderson (1991) afirma que os trabalhos desenvolvidos por sua equipe apresentaram em Piriquitaquara resultados mais efetivos do ponto de vista social-ambiental que nas outras localidades.

O trabalho de Freire (2002), uma dissertação de mestrado, trata do papel do jovem no contexto ribeirinho cujo objetivo é desvelar/revelar o contexto sócio-cultural em que essa juventude está inserida para compreender o significado de ser jovem ribeirinho.

A autora engloba em seu estudo as seguintes sublocalidades da ilha: Beira do Rio, Igarapé Combu, Piriquitaquara e Furo da Paciência. Em seus argumentos destaca o estado de “abandono” em que ficaram aqueles ilhéus. Diz a autora:

As ilhas ao sul, não apenas ficaram na margem oposta à cidade, como à margem das políticas públicas do município, ensejando a polêmica sobre o pertencimento administrativo da ilha do Combu e a decisiva influência do município de Acará nas comunidades ao longo das décadas, e até mais recentemente (FREIRE, 2002, p. 69).

Esse trecho deixa implícita a ausência de conscientização política e cidadã dos ribeirinhos, deixando-os à *mercê* das conveniências políticas de ambos os municípios. Nessa

mesma direção Teixeira (1999), ao falar da invisibilidade das ilhas de Belém diz que para a maior parte da sociedade urbana, as ilhas não passam de “pequenos pontos nos mapas, com seus nomes quase sempre ausentes ou trocados, geralmente são denominadas ‘como outras ilhas de Belém’, como se nada significassem” (p. 148). É preciso dizer que se as ilhas são “invisíveis” aos olhos urbanos, o que não dizer da população que habita nelas?

Atualmente, entretanto, a atividade turística e a mídia têm contribuindo para diminuir tamanha invisibilidade, todavia é mais no sentido como explica Dutra (2001, p. 2), de que a mídia, sobretudo a brasileira, “tem construído um estereótipo de Amazônia como um lugar paradisíaco e, contraditoriamente, ao mesmo tempo, inóspito, no qual coexistiriam a exuberância física da natureza e a invisibilidade humana”. A ilha do Combu, mesmo longe de tratar-se de um lugar inóspito é geralmente descrita em sítios da Internet ou revistas em geral, no mesmo sentido ao qual Dutra se refere.

Entretanto, o trabalho de Freire (2002) desmistifica a visão “ilha da fantasia”, ao retratar o cotidiano local como um lugar marcado não somente pela beleza natural, mas também pela pobreza, por privações materiais, por valores e crenças diferenciados, por interações e relações distintas ali existentes. Assim, a autora conclui que é incontestável a importância da educação na vida dos jovens, na ilha do Combu, através de um resgate dos mesmos para a escola, sobretudo na Beira do Rio Guamá, cujos índices de alunos fora da escola, revelam-se bastante elevados na pesquisa.

Para Freire (2002), há fortes traços de desigualdades econômicas e sociais entre os grupos comunitários, assim como traços de desunião entre os moradores do Igarapé do Combu e Beira do Rio, contudo ela acredita que Centro Comunitário do Igarapé do Combu é o núcleo mais organizado. A violência, creditada à comunidade da Beira do Rio é um dos argumentos utilizados por moradores do igarapé Combu para explicar a desunião.

O projeto “responsabilidade social”, do Centro de Educação Montessoriana do Pará (CEMP) em parceria com a faculdade Cesupa, criou na comunidade do Igarapé Combu, uma cooperativa de bijuterias (a partir do beneficiamento de sementes regionais) e, pretende futuramente criar uma segunda cooperativa (na mesma comunidade), para trabalhar na produção de geléia de cacau. Segundo Érika Dantas, monitora do projeto, a escola CEMP forneceu os insumos necessários para a fabricação dos produtos. Professores, pais e alunos da referida instituição ministraram as oficinas, para treinamento dos participantes e a faculdade Cesupa (até recentemente), ajudava na orientação jurídica dos ribeirinhos envolvidos no projeto.

Um ponto merece ser destacado, neste caso, pois a proposta inicial da instituição, de doar roupas e alimentos, foi recusada (Senhora Izete Gonçalves 40a, representante comunitária, i.v., pesquisa de campo/2006). De acordo com a mesma, a comunidade queria uma atividade que pudesse gerar renda no período da entressafra do açaí, período em que as dificuldades econômicas aumentam principalmente para aqueles que não têm muita opção desse fruto no terreno.

A mesma proposta também foi discutida pela Fabel, que pretendia envolver todos os moradores da ilha especialmente a comunidade de Piriquitaquara, mas por razões que não quiseram informar na referida faculdade, não foi dada continuidade a essa proposta. A recém constituída comunidade do Furo do Benedito, também recebeu equipamentos para trabalhar com sementes nativas, embora ainda não tenham sido realizadas as oficinas.

3 ILHA DO COMBU: AMBIENTE E COMUNIDADE.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA

A área objeto do estudo está situada na parte insular de Belém, que segundo o Anuário Estatístico do Município de 1998, corresponde 65,64% do total da área do referido município. São 39 ilhas divididas em 8 distritos administrativos municipais⁶, distribuídas de norte ao sul da cidade de Belém (SECRETARIA MUNICIPAL DE COORDENAÇÃO GERAL DO PLANEJAMENTO E GESTÃO, 1999). Trata-se de uma região insular com inúmeros rios, furos, igarapés e canais de maré, divididas em Ilhas ao Norte, Centro Leste, Extremo Oeste e Ilhas ao Sul. Nesse contexto configuram entre outras, as ilhas de Mosqueiro, Outeiro ou Caratateua, Cotijuba e outras ilhas menores.

Sua localização corresponde ao Estuário Guajarino, que por sua vez integra outro maior, o Golfão Marajoara, situado na foz do rio Amazonas. O Estuário Guajarino, ambiente fluvial com influências marinhas, forma-se na confluência dos rios Pará, Acará e Guamá, este último ao limitar-se a área pelo lado sul, dá origem à baía de Guajará que ao norte, confunde-se com a Baía de Marajó. Todo esse conjunto fisiográfico é na verdade a projeção do sistema hidrográfico Tocantins-Pará.

No município de Belém, as ilhas situadas no centro leste, ao extremo oeste e ao sul, estão vinculadas ao 2º Distrito Administrativo do Outeiro (DAOUT). A ilha do Combu vincula-se a esse distrito, pois está situada ao sul do centro de Belém, à margem esquerda da foz do rio Guamá, limitando-se ao norte do município de Acará (Figura 01).

⁶ Os Distritos Administrativos foram criados através da Lei Municipal de 05.01.1994 nº, 7.682, segundo características econômico-social e funcional. Contudo, do ponto de vista administrativo, funcionam apenas os distritos DAMOS, DAICO e DAOUT.

Figura 1: Carta-imagem da área em estudo

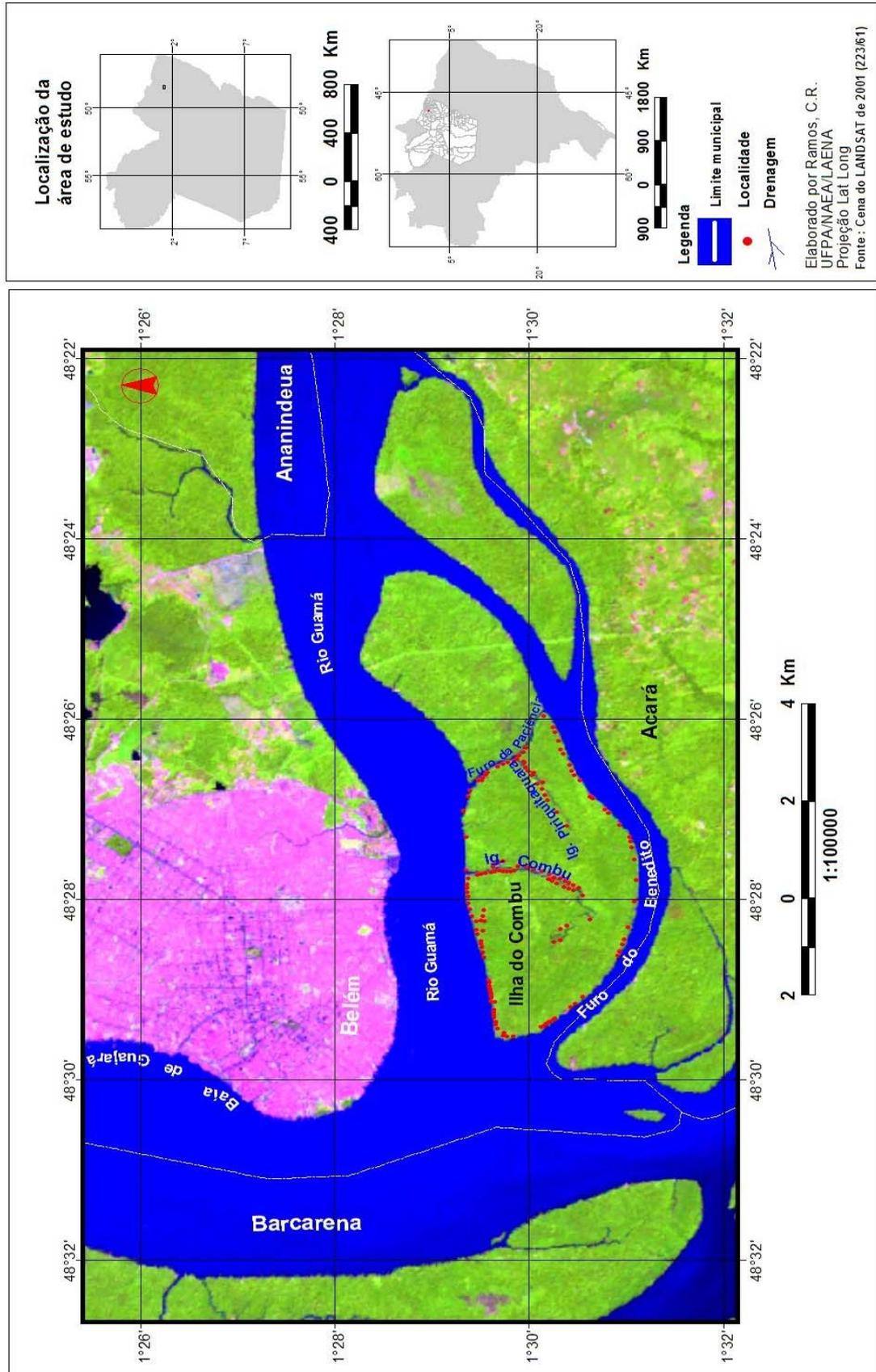


Figura 1: Carta-imagem da área em estudo.
Fonte: LAENA/NAEA/UFFA

Com uma extensão territorial de 15.972 km², é drenada pelos igarapés Combu, Piriquitaquara e furos do Benedito e Paciência, distando 9 km em linha reta, da área central de Belém. A forma de acesso a ilha do Combu é fluvial, através de embarcações que saem, diariamente dos diversos portos de Belém, tais como o Porto da Palha no bairro da Cremação, do trapiche do hotel Beira Rio e outros.

Os aspectos fisiográficos da ilha se combinam e exercem influência direta sobre o modo de vida local, sendo que nos terrenos formados por sedimentos recentes, predomina um solo do tipo Glei Pouco Húmico, resultante do acúmulo de sedimentos que apresentam coloração variável. Isso se deve às condições do lençol freático que sofrem oscilações contínuas durante todo o ano e inundações periódicas, provocadas pela maré (LIMA; TOURINHO, 1996).

3.1.1 Quadro natural

Apresenta um clima do tipo Am (classificação de Kôppen), quente e úmido, com dados pluviométricos apresentando precipitação média anual de 2.500mm e temperatura média anual de 32° C. A precipitação maior ocorre entre os meses de dezembro e maio (JARDIM, 1991).

Adaptada às condições climáticas, a vegetação apresenta-se composta de mata primária e secundária, com estrutura e composição florística bastante variável, distribuídas pelas três faixas distintas de terras que se formaram a partir da sedimentação: várzea alta, várzea baixa e igapó.

Segundo Lima e Tourinho (1996), o rio Pará, na maioria das vezes, quando se vai da margem para o interior, apresenta na mesma seqüência, várzea alta, várzea baixa, igapó e terra firme, sendo que as marés⁷ constituem o elemento dominante na hidrografia das várzeas próximas ao litoral.

Em sua modesta topografia, a ilha do Combu apresenta elevações à margem dos igarapés onde o cacau é cultivado. Até alguns anos atrás, nas áreas mais baixas predominavam tipos vegetais, tais como, cedrorana do igapó (*Andripetalum rubescens Schott*), madeira valiosa da região e vulgarmente chamada no local de cedro. Segundo moradores, pelo tipo vegetal predominante, depois do açazeiro (*Euterpe oleracea Mart.*), a ilha do Combu era

⁷ É a denominação que se dá aos movimentos alternados de ascensão e descida da água do mar, influenciada pela atração da Lua e do Sol (LIMA; TOURINHO; COSTA, 2001 p. 37).

chamada “Ilha do Cedro” (i.v. Sebastião Fonseca, 46 anos. Comunidade Beira Rio. Pesquisa de campo, 2006).

Além das espécies, anteriormente citadas, havia também em maior número ucuúba (*Virola surinamensis*, Warb), murumuru (*Astrocaryum murumuru* Mart), cacau (*Theobroma Cacao* L.), andiroba (*Carapa Guianensis*) e seringueira (*Hevea brasiliensis*), os quais constituíram fonte de renda para o morador local. Atualmente, ainda, é possível encontrar essas espécies, ainda que em menor número. Há também, diversos tipos de orquídeas, a fava grande do igapó ou fava de impigem (*Vatairea guianensis*) (Figura 2), açacu (*Hura crepitans* L.) (Figura 3), utilizada pelos ribeirinhos na cura de doenças dermatológicas. O anani ou ananim (*Symphonia globulifera* L. F.), ingá (do grupo das leguminosas, *Inga cinnamomea*), ainda são dominantes, mas a espécie nativa em maior número depois do açaí é a andiroba.



Figura 2: Fava do igapó, árvore cujo fruto é utilizado no local para cura de doenças dermatológicas

Fonte: Pesquisa de campo, 2006.

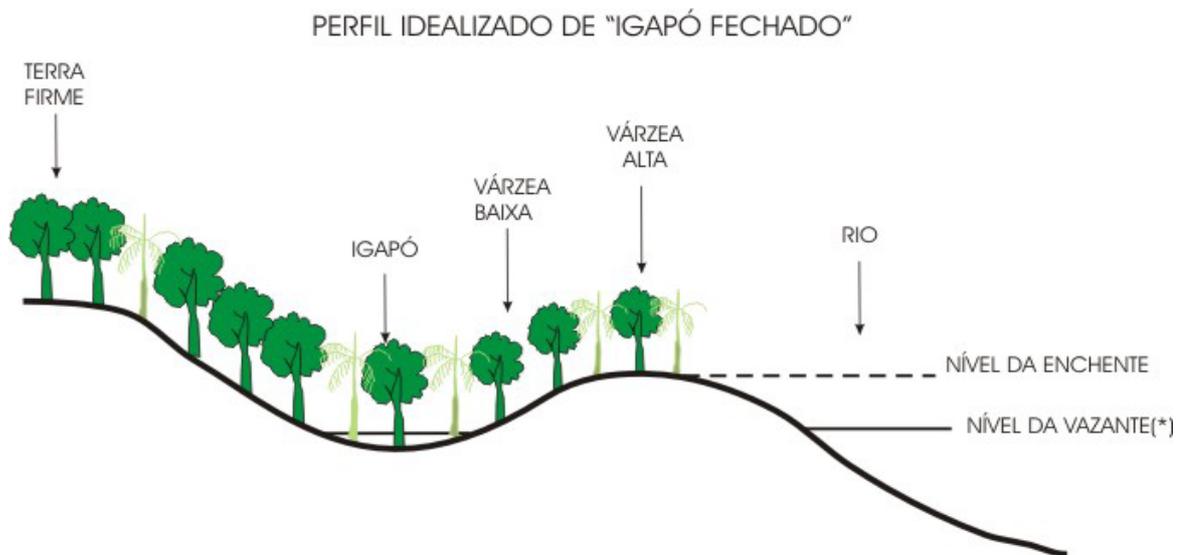
Nos meses menos chuvosos, há maior facilidade de transitar por esse ambiente já que os terrenos encontram-se mais secos, tornando possível a comunicação por terra entre as comunidades.

Adentrando as margens dos rios e igarapés, aparece a várzea baixa, que corresponde a uma faixa de transição entre a várzea alta e o igapó, e apresenta variação na composição florística e também no próprio solo. Como mencionado anteriormente, os aspectos

morfológicos da ilha a tornam parte do ambiente das várzeas amazônicas, cuja configuração depende da ação erosiva e do número de partículas em suspensão. Dessa ação, surgem a várzea alta, a várzea baixa e o igapó. Como geralmente este último se localiza entre a várzea e a terra firme, é, portanto, denominado de igapó fechado (MOREIRA, 1976). Por apresentar menor cota, sofre por mais tempo os efeitos da inundação, ficando no período chuvoso permanentemente alagado.

Ainda segundo Moreira (1976), do ponto de vista geomorfológico, os igapós integram o ciclo morfodinâmico das várzeas e correspondem aos trechos alagados da mata, de acordo com as condições fisiográficas locais, formando um quadro ecologicamente definido, do qual dois requisitos essenciais o definem. O primeiro é a dificuldade de escoamento da água represada que condiciona a estagnação da água no local, daí o aspecto pantanoso. O segundo elemento definidor, diz respeito à vegetação, composta por um tipo arbóreo, e que possibilita o surgimento do seu aspecto sombrio.

É por esse motivo que, não são considerados igapós as alagações ou estagnações, que ocorrem em ambientes abertos, ou seja, fora da mata, razão pela qual se difere de campos encharcados e várzeas baixas. Os quais, uma vez perdendo sua cobertura vegetal típica, descaracterizam-se e passam a ser designado de “baixadas” ou “alagadiços” (MOREIRA, 1976). O igapó encontrado na ilha do Combu, insere-se na categoria “igapó fechado” (Figura 05), sendo muitas vezes confundido com várzea baixa, pois não há área de terra firme no local.



(*) Nas oscilações do regime do rio, a vazante corresponde ao nível normal

Figura 3: Tipo de igapó presente na ilha do Combu
Fonte: MOREIRA, E. (1976)

No igapó da ilha do Combu, a vegetação predominante são as palmeiras de açaí e buriti (*Mauritia flexuosa L.*), que se juntam as outras espécies típicas como anani (*Symphonia globulifera L.*), jacitara (palmeira pertencente ao gênero *Desmoncus*) e cipós como guarumã (planta da família das *marantáceas*). São recursos utilizados na confecção de cestos, rasas e outros recipientes e compõem os extratos vegetais desse ecossistema. Esses tipos vegetais são também utilizados pela população local na construção das moradias, barcos, canoas e remos.

Moreira (1976) classifica dois tipos de igapó nas várzeas amazônicas, considerando a hidrografia e o grau de sedimentação. O primeiro tipo ocorre nos rios de “água preta”, pobres de partículas em suspensão. Assim, a ação erosiva das margens, facilita maior inundação, formando o tipo denominado de “igapó aberto”. O segundo tipo surge nos rios de água branca (barrenta) e sua configuração depende da ação erosiva e do número de partículas em suspensão, sendo que o ritmo de sedimentação diminui e retarda na medida em que avança para o interior, conforme o tamanho das partículas.

Além desses trechos, pode-se encontrar próximo às margens do Furo da Paciência, e do rio Guamá, terrenos denominados na região de tijuços⁸ onde se pode notar a aninga (*Montrichardia arborescens Schott*) e, um pouco mais para o interior da ilha, uma faixa de manguezais (Figura 06).



Figura 4: Vegetação predominante à margem do Furo da Paciência e rio Guamá

Fonte: Pesquisa de campo, 2006.

⁸ Segundo Lima, Tourinho e Costa (2001), são uma denominação regional para depósitos atoladiços de sedimentos encontrados tanto no leito quanto nos cursos d'água.

Pode-se encontrar a mesma composição vegetal como a que demonstra a Figura 4, em alguns trechos do Furo do Benedito.

As marés são elementos dominantes no local, seus movimentos estão relacionados à questão climática e recebem influência lunar e solar. Como demonstra o esquema, da Figura 5, durante o equinócio de março, as marés de sizígias⁹, na preamar (maré alta), inundam completamente a várzea alta, várzea baixa e igapó. Neste período, é comum o ribeirinho buscar a sobrevivência na extração de madeiras, pois a elevação no nível das águas favorece o deslocamento das toras de madeira do interior do terreno para o rio.

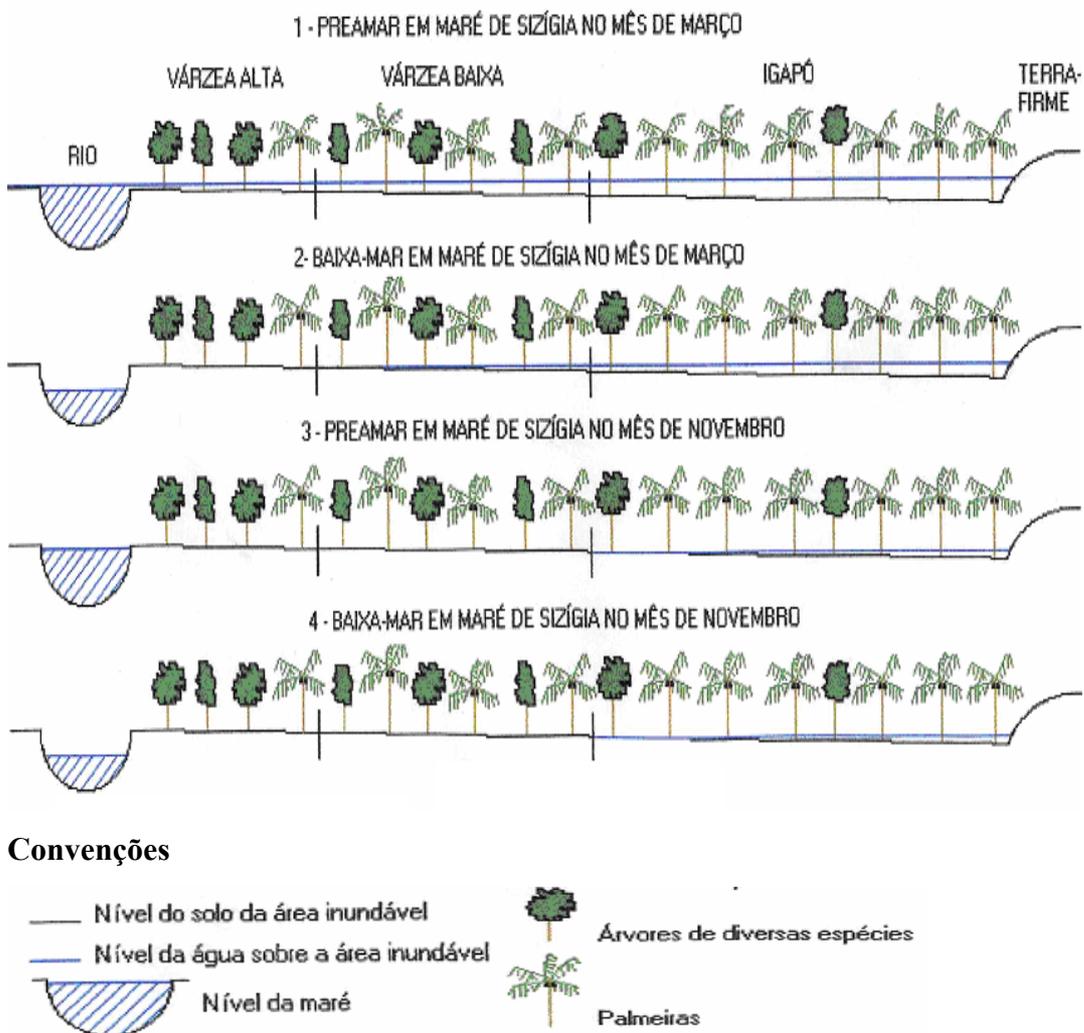


Figura 5: Esquema de área inundável por água doce, em que se observa a várzea baixa, o igapó e terra firme, bem como suas relações com diferentes fases das marés e a densidade das palmeiras na vegetação das áreas inundáveis.

Fonte: Lima, Tourinho e Costa (2001)

⁹ De acordo com Lima e Tourinho (2001), as sizígias também chamadas de águas vivas são os níveis mais elevados das marés ocorridas na fase da lua nova (novilúnio) e lua cheia (plenilúnio).

Observa-se na ilustração que a várzea alta seca completamente durante o período de estiagem, ou meses menos chuvosos, sendo que a várzea baixa nesse mesmo período vai adquirindo consistência até se tornar firme.

De junho a novembro - período da estiagem ou “verão” para os ribeirinhos -, as atividades se diversificam, pois com o terreno em seco, torna-se mais fácil plantar, pescar, criar animais e coletar o fruto de açaí (RODRIGUES, 2003).

Assim como os demais ribeirinhos da região, o combuense reconhece duas estações climáticas: uma chuvosa denominada inverno e outra seca, o verão. Tradicionalmente são identificadas a partir de elementos naturais que o circunda. Desse modo, “quando a mãe do sol, a cigarra, canta na boca da noite, começa o verão, aí já se sabe que é tempo de açaí. É quando ele fica ‘tuíra’, no ponto certo de tirar da árvore” (Sr. Sebastião Quaresma, entrevista realizada em janeiro 2000).

Durante a estação chuvosa os moradores aguardam com ansiedade pela fase crescente ou minguante da lua, pois é quando fica mais fácil pescar. Essa facilidade está relacionada à chegada das marés de água morta ou de quadratura (LIMA; TOURINHO, 1996), assim denominadas por serem mais fracas e, portanto, menores quanto ao nível de alagamento.

3.2 POPULAÇÃO

Originariamente, a população de Combu compreende seis famílias, cujos filhos casaram-se entre si. Dessas famílias originaram-se vários casamentos e hoje elas encontram-se distribuídas assim: os Quaresma e Gouveia predominam no igarapé Combu, enquanto que os Nascimento e Pimentel ocupam predominantemente Piriquitaquara, e os Carvalho, na Beira do Rio.

De acordo com os dados do Posto de Saúde local, residem atualmente na ilha aproximadamente 1.500 habitantes¹⁰. Trata-se de uma população composta por aproximadamente 230 famílias, (dados do Posto de Saúde da ilha do Combu, abril 2006), distribuídas ao longo das margens dos igarapés Combu, Piriquitaquara, Furo da Paciência e Furo do Benedito, e também no interior da ilha.

É uma população tipicamente ilhoa, pois em sua totalidade, afirmam ter nascido na região das ilhas. Do total de entrevistados (54 chefes de famílias), 40,7% afirmam ter nascido

¹⁰ Segundo o IBGE, na análise por setor censitário, os dados do último censo, apontam 808 habitantes, distribuídas em 189 domicílios, enquanto que o Posto de Saúde da ilha contabiliza 230 famílias somando cerca de 1.430 habitantes no total (Pesquisa de campo, maio/2006).

no local. Os demais dizem ter migrado da ilha do Marajó, de município como Igarapé Miri, São Sebastião da Boa Vista; outros responderam ter migrado do município de Acará. Encontram-se divididos em quatro grupos comunitários, de acordo com as sublocalidades: Igarapé Combu, Piriquitaquara, Beira do Rio e Furo do Benedito.

3.2.1 Moradias e meios de transporte

De acordo com os dados da pesquisa, existe um total de 227 casas na ilha e deste total 211 estão ocupadas. Comumente situadas às margens dos rios (Figura 6) ou em terrenos entrecortados por pequenos igarapés, sobre os quais são construídas pontes de madeira, de açazeiro ou buritizeiro.

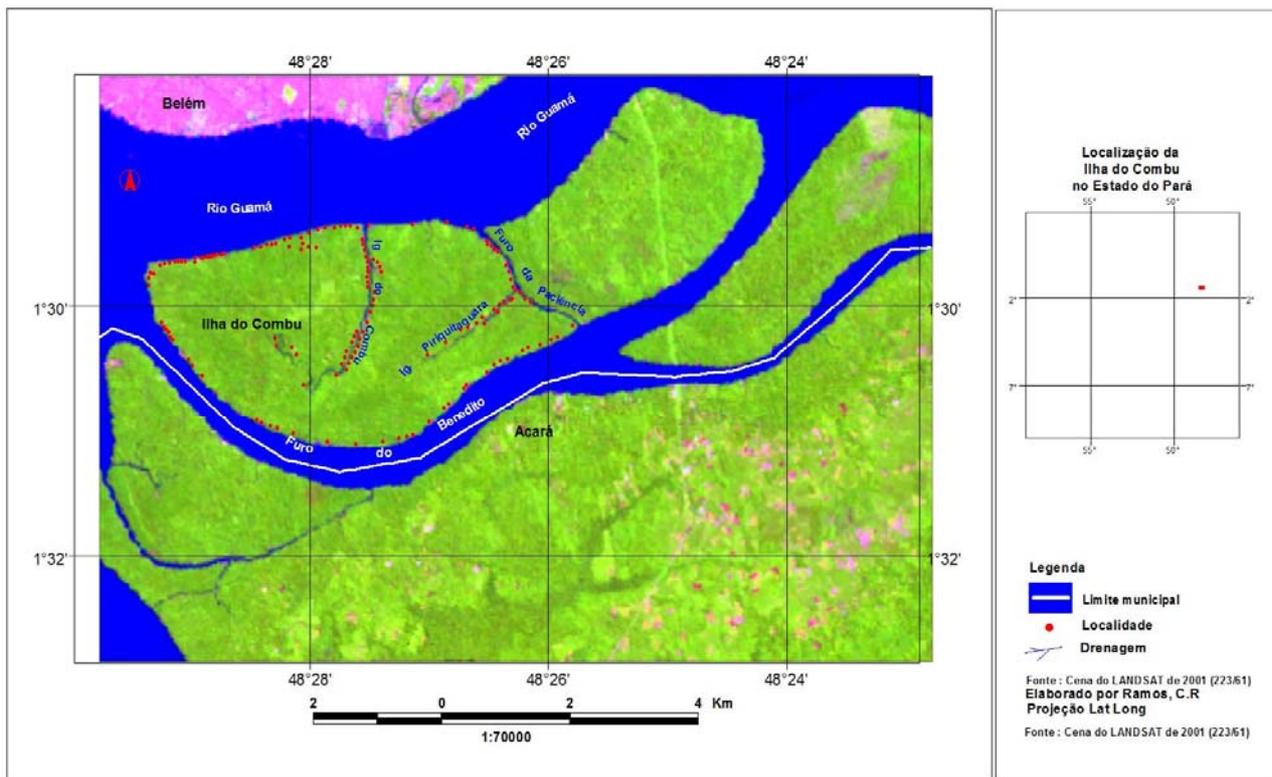


Figura 6. Carta-imagem da ilha do Combu onde se percebe a partir de imagem georreferenciada, os domicílios existentes no local.

Fonte: Ibama (2006)

O total de residências encontradas fica assim distribuído: na Beira do Rio são 58 residências, incluindo igrejas, 2 malocas, e 1 restaurante. Em Piriquitaquara são 27 residências além do prédio da escola e do centro comunitário, onde também são realizados os encontros religiosos da Igreja Católica.

O Furo do Benedito tem 48 domicílios, enquanto que no Furo da Paciência, o menos ocupado, tem 16 residências. No igarapé do Combu, o mais ocupado, existe 78 residências, 1 restaurante, 1 igreja, a escola e o posto médico. Por ser bastante recortada a ilha, algumas residências se encontram no seu interior, nas “cabeceiras” dos pequenos igarapés. Do total, 98% das famílias entrevistadas responderam ter moradia própria e 2% ocupam residências cedidas por terceiros.

As residências dividem-se geralmente em mais de três cômodos. Uma residência típica apresenta: a sala (onde recebem visitas e guardam os materiais de trabalho), quartos de dormir e cozinha onde são realizadas as refeições. Esse é um padrão típico, porém é frequente moradia com maior número de cômodos (Tabela 2), mesmo quando as famílias são pequenas e, geralmente ao lado das residências há um estabelecimento para secagem do cacau. Esse último padrão é mais encontrado no Furo do Benedito

Tabela 2: Distribuição do número de cômodos por residências

<i>Cômodo por Residência</i>	<i>Número de residências</i>	<i>%</i>
1	1	1,9
2	1	1,9
3	3	5,6
4	10	18,5
5	16	29,6
6	11	20,4
7	4	7,4
8	7	13,0
10	1	1,9
Total	54	100,0

Fonte: Pesquisa de campo, 2005

Conforme pode ser percebido na Tabela 2, das 54 famílias entrevistadas 37 apresentam residências com número de cômodos que variam entre 04 (quatro) e seis (06), ou seja, nada menos que 68,5% do total, enquanto que em termos tradicionais as residências que

apresentam até 03 (três) cômodos não ultrapassam 9,4%. Embora a tipologia em madeira seja dominante, na paisagem local pode-se encontrar às margens do igarapé Combu construções em alvenaria. A caracterização das mesmas fica assim definida: 88,8% são em madeira, 3,7% em alvenaria, estas encontradas no igarapé Combu e Furo do Benedito. A cobertura apresenta 79,6% telha, os demais em Brasilite, e apenas 1,9% em palha. Quanto ao piso 13% é em cerâmica ou lajota e 87% em madeira e 88,9% das residências têm fossa rudimentar.

Segundo Brandão (1998, p. 134), em relação à etnografia do espaço rural, “apenas desenhar os domínios domésticos de vocação mais masculina e os de vocação feminina entre varanda, sala, cozinha e quartos”, levaria ao esquecimento de “algumas variações que qualificam o sentido da vida cotidiana de tais oposições”. A casa é o espaço feminino por excelência, pois dentro dela, diz o mesmo autor, “os homens *estão*, comem, dormem e descansam; enquanto as mulheres vivem, trabalham, dentro da casa e em seus arredores (o quintal)”.

Na ilha do Combu, o quintal, também chamado de terreiro é o espaço onde algumas mulheres cuidam da plantação de ervas medicinais e de “tempero para a comida” (dona Elza Brabo 55a, i.v. Pesquisa de campo, 2005) e desse modo, configuram território tipicamente doméstico. Essa área é descrita nos estudos de Anderson (1988) como a mais intensamente manejada em todas as áreas do estuário paraense: “is used for raising domesticated animals and cultivating a wide variety of exotic and native plants. Here one frequently encounters herbs and shrubs that are used as condiments, remedies, and ornaments (ANDERSON, 1988, p. 68-69).

O trapiche geralmente é coletivo, pois nele as mulheres lavam roupa, enquanto os homens recebem amigos e limpam utensílios de trabalho. A área manejada que fica ao redor do quintal, assim como a zona de mata, são espaços tipicamente masculinos. Essas oposições se assemelham ao exemplo de Brandão a respeito da comunidade do *Pretos de Baixo* em Joanópolis (SP), de que em muitos lugares da zona rural, muito mais que oposições, no que concerne ao trabalho, “as relações homem-mulher são mais de complementaridade” (BRANDÃO, 1998, p. 138).

Segundo Brandão, em alguns lugares da zona rural onde a lógica do trabalho produtivo não se encontra totalmente envolvida aos interesses e necessidades do mercado é comum perceber situações, em que no processo de socialização da natureza, “os atos considerados como de domínio-destruição da natureza são masculinos, enquanto os atos tidos como de incorporação-fecundação da natureza são mais femininos” (1998, p. 139). Há similaridade entre esses aspectos e o modo de vida dos extrativistas da ilha do Combu, pois embora

algumas mulheres sejam chefes de famílias cabe ao homem a tarefa de cortar madeira, tirar palmito, pescar.

As mulheres da casa, geralmente plantam ervas medicinais, criam aves como galinha e peru, secam o cacau e depois socam as amêndoas no pilão para fazer o chocolate. Esses aspectos foram encontrados nas comunidades Igarapé Combu, Piriquitaquara e Furo do Benedito. Mas é importante lembrar que estas características não devem ser tomadas em termos absolutos, como diz o autor antes citado.

3.3 SITUAÇÃO FUNDIÁRIA

Consta em documentos oficiais do Estado que desde 1940, a ilha do Combu é parte do município de Belém, mas é comum encontrar moradores, que julgam pertencer ao município de Acará. Isto ocorre devido à localização da ilha que se encontra entre os limites dos dois municípios, e reflete uma situação pouco atuante das prefeituras destes municípios em épocas anteriores. No entanto em época de eleições era comum aparecer candidatos que induziam os ribeirinhos a mudar de zona eleitoral conforme a conveniência. Segundo o Sr. Sebastião Quaresma filho do mais antigo morador do igarapé Combu durante a primeira pesquisa de campo na ilha em 2000: “Os políticos iam nas casas, preenchiam os papéis e depois diziam aonde era para votar. Quando veio o deputado Bahia passou os eleitores pro Acará” (86a, i. v. Pesquisa de campo, março 2000).

Atualmente a situação das terras ocupadas impõe aos habitantes contradições quanto aos direitos ao lote que cabe a cada habitante. Existe uma polêmica entre os órgãos gestores do acervo fundiário do estado do Pará quanto à dominialidade das ilhas localizadas no território paraense e não se chega a uma definição quanto à competência judicial sobre as ilhas.

Para o Instituto de Terras do Pará (Iterpa), cabe ao Estado a plena jurisdição dominial das ilhas, exceto aquelas caracterizadas como terrenos de marinha e seus acrescidos. Fundamenta o parecer com base no Art. 20, IV da Constituição Federal de 1988 que diz:

As ilhas fluviais e lacustres nas zonas limítrofes com outros países; as praias marítimas; as ilhas oceânicas e as ilhas costeiras, excluídas destas, as que contenham as sedes de municípios, exceto aquelas áreas afetadas ao público e a unidades ambientais federal, e as referidas no art. 26, II.

Considerando o dispositivo acima citado, pode-se, então dizer que as ilhas Combu e aquelas mais próximas a ela tais como Negras, Poticarvônia, Grande e Murutucu estariam sob jurisdição do Estado do Pará e, portanto compete ao Iterpa gerenciá-las.

Por outro lado, a Gerência do Patrimônio da União, através de documento enviado ao Órgão Central em Brasília (Digep/GRPU-PA, 2006. Ofício nº 163/2006, p. 10), representada por Orlando Corrêa Filho, chefe da Digep, argumenta que, são de dominialidades da União, além de outros bens:

ja – as ilhas fluviais ou lacustres localizadas em zona onde se faça sentir a influência das marés (art. 20, I, da Constituição Federal, combinado com a alínea c, do art. 1º do Decreto-lei nº 9.760/46), ainda que se constituam, também em ilhas costeiras.

b – os lagos, rios e quaisquer correntes de água em terrenos de seu domínio, ou que banhem mais de um Estado, sirvam de limites com outros países, ou se estendam a território estrangeiro ou dele provenham, bem como os terrenos marginais e as praias fluviais (art. 20, III, da C.F.). Aqui incluídas as áreas de várzeas, e por conseguinte as chamadas ilhas de várzea ou vazante em águas nacionais - como parte do álveo dos rios ou lagos;

d – as ilhas fluviais e lacustres nas zonas limítrofes com outros países; as praias marítimas; as ilhas oceânicas e as costeiras, excluídas, destas, as que contenham a sede de municípios, exceto aquelas áreas afetadas ao serviço público e a unidade ambiental federal, e as referidas no art. 26 (art. 20, IV, da C.F.). No caso, das ilhas flúvio-costeiras, mantido o domínio da União, inobstante possuírem a sede de municípios, por apresentarem também as características daquelas, objeto do parágrafo “a”, acima citado.

De acordo com o jurista acima citado (i.v. abril 2006), são consideradas áreas de várzea pertencentes à União, aquelas localizadas ao longo do estuário paraense, enquanto que as várzeas em áreas de terra-firme pertencem à jurisdição estadual. Nesse sentido, a ilha do Combu, devido localizar-se na várzea do estuário e também na zona geográfica, onde deságua o rio Tocantins (um rio federal), pertence ao domínio da União.

Com base nos argumentos acima citados, pode-se inferir que devido à indefinição quanto ao pertencimento jurídico da ilha em questão, grande parte de suas terras, ao longo dos anos 1980 e 1990, tenham sido alienadas a particulares. Tais proprietários chegaram a leiloá-las para pagamento de dívidas com os bancos. Segundo depoimento de moradores antigos como o Sr. Sebastião Quaresma o *Seu Boquinha* “dantes o terreno pertencia a um empresário do estado da Bahia e que cultivava açaí, cacau e fabricava palmito. Quando a firma faliu o banco tomou e depois o Seu Eugênio comprou durante o leilão” (86a, i. v. Pesquisa de campo, março 2000). Trata-se de Eugênio Chichovsky que segundo depoimento de moradores da área

leiloadada (localizada à montante do igarapé Combu), no início de 2006 entrou com mandado de despejo contra os posseiros do local.

Diante desse fato o que poderia ser trágico trouxe benefícios para as famílias do local que já moravam ali há mais de vinte anos tal como a família Brabo Rosa que viveu sob ameaça de despejo desde os anos noventa (Anexo B), pois a intervenção do poder público através da GRPU e Ibama deu estabilidade aos moradores reconhecendo-os com o título de posseiros.

Atualmente a ilha apresenta uma estrutura fundiária relativamente instável e contraditória, em relação aos direitos ao lote de cada morador, visto que o direito em ocupar a terra está em tramitação pela GRPU. Apenas os moradores mais antigos têm documentação que lhes assegurem direito ao uso da terra, pois pagavam o imposto do lote cobrado pelo Incra. Outras cem (100) famílias receberam em abril de 2006, autorização do Ibama para ocupação da terra e usufruir seus recursos.

Sobre esse aspecto é válido ressaltar os argumentos de Godoi (1998), que explica a diferença entre ser dono da terra e ser proprietário. Ser o dono significa exercer soberania sobre o terreno onde mora. Enquanto que ser proprietário, significa exercer direito à propriedade através do trinômio *usus, fructus e abusus*, o que implica ausência de obrigação de um para com o outro (CATHERINE; OLIVIER BARRIÈRE 1995 apud GODOI, 1998, p. 114).

Nesse sentido, poucos moradores da ilha do Combu podem ser caracterizados como donos do lote que ocupam. A maioria não é nem dono e tampouco proprietário, já que a concessão de uso concedido pela União assegura o direito de ocupação enquanto forem assegurados os interesses ambientais, ou seja, a utilização da área de forma não predatória (BENATTI, 2004), pois em caso de desrespeito ao uso acordado implicará na rescisão do contrato.

Em relação ao tamanho dos lotes na ilha do Combu, a característica é de minifúndios, com média de 15 hectares (SECRETARIA MUNICIPAL DE COORDENAÇÃO GERAL DO PLANEJAMENTO E GESTÃO, 2001; ANDERSON, 1991). Neste trabalho, os resultados da pesquisa demonstram que a maior parte dos lotes apresenta tamanhos bem menores que os apontados em pesquisas anteriores. Isso se deve ao aumento das famílias, surgidas a partir dos casamentos dos filhos (Gráfico 1).

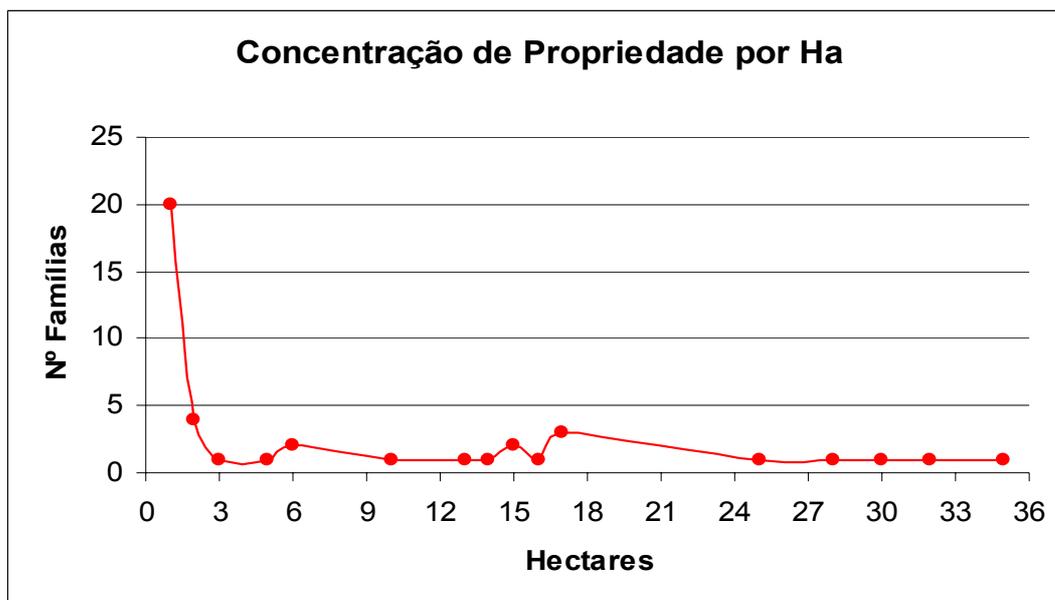


Gráfico 1: Concentração de propriedade por hectare

Fonte: Pesquisa de campo, 2006

- Obs.: 1 -Na linha das propriedades com 1 ha estão incorporadas às propriedades com menos de 1ha;
2 -Do total de famílias da área pesquisada 19% não responderam em relação ao tamanho da propriedade.

O Gráfico 1 mostra que, em relação ao total das famílias pesquisadas (54), 20 (vinte) têm até 01 (um) hectare, o que corresponde 37%, enquanto que 4 famílias têm 02 (dois) hectares, correspondendo a 7,4%, seguidos de 5,6% com lotes de 17 hectares. Duas famílias têm 6 hectares cada uma, seguida de duas famílias com lotes de 15 hectares. Classes com lotes maiores não chegam a ultrapassar 2% cada uma.

O predomínio de famílias com lotes medindo até 01 (um) hectare demonstra o rápido crescimento do número de famílias na ilha, pois se à época da pesquisa de Anthony Anderson¹¹, havia famílias com 100 hectares, atualmente as mesmas têm seus lotes divididos em até 10 vezes o tamanho para abrigar novas famílias que surgem.

A principal forma de acesso à terra, nas quatro comunidades se dá, portanto, através do casamento entre famílias, sobretudo em Furo do Benedito, Igarapé Combu e Piriquitaquara; a frequência dos sobrenomes encontrados é um indicador, pois dentre os mais citados, aparecem Quaresma, Nascimento, Carvalho, Pimentel, Gouveia. Um grupo menor é o de posseiros recentes, formados por famílias pequenas e jovens, oriundas de cidades próximas e/ou da região das ilhas.

¹¹ O Programa Estuário foi desenvolvido entre a 2ª metade dos anos 1980, indo até o início dos anos 1990 e teve a ilha do Combu como principal foco da pesquisa (ANDERSON, 1991).

Segundo Woortmann (1998, p. 187), a permissão da instalação de mais uma família na mesma colocação altera a configuração espacial. E quando além da família paterna instalam-se na mesma colocação as famílias das filhas, ocorre a passagem da família nuclear para a família extensa.

Esse padrão pode ser encontrado no Igarapé Combu e Piriquitaquara, onde as filhas herdaram lotes no terreno do pai, todavia o genro não tem a acesso a todos os produtos do terreno, a exemplo de uma família no Igarapé Combu em que o genro não comercializa cacau, pois isso compete ao sogro fazê-lo.

Quando se trata dos filhos, o ponto de referência é o sítio do pai, formando a residência patrilocal (WOORTMANN, 1998), mas a produção da terra na maioria das vezes é dividida, esse exemplo foi encontrado no Furo do Benedito. A forma de aquisição dos lotes, em todas as comunidades é demonstrada na Tabela 3.

Tabela 3: Forma de aquisição dos lotes pelas famílias

<i>Forma de aquisição</i>	<i>Número de lotes</i>	<i>%</i>
Herança	29	53,7
Compra	5	9,3
Concessão de uso	8	14,8
Ocupação pacífica	6	11,1
Título definitivo	1	1,9
Licença de ocupação	5	9,3
TOTAL	54	100,0

Fonte: Pesquisa de campo, 2005

O processo de ocupação advindo de doações da família é corroborado pelos dados da Tabela 3 onde mais da metade das famílias entrevistadas tiveram suas propriedades oriundas de herança, nada menos que 53,7% do total. A aquisição desses lotes, todavia, não tem posse definitiva, pois para a GRPU, as terras da União situadas em áreas de várzea, têm titulação definida como licença de ocupação. Esse direito pertence ao morador enquanto ele permanecer na ilha, passando de pai para filho. A GRPU concedeu 110 títulos na ilha do Combu e à época da pesquisa, 43 pessoas do total de entrevistados estavam aguardando o título.

3. 4 USO DA TERRA: DA COLETA TRADICIONAL AOS DIAS ATUAIS

Na transição para o século XX a Amazônia brasileira surge no cenário nacional como região promissora para as exportações do país. Nesse período ela assume a 2ª colocação na produção das vendas globais do Brasil com a produção da borracha. Deve-se isso, principalmente ao desenvolvimento da indústria de pneumáticos na Europa e Estados Unidos (WEINSTEIN, 2001).

Conquanto a mão-de-obra escrava não fosse relevante nesse tipo de produção, a procura pela matéria-prima fez ocorrer um afluxo de mão-de-obra nordestina para a região. Um fluxo que se tornou mais intenso, devido às secas ocorridas no Sertão nordestino ao final do século XIX, e a Amazônia, que em termos demográficos, apresentava uma das menores densidades do país, em 1872 (FRAGOSO, 1996), vê surgir a figura do caboclo nessa modalidade de trabalho.

Procurando explicar como o seringal se constitui como fronteira na Amazônia, Oliveira Filho (1979) distingue dois modelos produtivos: o *seringal caboclo* e o modelo do *apogeu*. O primeiro modelo, ainda que mais antigo, pode ter prevalecido até as últimas décadas do século XX, no que diz respeito produção do látex da seringueira na ilha do Combu, pois se assemelham às características descritas por Oliveira Filho (1979, p. 125):

No tipo de seringal que se está tratando a menor unidade produtiva não era constituída pelo extrator isolado, mas sim pelo extrator e sua família. Isso dava a unidade econômica nuclear uma flexibilidade relativamente grande, permitindo que o cultivo de subsistência ou outras formas de extração fossem realizados pela mulher e/ou pelos filhos, concomitantemente ao preparo da seringa pelo chefe da família.

Esse aspecto se assemelha ao comentário de uma moradora do Igarapé Combu: Cortei muita seringa com meu velho. Cada um ia pra uma estrada. Saía com o meu cachorro no escuro e oito e meia já estava de volta, mais tarde voltava pra colher as tigelas. Cheguei a fazer até 40 quilos por semana” (Elza Rosa, 40a. i.v. Pesquisa de campo, 2006). Como se percebe, a mulher realizava tarefas produtivas tipicamente masculinas, o que demonstra ser a família a unidade produtiva desse sistema. Todavia, assim como hoje, naquela época a venda dos produtos era realizada pelo homem, o chefe da família.

Outra característica diz respeito ao apossamento do terreno que apresentava acentuada despreocupação em relação à legalidade do mesmo. Deve-se isso, muito mais à localização desses seringais (OLIVEIRA FILHO, 1979) que constituíam terras de aluvião, ou seja, em

áreas passíveis de alagamentos freqüentes. Esse também é um aspecto presente em Combu, pois há exemplos de famílias que já moraram em três localidades da ilha, e somente em anos mais recentes é que procuraram adquirir a posse do lote que ocupam a exemplo de algumas famílias na comunidade Beira do Rio e à montante do igarapé Combu.

Segundo o depoimento dos moradores mais antigos, por volta dos anos de 1950, além do cacau e açaí, produziram a borracha, acompanhando o novo surto desse produto na região. Também coletavam frutos da andiroba, murumuru e ucuúba, os quais além de serem utilizados como produtos domésticos, eram comercializados, principalmente, na fábrica Copala em Belém. Nessa época, a jornada de trabalho era mais longa, começando cinco horas da manhã e estendendo-se até ao final da tarde (RODRIGUES, 2003).

O açaí era comercializado no mercado do Ver-o-Peso, “porque os bairros Jurunas e Cremação era só mato” (Sr Sebastião Quaresma, i.v. em janeiro de 2000). O ritmo da maré limitava a comercialização, pois dependiam do horário da *repona*¹² para fazer a travessia até os mercados de Belém, visto que o meio de transporte utilizado era a montaria¹³. Desse modo, muitos produtos eram extraviados, principalmente o açaí que é um produto condicionado à comercialização imediata.

Por volta da década de 1980, devido ao baixo preço da borracha e do fechamento da Copala, deu-se início a uma acentuada extração do palmito do açazeiro, embora já fosse uma prática comum na época principalmente no período chuvoso, quando a safra do açaí é menor. Contudo, a atividade não proporcionava a lucratividade almejada devido ao tempo que leva para abater as palmeiras que é de aproximadamente três anos.

A atitude dos moradores em relação a extração do palmito, demonstra que a mesma estava relacionada à questão da propriedade, pois como comenta Teixeira,

na medida em que os moradores foram ganhando a posse da terra, deixaram de cortar a palmeira para extrair o palmito e, passaram a só tirar açaí. Esses elementos indicam que a certeza da terra foi a certeza do futuro, e, trouxe uma atitude de maior consideração com as palmeiras e seus frutos (1999, p. 156).

Em vista disso, o açaí enquanto fonte principal de alimentação tornou-se também fonte de trabalho, e desse modo passaram a cuidar mais dos açazeiros, desenvolvendo uma forma de

¹² Nome que os ribeirinhos dão para o momento em que a maré fica parada por alguns minutos para em seguida começar a encher, favorecendo assim, a navegação. Segundo Lima e Tourinho (1996), este fenômeno é denominado “maré baixa” ou “baixa mar.”

¹³ Montaria é o nome que dão ao tipo de canoa em madeira, também chamado de “casco” por outros ribeirinhos no local.

manejo que consiste no desbaste seletivo, a fim de promover a regeneração e o crescimento das espécies selecionadas.

Com relação ao uso da terra, os lotes em sua maioria estão divididos em terreiro ou quintal - onde a casa é construída -, e floresta manejada. Todos esses espaços são aproveitados, especialmente entre os que possuem lotes pequenos. Nos lotes maiores, o zoneamento compreende o quintal, a floresta manejada e a mata de várzea. Esse tipo é encontrado em alguns lotes dos igarapés Combu e Piriquitaquara e Furo do Benedito. Essa forma de uso da terra constitui o sistema agroflorestal e pode ser utilizada de modo permanente e sustentável, altamente adaptável às especificidades da várzea do estuário (ANDERSON, 1988, p. 72).

Em adição à promoção da regeneração vegetal, algumas famílias estimulam a produção das plantas desejadas através da ativa proteção, por meio de cercados improvisados e da agregação de material orgânico. Esta última prática é comum no caso de plantas introduzidas, como manga e coco, e também em espécies nativas tais como cacau e açaí. É praticada pela maior parte dos produtores em todas as sublocalidades, com exceção da Beira do Rio, onde apenas duas famílias realizam tal atividade.

Dentre as espécies vegetais existentes, algumas são comestíveis, mas o uso potencial é a madeira. As sementes e os cipós são aproveitados para a fabricação de bijuterias na cooperativa da comunidade do igarapé Combu. Contudo, algumas espécies, como murumuru, cuja semente tem grande aproveitamento nessa atividade, estão sendo derrubadas para dar lugar ao plantio de açaí. Quanto às de aproveitamento madeireiro, existem poucas. As espécies mais encontradas por comunidade estão expressas na tabela 4:

Tabela 4: Madeira de valor comercial

Tipo	Beira do Rio Guamá	%	Furo do Benedito	%	Igarapé do Combu	%	Piriquitaquara	%	Total	% sobre total
Açacu	2	10,5	2	7,4	2	6,1	1	8,3	7	7,7
Anani	2	10,5	2	7,4	3	9,1	0	0,0	7	7,7
Andiroba	7	36,8	9	33,3	12	36,4	6	50,0	34	37,4
Cedro	3	15,8	6	22,2	9	27,3	2	16,7	20	22,0
Jutaí	2	10,5	3	11,1	1	3,0	1	8,3	7	7,7
Samaumeira	1	5,3	2	7,4	4	12,1	0	0,0	7	7,7
Virola	2	10,5	3	11,1	2	6,1	2	16,7	9	9,9
Total	19	100,0	27	100,0	33	100,0	12	100,0	91	100,0

Fonte: Pesquisa de campo, 2006

As comunidades Igarapé Combu e Furo do Benedito apresentam maior número de espécies comparadas às comunidades Beira do Rio e Piriquitaquara, ou seja, as primeiras representam nada menos que 65,9% do total de espécies madeireiras. Nas duas primeiras a andiroba predomina com 33,3% e 36,4%, respectivamente. Em Beira do Rio, todavia, um fator que contribui para isso é a força da maré que atua diretamente, provocando queda de terra, embora razões econômicas sejam os fatores principais para o menor percentual de espécies madeireira nessa comunidade. Exemplo que pode servir também para explicar o menor percentual em Piriquitaquara.

Embora os entrevistados não saibam o valor exato dos tipos de madeira existentes nos lotes, tomou-se como padrão número mais baixo. A andiroba foi o tipo mais respondido em todas as comunidades (37,4% do total de todas as espécies), o que significa ser a espécie dominante atualmente na ilha. Enquanto as que apresentam valor imediato no setor madeireiro foram menos citadas.

Na busca de sua subsistência, a sazonalidade determina a produção e o ribeirinho do Combu desloca-se ao longo do ano entre o habitat das várzeas e dos rios, os seus espaços produtivos. No ambiente aquático, eles se deslocam em busca do peixe e do camarão utilizando técnicas disponíveis como matapi, malhadeira, espinhel, caniço. A espécie mais encontrada de camarão é a “canela de água doce” (*Macrobrachium amazonicum*), capturados no período das chamadas “marés de quebra” ou “marés menores” que ocorrem três vezes durante a semana dos meses de maio e junho. O quadro 1 demonstra os recursos e a intensidade dos mesmos durante o ano.

Quadro 1: Indicativo dos recursos utilizados pelos moradores ao longo do ano

Tipo de produção/ Meses	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Camarão	-	-	-	-	**	**	*	*	*	*	*	*
Peixe	-	-	-	-	*	*	*	*	*	*	*	*
Açaí	-	-	*	*	*	*	*	**	**	*	*	*
Palmito	*	*	*	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cacau	**	**	-	-	-	*	*	-	-	-	-	-

Fonte: Pesquisa de campo, set. 2005-abr. 2006.

Observação: - Ausência; * Produção moderada; ** Produção intensificada pela sazonalidade.

A pesca é mais realizada para o consumo, podendo-se encontrar algumas espécies como peixe liso, pescados próximo à baía (filhote, piramutaba, mandubé) e peixes típicos dos igarapés (piaba, jacundá, traíra, acará), que segundo os entrevistados, já podem ser considerados extremamente escassos. Acreditam que isso esteja relacionado ao aumento de embarcações circulando nas proximidades, ao excesso de pescadores e a poluição das águas locais.

As atividades citadas têm sido uma constante ao longo de gerações, configurando a organização espacial, ao passo que as relações sociais não apresentam a mesma permanência. Isso se reflete em atividades como fazer a limpeza dos pés de cacau, fazer desbaste nas touceiras de açaí, ou mesmo coletar sementes que outrora eram realizadas em mutirão e que atualmente, cederam lugar a relações familiares mais individualistas. Como se percebe na fala do Sr. Sebastião Quaresma 86a: “Dantes, no verão, a gente fazia as coisas mais na camaradagem, comprava comida e juntava um bando de gente pra fazer limpeza do cacual” (i. v. Pesquisa de campo, janeiro de 2000).

Em relação ao trabalho com o açaí, práticas do passado ainda são marcantes no presente, pois a maioria dos produtores não busca a condição de trabalhador assalariado, isto é, manter contrato com os proprietários de fábricas. Isso se expressa na fala do Sr Raimundo Brabo “às vezes a gente vende o açaí na fábrica do Murutucu, ou onde o preço for melhor, mas a maioria das vezes é no Porto da Palha” (i. v. Pesquisa de campo fevereiro, 2006). Ao que tudo indica, os produtores procuram manter independência na relação comercial desse produto, pois a liberdade no agir implica um incremento maior na venda.

3.5 CARACTERIZAÇÃO DAS COMUNIDADES

Falar das comunidades não é querer fazer uma descrição *per se* das mesmas, descrevendo exaustivamente suas relações grupais para buscar a compreensão global da relação homem-natureza. O que se quer antes de tudo é demonstrar através de sua trajetória, subsídios que nos permitam identificar os sujeitos e suas relações no processo de mudança, bem como as conseqüências desse processo.

Reconhece-se neste trabalho como comunidades da ilha do Combu as sublocalidades Igarapé Combu, Periquitaquara, Furo do Benedito e Beira do Rio, as mesmas distribuem-se ao longo dos furos e igarapés que circundam a ilha e como demonstra a Figura 7.

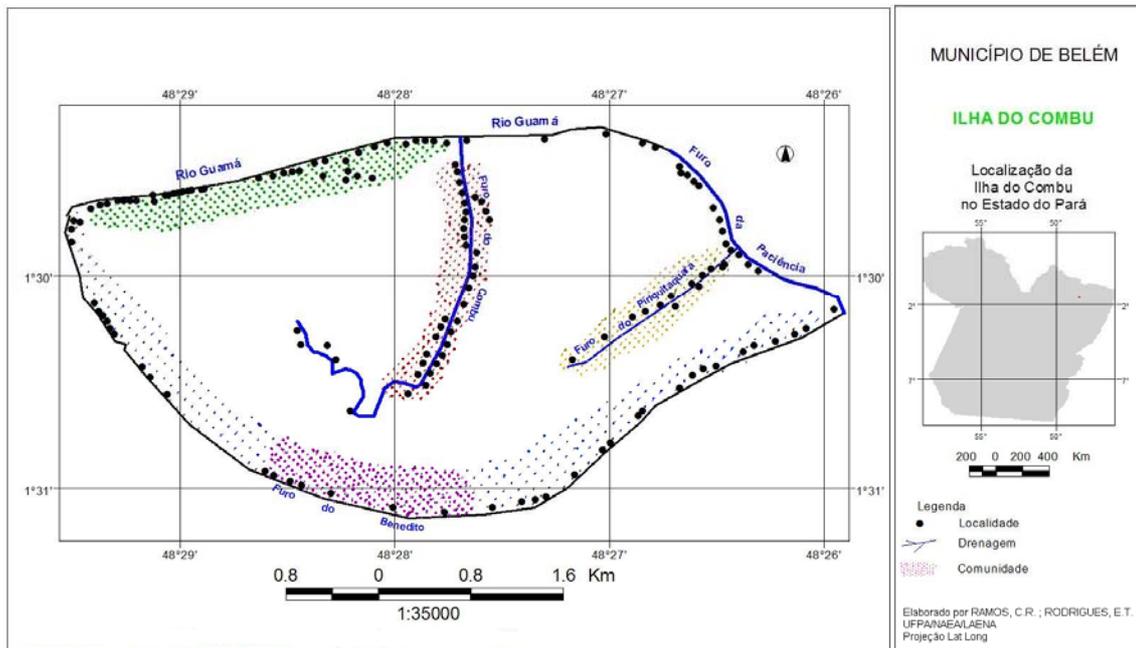


Figura 7: Croqui da localização das comunidades da ilha do Combu

O croqui demonstra que o maior número de residências localiza-se na comunidade de Igarapé Combu e Beira do Rio, enquanto que a comunidade com menor número de casas é Piriquitaquara. A comunidade do Furo do Benedito também tem menos moradores que as duas primeiras citadas, embora sua extensão territorial seja maior, assim como o tamanho dos lotes.

3.5.1 Comunidade do Igarapé Combu

O limite geográfico dessa comunidade compreende as margens do igarapé Combu e seus afluentes. Os dados fornecidos pelos moradores apontam que é a mais antiga das comunidades da ilha, cuja ocupação remonta ao início do século XX formada pela família do Sr Sebastião Quaresma, o “Seu Boquinha”.

A data provável da chegada dos primeiros moradores é do ano de 1900 (SECRETARIA MUNICIPAL DE COORDENAÇÃO GERAL DO PLANEJAMENTO E GESTÃO, 2001). No entanto, moradores mais antigos evocam lembranças que remetem ao

período da escravidão. O que se concretiza na fala de D. Neuza Custódio ao dizer: “meu pai veio pra cá em 1915, vendido como escravo pro seu Frederico, pai do Seu Boquinha, depois ele se tornou padrinho do papai. Ele trabalhava ajudando nos serviços da casa, na plantação...” (Neuza Custódio, 58 anos, moradora do Igarapé do Combu. Pesquisa de campo/2006).

Embora o depoimento acima se refira ao início do século XX é bem provável que houvesse moradores que utilizavam mão-de-obra escrava na ilha do Combu, muito antes desse período. De acordo com Alden (1974), entre 1757 e 1777 a chamada Companhia do Grão-Pará introduziu aproximadamente 15.000 escravos no Pará, todos procedentes de Guiné e Angola na África. E ainda que o destino final dos mesmos seja desconhecido, sabe-se que muitos foram usados como empregados domésticos (ALDEN, 1974, p. 88).

Mesmo não sendo possível encontrar referência específica acerca da presença de escravos na ilha do Combu, durante o período colonial, pode-se concluir que a mão-de-obra escrava na chamada zona guajarina, onde a ilha do Combu encontra-se inserida, foi marcante. A respeito desse assunto BEZERRA NETO (2001, p. 63) diz:

Na região das ilhas defronte da cidade de Belém, ou espalhadas pela baía de Guajará, havia algumas propriedades agrícolas sustentadas pelo trabalho escravo, sem que fossem necessariamente lavouras de cultivo da cana-de-açúcar.

Acevedo Marin e Castro (2004) apontam nessa mesma direção ao explicarem a existência de grupos quilombolas na referida região. Segundo as autoras supracitadas, havia nas proximidades de Belém diversos engenhos, dentre os quais os de grande porte se dedicavam à economia de *plantation*, produzindo prioritariamente açúcar, enquanto que as engenhocas dedicavam à fabricação de aguardente e mel (ACEVEDO MARIN; CASTRO, 2004, p. 55).

Não se percebe ruínas de engenho da cana-de-açúcar em Combu, embora na ilha vizinha, Murutucu, esses aspectos estejam presentes, e de acordo com Bezerra Neto (2001), havia na referida ilha engenho com forte presença de mão-de-obra escrava.

A referência sobre a presença do negro na ilha do Combu, nos tempos que precederam a libertação da mão-de-obra escrava, possivelmente a partir da segunda metade do século XIX, pode ser encontrada em Bezerra Neto (2002, p. 249), citando documentos que datam de 1870, sobre a fuga de escravos em Belém:

Vê-se, então escravo fugindo que, homiziado fora dos limites da cidade de Belém, vinha não somente em busca do necessário à sua existência, como também em busca de laços afetivos. Mas tem-se notícia, sobretudo de quem vinha à capital trabalhar. [...] Celestino, pertencente à viúva Ana Maria Corrêa de Miranda, fugindo do serviço de um outro Miranda, chamado Firmino Antônio Corrêa de Miranda, na ilha do Combu, localizada defronte da capital paraense, aparecendo alguns dias vendendo **assahi** (açai) nesta cidade.

Nota-se pela referência uma história de vida que antecede a atual geração, e o açai já constituído, fonte de renda relevante no local. No que concerne à atividade agrícola, foi praticada na ilha do Combu, até por volta dos anos 1960, segundo informações de moradores mais antigos do local.

A mata dessa porção estuarina tradicionalmente utilizada para a prática extrativista foi também aproveitada para o cultivo de milho, feijão, arroz e legumes, pois o transporte para Belém tornava-se difícil, tendo em vista que a travessia era feita em canoas a velas, ou remando. “O motor era artigo de luxo, daí a gente fazia o que podia pra não ter que ir a Belém. Fazia farinha da pupunha, óleo do murumuru, chocolate do cacau, cera de ucuúba pra lamparina e o sabão da andiroba” (Sr Sebastião Quaresma 86a, i. v. Pesquisa de campo, março 2000).

O cacau esteve sempre presente na vida dos combuenses, e ao que se sabe, desde as primeiras ocupações. Segundo Dauril Alden (1974, p. 25), as primeiras exportações de cacau da Amazônia se originaram de cacau silvestre, que era produzido em duas safras, a do inverno e do verão (uma safra começava em abril durando até agosto e outra com início em janeiro ou fevereiro, indo até final de março). A característica dessa produção teve duração no século XVIII, indo ao início do século XIX.

Quanto às relações sociais no presente, resultam principalmente da intervenção dos pesquisadores do MPEG, que possibilitaram a criação do centro comunitário local. O centro comunitário surge em 1988 com o nome de Centro Comunitário do Igarapé Combu, constituído de cinco membros entre presidente e secretários. O Sr Sebastião Quaresma, o *Seu Boquinha*, foi o primeiro presidente e seus parentes e agregados compunham as demais funções.

A família Quaresma, ao longo desses anos tem se revezado no comando do centro comunitário, mas o destaque é a Sra. Izete Gonçalves 40a, ligada a família Quaresma por laços matrimoniais, atual agente de saúde e representante da comunidade há vários anos. Seu esforço, junto aos de outras mulheres da família, tem mantido viva a imagem do que elas

chamam de comunidade. Pode-se afirmar que quando se fala em comunidade do Combu, os dois nomes lembrados são Nena e Neneca (respectivamente, Dona Izete e Prazeres).

Ao final dos anos 1990 a articulação política entre Belém e a liderança comunitária, trouxe vários benefícios. O principal foi o posto de saúde inaugurado em 2000, bem como a implantação da escola, que atende alunos do ensino fundamental da 1ª até a 4ª séries funcionando com turmas no período matutino e vespertino, o prédio para reuniões da comunidade, bem como a instalação de um telefone público.

À medida que as necessidades foram se ampliando, bem como o acesso ao conhecimento formal, esse quadro foi se modificando. É o que se percebe na fala de uma moradora: “Um dia numa reunião, no Incra, descobrimos nos papéis que a ilha era parte do município de Belém desde 1942, daí nós começamos a lutar pelos nossos direitos” (Srtª. Prazeres, moradora do igarapé Combu, i. v. Entrevista realizada em janeiro de 2001)

No local, se encontra o restaurante “Saudosa Maloca”, uma igreja evangélica e um campo de futebol, que é utilizado no verão porque os terrenos ficam mais secos nessa época do ano. Havia em anos passados também a associação de canoagem, mas atualmente, assim como o centro comunitário, está desativado. Usa-se o espaço físico da escola para reuniões.

As duas professoras da escola são funcionárias da Prefeitura Municipal de Belém (PMB) e residem na cidade, sendo que todos os dias um barqueiro contratado pela prefeitura faz o transporte das crianças matriculadas, bem como das professoras. Além disso, a agente de saúde da comunidade realiza o trabalho de prevenção junto a todos os moradores do igarapé Combu, incluindo metade das moradias ao longo da Beira do Rio.

O padrão das residências apresenta-se em três tipos: algumas, totalmente em alvenaria (Figura 8), são sete casas ao todo, sendo algumas delas gradeadas. O segundo tipo é em madeira e alvenaria e o terceiro tipo, que compõe a maior parte das residências, é totalmente construído em madeira, e com aspecto bem conservado. A maioria das residências possui mais que três cômodos.



Figura 8: Moradia em alvenaria no igarapé do Combu

Fonte: Pesquisa de campo, 2006

Em que pese os benefícios alcançados, as relações entre os comunitários nem sempre foram harmoniosas. Em anos passados a doutrina religiosa levou ao afastamento de evangélicos das reuniões comunitárias, que usavam como argumento para não freqüentarem, as festas e as brigas. Embora isso não seja suficiente para explicar o não envolvimento dos moradores na associação, são implicações que de certo modo, impediram a consolidação da participação, e confiança entre os mesmos, bem como inviabilizou a construção de uma auto-imagem positiva sobre a comunidade.

Freire (2002), em sua dissertação de mestrado corrobora essas afirmações. Diz a autora:

As políticas sociais implementadas pela Prefeitura Municipal de Belém são reconhecidas como as principais mudanças na ilha ao longo das décadas, e são creditadas como conquistas da comunidade, que se organizou e reivindicou a implantação da escola no Igarapé do Combu e a Unidade do Programa Família Saudável. A instalação do telefone público também é reconhecida como uma conquista da comunidade viabilizada pela PMB.[...] O que pode se observar é que após essas conquistas, a comunidade se desmobilizou e tem tido dificuldades na condução do Centro Comunitário. Há dois anos, está encerrado o mandato da última diretoria, e a comunidade não tem conseguido rearticular uma nova direção para a entidade (FREIRE, 2002, p. 99).

Sem dúvida, a dinâmica articulação de alguns moradores já rendeu muitos benefícios, a exemplo da cooperativa em que trabalham com sementes de frutos para bijuterias (Figura 9).



Figura 9: Bijouterias produzidas na cooperativa do Igarapé Combu
Fonte: Pesquisa de campo, 2006

Embora a cooperativa esteja funcionando no igarapé Combu, dela faziam parte, no período da pesquisa quatro famílias do local, três famílias da comunidade Beira do Rio, e duas famílias do Furo da Paciência. A maioria das famílias do igarapé Combu, mesmo morando próximo, não está cadastrada na cooperativa. Perguntado o motivo, os entrevistados responderam não terem sido convidados.

A fala de uma jovem senhora entrevistada, morando próximo ao local onde se realizam as oficinas da cooperativa, reflete a um só tempo a ausência do que seja a participação comunitária quanto ao machismo que prevalece ainda nas famílias. Diante da pergunta sobre a frequência às reuniões no centro comunitário e sobre a cooperativa, ela responde: “Eu não participo, meu marido não gosta disso, porque diz que só dá briga [...]. Tenho vontade de ir

porque eu acho muito bonito e eu sei trabalhar com sementes, minha vó me ensinou, mas meu marido diz que não preciso disso.” (C.S. S, 38 anos. Moradora do igarapé Combu, Pesquisa de campo, 2006).

A desarticulação é visível, tanto que até o prédio do centro comunitário, por se encontrar em precárias condições, não é utilizado pelos moradores. Quando há reunião ou algum evento, procura-se o restaurante *Saudosa Maloca*, ou o prédio da igreja católica que está sendo construído no local do antigo centro comunitário, ou mesmo nas dependências da escola. Até mesmo as vendas dos produtos da cooperativa são comercializadas aos finais de semana no referido restaurante.

A cooperativa de que se fala é resultado da relação que a comunidade mantém com a escola montessoriana CEMP e o Cesupa. Segundo dona Izete Gonçalves, a cooperativa existe como uma entidade de fato e não de direito. Atualmente, estão tentando criar um novo estatuto para uma nova diretoria no centro comunitário, tendo em vista tornar a cooperativa regularizada, visto que perderam o estatuto de centro comunitário, por não terem quem assumisse a nova diretoria. Segundo essa liderança comunitária, muitas vezes as decisões têm sido tomadas sozinhas por não terem apoio. Diante da pergunta sobre a ausência dos moradores às reuniões, ela é enfática:

Os próprios moradores têm visão equivocada do que seja a comunidade. Tem pessoas aqui que estão fazendo faculdade, tem mais esclarecimento, mas mesmo assim não se sente parte. Outro dia uma moça daqui do igarapé pediu permissão para escrever o TCC dela sobre o Combu, eu disse: “Mas você já é de casa, não precisa de permissão, você deveria estar nos ajudando”.[...] Então é isso. Quando a gente insiste convidando para reuniões, eles dizem “então eu vou pra te ajudar”. São muito acomodados. (Izete Gonçalves, i.v. pesquisa de campo, 2006).

É possível inferir, nesse depoimento, a tentativa de aproximação com os moradores do igarapé do Combu, embora os mesmos, como foi possível perceber preferam manter-se afastados. Os laços são mais intensos entre parentes e amigos mais chegados da liderança comunitária inviabilizando aos demais o “sentimento de nós”, de pertencer ao grupo, no sentido weberiano.

Quanto ao padrão de vida dessa comunidade (será analisado no capítulo 4), em alguns aspectos como renda, por exemplo, é superior ao encontrado em Beira do Rio e Piriquitaquara, embora existam famílias com baixo de nível de renda no local. Contudo, um fator que interfere diretamente no bem-estar das pessoas que moram nessa comunidade é a freqüente presença de *jet-ski* (Figura 10) de moradores de Belém, pois os mesmos adentram o

igarapé em alta velocidade, dificultando dentre outros, a pesca, já escassa, bem como o uso da água, devido o teor de lama que fica na superfície.



Figura 10: Banhista passeando no igarapé Combu

Fonte: Pesquisa de campo, 2006

É comum encontrar no igarapé Combu, cenas como a que demonstra a figura acima, além de embarcações de turismo. Assim, o que poderia ser benéfico, tal como evocam os defensores do turismo ecológico acaba se tornando um transtorno, pois o igarapé é estreito e de baixa profundidade para o tamanho das embarcações.

3.5.2 Comunidade Piriquitaquara

A comunidade Piriquitaquara é a que contém menor número de residências e também moradores. São 27 residências no total, embora seja comum habitar mais de uma família na mesma residência. Algumas famílias que moram ao longo do Furo da Paciência consideram-se pertencentes a essa comunidade.

O padrão de ocupação acompanha as margens do igarapé de nome homônimo ao da referida comunidade, mas é possível encontrar habitações no interior dos terrenos que margeiam o igarapé. Trilhas ecológicas construídas à época da implantação do projeto do

Museu Emílio Goeldi, tornam comum a comunicação entre os moradores dessa localidade com os moradores do Igarapé do Combu, sendo o padrão das residências típico ao de uma população ribeirinha da região, isto é, casas em madeira cobertas por telhas de barro ou de amianto.

A associação comunitária foi criada em dezembro de 1989, e inicialmente, 30 famílias compunham a comunidade, hoje são 52 ao todo (Andréa Pimentel, 28a i.v. Pesquisa de campo, 2006). É a única comunidade que possui prédio próprio. Trata-se, no entanto, de uma associação comunitária com um viés propugnado pela igreja católica e constituído em sua maioria por um grupo de mulheres que se revezam na realização de atividades que visam angariar fundos para o funcionamento da mesma, e cujos beneficiários são os próprios moradores do local, conforme mostrou o Quadro 3.

Em geral são pessoas bem receptivas, mas se os mais velhos gostam de conversar, os jovens preferem ficar calados, ouvindo. Quanto às crianças (Figura 11), quando não estão na escola, assistem televisão ou ajudam as mães nos afazeres domésticos, a tarde brincam no “casco” e tomam banho de rio, esperando a noite chegar para assistir televisão na companhia dos pais.



Figura 11: Crianças brincando em Piriquitaquara

Fonte: Pesquisa de campo, 2006.

As atividades no centro comunitário se restringem à venda de comidas e festivais de canto, rezas, torneios e quermesses. É válido dizer que as festividades coincidem com a época da safra de algum produto gerador de renda no local. Assim, durante o mês de maio, com a “quebra da maré” tem o festival do camarão, que marca o início da safra, e em junho, com a chegada do açaí, a festa de Santo Antônio. Durante as festas, os jovens dançam, enquanto as mulheres mais velhas cuidam da comida.

A respeito dessas festas, um fato peculiar merece ser destacado, a partir do comentário de uma moradora:

Antes eu ajudava na organização da festa, mas agora estou com a vista cansada e então vou para o grupo da comida. A gente ainda tem aquela coisa de oferecer comida pras pessoas que vem né, mas aí o padre diz: olha vocês não tem que dar, vocês têm que vender senão vocês não têm lucro. Agora o padre já diz vende e dá também. Aí a gente já acostumou assim, né. Tem que agradar as pessoas, não é só vender, vender... Mas antigamente não era assim: o trabalho era feito em mutirão. Ia tudo bem, mas depois uns iam, outros, não, aí ficou assim (Dona Gracina Trindade, 65a, i. v., pesquisa de campo, 2006).

Depreende-se dessas informações que a solidariedade enquanto característica de hábitos antigos coexiste com a nova realidade, no plano do vivido, embora sob forma de conflito, pois ao mesmo tempo em que se busca manter a tradição, surge a necessidade de se adequar às regras de uma nova ordem que implica mudança no que diz respeito às relações sociais.

Mas se a solidariedade é marcante, pelo menos quanto ao aspecto antes comentado, por que a comunidade através de seus representantes não tem conseguido as vantagens ou benefícios alcançados, tal como ocorre na comunidade do Igarapé Combu? A ausência de um articulador atuante entre a comunidade e o poder público, bem como as instituições, tal como ocorre no Igarapé Combu, poderia indicar a resposta.

Ao responder o questionário sobre a organização comunitária, a líder do centro comunitário no período da pesquisa respondeu que todos os benefícios ou projetos desenvolvidos na ilha, ficam sempre no Igarapé Combu (Andréa Pimentel, 28^a, i. v., pesquisa de campo, 2006). Diante do exposto, pode-se inferir que há uma rivalidade entre as duas citadas comunidades, fato também percebido em momentos de reuniões que envolvem todos os moradores da ilha: as reuniões ocorrem geralmente na comunidade do Igarapé Combu e é menor o número de participantes de moradores de Piriquitaquara. Por outro lado, de acordo

com a entrevista à liderança, costumam freqüentar reuniões ou outros encontros, que visem discutir os problemas locais, quando são realizados na própria comunidade ou em Belém.

É possível que a implantação de projetos ou outros benefícios na comunidade Igarapé Combu, deve-se muito mais à distância entre a comunidade e a cidade, posto que a travessia de Belém até o referido local tem duração de 15 minutos.

Não obstante, há outras situações na comunidade Piriquetaquara que merecem ser analisadas. A princípio essa comunidade é reconhecida como área de remanescentes quilombolas (ACEVEDO MARIN; CASTRO, 1999). Todavia, quando questionados sobre o assunto, os entrevistados respondiam não ter conhecimento, ou não se reconheciam como tal, embora fisionomicamente se assemelhem à população afro-descendente. Pode-se deduzir que o motivo dessas respostas tem relação com estereótipos negativos ao típico habitante rural da região, o *caboclo* (LIMA, 1999, p. 26). O relato de uma moradora da comunidade, durante a pesquisa de campo, ao falar da continuidade de estudo dos filhos em Belém, chama atenção para esse fato:

Meus dois irmãos já foram muito humilhados pelo porteiro da escola [refere-se a uma escola de Ensino Médio em Belém]. Ele implicava com tudo, falava do cabelo, e por qualquer motivo não deixava minha irmã entrar, mas a nossa madrastra foi lá e acabou a história. Agora foi com o meu irmão. Ele tinha vergonha de ir pra escola porque todo mundo chamava assim, “lá vem o caboquinho do Combu”. Ele parou de estudar e disse que queria apanhar açai. Ai um dia desses, ele falou o motivo (Andréa Pimentel 28a, i. v., pesquisa de campo, 2006).

O depoimento acima pode ser uma evidência da ausência de capacitação pessoal na escola na maneira de tratar a valorização do ser humano, o que implica no abandono da escola pelo jovem, assim como o desconhecimento ou mesmo a valorização desses ribeirinhos enquanto cidadãos.

Comparada às demais comunidades da ilha é menor o número de filhos nas famílias, cursando o ensino médio ou que tenham concluído o curso. Ao contrário do Igarapé Combu e Furo do Benedito em que já existem pessoas jovens com ensino superior ou participando de cursos técnicos. Isso pode ser explicado pelo número de filhos que já saíram do local, pois enquanto nas demais comunidades muitos filhos já deixaram o local em Piriquetaquara o índice é menor, conforme demonstra a Tabela 5.

Tabela 5: Número de filhos por família que já deixaram a ilha

<i>Nº de filhos que já saíram da ilha</i>	<i>Beira do Rio Guamá</i>	<i>(%)</i>	<i>Furo do Benedito</i>	<i>(%)</i>	<i>Igarapé do Combu</i>	<i>(%)</i>	<i>Piriqui- taquara</i>	<i>(%)</i>
0-1	12	80,0	9	75,0	10	50,0	6	85,7
1-2	1	6,7	1	8,3	6	30,0	1	14,3
2-3	2	13,3	2	16,7	2	10,0	0	0,0
3-4	0	0,0	0	0,0	1	5,0	0	0,0
4	0	0,0	0	0,0	1	5,0	0	0,0
Total da amostra por comunidade	15	100	12	100	20	100	7	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2006

Em que pese esses comentários, o fato de estarem integrados, formando uma comunidade já é significativo, pois de acordo com Acevedo Marin e Castro (1998), os modos de cooperação e as práticas associativas são substanciais às comunidades negras no Brasil em situação de vida rural. Desse modo, a religiosidade em Piriquitaquara, pode ser considerada um fator positivo no momento em que auxilia na integração dos moradores, quando das práticas realizadas durante os momentos comemorativos e daí promover o associativismo dos mesmos.

Recentemente uma instituição particular de ensino superior, a Fabel levou a proposta aos moradores de trabalharem com sementes, para o mercado de artesanato. Chegou a iniciar um curso de capacitação para oficinas, mas depois de iniciado o projeto da escola CEMP no Igarapé Combu, a proposta da Fabel em Piriquitaquara foi abandonada sem justificativa à população local. Ao serem contatados, durante a pesquisa, os administradores da referida faculdade não deram explicações, apenas uma funcionária disse que estão revendo os objetivos do projeto.

Na comunidade, algumas famílias recebem ajuda da prefeitura de Acará, através da pessoa do atual prefeito. Todavia, a ajuda se resume aos favores direcionados a algumas famílias que mantêm amizade, com o prefeito do referido município deixando visível uma política clientelista através dessas ações. Os tipos de ajuda mais citados foram madeira para construção de casas e cesta básica.

Quanto à infra-estrutura, há na comunidade uma escola de 1ª a 4ª série do ensino fundamental, fundada na década de 1980 e mantida pela prefeitura do Acará. Em 2005, as matrículas não foram realizadas e as crianças estudaram nas escolas do igarapé Combu e de Belém, mas em 2006, agora sob a responsabilidade da prefeitura de Belém, retornaram à mesma.

A religião católica é dominante no local, sendo que a irmandade a qual pertencem é a de Santo Antônio, auxiliada pela ordem dos Capuchinhos em Belém. Mensalmente o padre vai a comunidade realizar missas e batizados, os casamentos são realizados anualmente. O prédio onde funciona o centro comunitário (Figura 12) é também o local onde são realizadas as festas e as missas.



Figura 12: Prédios da escola, da barraca de comidas e do centro comunitário de Piriquitaquara
Fonte: Pesquisa de campo, 2006

Não há igrejas evangélicas nessa comunidade, e são comuns as realizações de festas com aparelhagem. Uma família inclusive tem maior parte da renda proveniente da aparelhagem de som que é frequentemente alugada para realização de festas em localidades próximas.

3.5.3 A comunidade Beira do Rio

A comunidade da Beira do Rio localiza-se às margens do rio Guamá, à esquerda do igarapé do Combu, conforme demonstra a Figura 13 limitando-se com a baía de Guajará e Furo do Benedito. Cerca de 78 famílias, moram na sublocalidade, mas não estão distribuídos uniformemente, há pontos de maior concentração e outros com maior dispersão, devendo-se isso ao impacto da ação das marés que é intenso no local, causando desbarrancamento das margens em virtude da forte correnteza. Isso dificulta o abastecimento de água nas moradias, que não possuem encanamento para captação da água do rio, e assim, as famílias buscam cada vez mais o interior da ilha para se instalarem (Figura 13).



Figura 13: Residência na comunidade Beira do Rio

Fonte: Pesquisa de campo, 2006

O centro comunitário foi criado nos anos 1980, com o título de centro comunitário Fé em Deus, por uma matriarca do local e parente de famílias ligadas ao centro comunitário do igarapé Combu. O prédio do centro comunitário que já não existe, foi o único benefício a ser conseguido por aqueles moradores, e pela ausência de mobilização social dos membros com a liderança comunitária, deixou de existir de fato.

Nessa comunidade há maior número de igrejas evangélicas, inclusive, uma delas era o local utilizado para as reuniões com os moradores. Em seus limites, já próximo à foz do igarapé do Combu encontra-se o prédio do antigo restaurante Marulhos d'ilha e que à época da pesquisa tornou-se propriedade de um deputado, que costuma realizar festas dançantes no local, e é bastante freqüentado por jovens do local. São festas que geralmente acabam em brigas e segundo depoimento de uma líder comunitária é possível encontrar nessas festas o uso de entorpecentes.

No que diz respeito ao padrão de vida, a comunidade apresenta os maiores contrastes, visto que ali se podem encontrar famílias numerosas cujo lote não tem açai e a única fonte de renda é a bolsa-família. Por outro lado, há famílias cuja renda ultrapassa reza é mais comum nessa comunidade que em toda a ilha, embora existam famílias com melhores condições de vida. A dependência dos recursos industrializados é, contudo, marcante, até mesmo produtos básicos como temperos para comidas são adquiridos em Belém, embora essa não seja uma regra geral, pois há algumas famílias que cultivam plantações e ervas medicinais.

3.5.4 Comunidade do Furo do Benedito

A comunidade é formada por 48 residências e está localizada às margens do acidente geográfico do Furo do Benedito. Aparentemente está mais articulada – tanto do ponto de vista econômico quanto social - aos moradores da comunidade Boa Vista, esta situada à margem esquerda do Furo do Benedito, e pertencente ao município de Acará.

A mata ciliar ainda está preservada no local, sendo comum encontrar muitas garças que povoam a margem. A aparente tranqüilidade só é quebrada pelo barulho das aves e dos barcos que de vez em quando trafegam por ali.

Os moradores, tal como os de Piriquitaquara, em geral são bastante receptivos, embora a timidez dos mais velhos inviabilize muitas conversas. Seu povoamento tem intensificado em anos recentes muito mais pelas novas famílias que surgiram de casamentos entre filhos de moradores do próprio local, ou seja, são residências construídas nos terrenos dos pais.

As residências (maioria) ao longo de todo o furo apresentam aspecto bem conservado, uma delas totalmente em alvenaria e outras apenas com piso em lajota. As demais são em madeira. Os quintais dessas residências apresentam uma variedade de frutos e outras plantações.

Desde o ano de 2004 vêm tentando criar uma associação comunitária, sendo que em 2005 conseguiram formar a diretoria. No entanto, até a última visita realizada em abril de 2006 ainda estavam construindo um prédio para receber os moradores em reuniões, já que as mesmas ocorrem nas dependências de um morador do local.

O centro comunitário do Furo do Benedito surgiu da necessidade dos moradores de terem mais visibilidade junto ao poder público, pois suas necessidades e dificuldades são em geral comuns aos das demais comunidades. Talvez até mais quando se lembra a questão da violência. É comum o roubo de motores das embarcações, pelos chamados “piratas do rio” que se prevalecem do precário funcionamento dos telefones móveis e da distância até Belém, o que inviabiliza a chegada de socorro.

As crianças e os jovens dessa comunidade estudam em Belém, a maioria, e na escola de Boa Vista ou Santa Luzia, comunidades do outro lado do furo. Dificilmente procuram ajuda do posto de saúde do igarapé Combu. Essas situações demonstram a ausência de relacionamento entre as duas comunidades. Contudo, o índice de escolaridade é maior entre os mais jovens, principalmente, se comparados aos de Piriquetaquara e Beira do Rio.

Todavia, nessa comunidade também, a coletividade não é um aspecto marcante entre os grupos familiares, pois há falta de interesse em colaborar, pois o que prevalece são os interesses pessoais. A fala de D. Edna Lima, vice-líder comunitária, demonstra essa concepção quando diz: “só aparecem em reunião quando a gente diz que é pra resolver o problema da energia elétrica” (i.v. 2006).

O Estado, através da Secretaria de Educação, vem contribuindo para o fortalecimento da associação comunitária do Furo do Benedito, na medida em que benefícios são implementados tais como o barco doado pela Seduc para levar os alunos até à escola em Belém. Um ponto em comum entre ela e as demais comunidades, é a frequência escolar de praticamente todas as crianças, enquanto que entre os jovens, é comum o abandono escolar, entre os do sexo masculino, enquanto que entre as mulheres é maior o número de quem está concluindo ou já concluiu o ensino médio. Entre os mais velhos o índice de analfabetismo assemelha ao índice das demais comunidades conforme será visto no capítulo a seguir.

4 A MUDANÇA NOS FLUXOS MATERIAIS DAS COMUNIDADES

Os ribeirinhos da ilha do Combu ao adotarem como prática na relação com o ambiente o sistema agroflorestal extensivo (ANDERSON, 1991) e o manejo dos açazais, além de diversificarem suas atividades no mundo do trabalho contribuem para a sustentabilidade socioambiental. Desse modo, o fluxo de colonização permanece estável, visto que não há intensidade na atividade produtiva baseada unicamente nos recursos locais.

As observações nos últimos meses nas quatro comunidades, sem dúvida não são suficientes para compreender o sentido da mudança nos fluxos materiais, todavia, os dados da pesquisa apontam para variações metabólicas e sociais, das comunidades as quais serão tratadas a seguir.

4.1 PADRÃO DE VIDA

A análise do padrão de vida nas comunidades leva em conta a renda auferida mensalmente, moradia e saneamento, alimentação, educação, bens e equipamentos domésticos. Os recursos dos quais dispõem os ribeirinhos, na relação sociedade-natureza também compõem o conjunto de elementos que formam seu gênero de vida e estão presente na análise do padrão de vida.

4.1.1 Tratamento do lixo e abastecimento de água

Das 54 famílias entrevistadas, em relação ao tratamento dado ao lixo, 98% responderam queimá-lo, enquanto que 2% assumiram jogá-lo nos rios, principalmente produtos biodegradáveis. Algumas famílias utilizam o lixo orgânico para servir como adubo para as plantas, essa prática foi encontrada na Beira do Rio.

A água dos igarapés é mais utilizada para lavar louça e roupas. Em algumas casas, o abastecimento é realizado através de bombeamento realizado por gerador que faz a captação do rio até o “jirau”, na cozinha. Esse processo é realizado no Furo do Benedito e Igarapé Combu. Para as famílias que não possuem o mecanismo, o abastecimento é feito pelo próprio morador direto do igarapé através de baldes. A água potável da maioria dos moradores é adquirida em Belém, como demonstra a Tabela 6.

Tabela 6: Fonte de água potável nas comunidades da Ilha do Combu

Fonte	Igarapé Combu		Beira do Rio		Piriquitaquara		Furo do Benedito	
	Nº famílias	%	Nº famílias	%	Nº famílias	%	Nº famílias	%
Poço aberto	0	0,0	1	6,7	1	14,3	6	50,0
Igarapé	2	10,0	3	20,0	1	14,3	2	16,7
Cosanpa/Belém	15	75,0	10	66,7	4	57,1	4	33,3
Água mineral	3	15,0	1	6,7	1	14,3	0	0,0
Total	20	100,0	15	100,0	7	100,0	12	100,0

Fonte: Pesquisa de campo, 2006

Como demonstra a Tabela 6, a maior fonte de água potável é Belém através da Cosanpa, capturada em postos de gasolina ou da residência de amigos que residem às proximidades do Porto da Palha. Dependendo do local onde a água é adquirida pode-se pagar em dinheiro ou com um “agrado” que pode ser doação de frutos, camarão ou outros recursos existentes na ilha. Quando o pagamento é em dinheiro paga-se o valor de R\$ 1,00 por vasilhame.

Acompanhando os gastos com o consumo de água potável em uma família de quatro pessoas residente no Igarapé Combu, observou-se que consomem em média 30 litros de água por semana. Não há custos com o fornecimento, no entanto pagam R\$ 1,00 ao carregador por cada vasilhame que corresponde a 10 litros e, que é renovado a cada dois dias. Assim, somando-se ao custo com o combustível da embarcação, os custos totais mensais chegam a aproximadamente R\$20,00.

As famílias que moram no igarapé Combu e possuem maiores rendas, compram água mineral e tem um custo maior, visto que um garrafão de água à época da pesquisa custava cerca de R\$ 3,00. Em uma família com 5 pessoas, o consumo é de 3 garrafões por semana. Contudo, famílias que não possuem barco a motor, costumam usar água dos igarapés, que é armazenada em baldes. De acordo com a tabela, a maioria dessas famílias encontra-se na comunidade Beira do Rio.

Quanto ao tratamento, as famílias utilizam hipoclorito. O hipoclorito é produto fornecido pela Secretaria de Saúde do município através das agentes de saúde de cada sublocalidade, embora em Beira do Rio e Furo do Benedito esta não seja uma regra constante devido à falta do fornecimento do produto. Ao ser entrevistada, a agente de saúde responsável pela área informou que não houve repasse do produto pela referida secretaria, o que significa que para um bom número de famílias o tratamento consiste em coar a água.

Para armazenamento da água, 90% das famílias na comunidade Beira do Rio utiliza o pote - tradicional recipiente da região para armazenar água -, nas demais comunidades esse utensílio é pouco usado, haja vista que a maioria dos entrevistados responderam armazenar água em baldes caixa d'água e tambor.

Na comunidade Beira do Rio a resposta "água do igarapé" corresponde a alguns córregos que existem na localidade. O perigo quanto ao consumo dessa água é maior, pois é grande o acúmulo de lixo à margem do rio Guamá e a coloração da água que é sempre barrenta. As famílias são numerosas e, portanto, é maior o consumo de água, o que as leva a buscar alternativas tais como poço, encontrados na área de terra firme.

4.1.2 Energia

Em relação ao consumo de energia, do total de famílias entrevistadas, a maior fonte provém de geradores movidos a óleo diesel, que totaliza 64,8%, seguido de querosene (31,5%), bateria automotiva e energia solar com 1,8%. Moradores que não têm gerador contribuem com o óleo diesel e o óleo lubrificante, ao proprietário do gerador, mas isso não significa ter energia a qualquer hora, pois dependem da decisão do proprietário quanto ao horário de funcionamento. Assim, durante o dia algumas famílias utilizam baterias para suprir a carência de energia elétrica.

O uso da energia solar foi encontrado na comunidade Beira do Rio, mas apenas uma família utiliza essa fonte de energia que é fruto de um trabalho realizado por um pesquisador da Universidade de São Paulo (USP).

4.1.3 Escolaridade

As escolas existentes na ilha do Combu são de 1ª a 4ª do ensino fundamental, e estão sob coordenação da Secretaria Municipal de Educação de Belém. Até a alguns anos, a escola localizada no igarapé Combu estava sob coordenação da Fundação Escola Bosque (Funbosque), com um ensino centralizado na realidade local, a partir da questão ambiental. Hoje a escola funciona como anexo da escola municipal Sílvio Nascimento. A outra escola encontra-se na comunidade Piriquitaquara e foi implantada pela prefeitura do município de Acará, estando atualmente sob coordenação do município de Belém. As duas escolas atendem apenas crianças do ensino fundamental menor.

Até recentemente na escola do Igarapé Combu os adultos estudavam, fazendo parte do Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos Paulo Freire (MOVA), mas segundo a liderança comunitária de Igarapé Combu, as aulas (ministradas por moradores da ilha), não tiveram continuidade em 2005 e 2006, por falta de auxílio.

Conforme os dados obtidos, é baixo o nível de escolaridade dos chefes de família, nas quatro comunidades, embora o percentual de menor nível escolar esteja entre os homens, quando comparados aos filhos e, à esposa, na maioria das vezes. Na Tabela 7 verifica-se que no total a diferença é de 0,8 % para as esposas, ao passo que se a análise for por nível escolar, esse percentual é bem mais elevado, visto que entre elas é menor o índice de analfabetismo.

Tabela 7: Nível de escolaridade dos chefes de famílias

Comunidade	Analfabeto		1ª - 4ª		5ª - 8ª		E. médio		Superior	
	EO	EA	EO	EA	EO	EA	EO	EA	EO	EA
Igarapé Combu	20,0	1,1	60,0	55,6	0,0	3,3	0,0	6,0	0,0	0,0
Beira do Rio	26,7	7,1	60,0	71,4	3,3	1,4	0,0	0,0	0,0	0,0
Piriquitaquera	14,3	0,0	57,1	57,1	8,6	8,6	0,0	4,0	0,0	0,0
Furo do Benedito	33,3	0,0	45,5	3,6	5,0	8,2	0,0	8,0	0,0	0,0

Fonte: Pesquisa de campo, 2006

Observação: EO = esposo; EA = esposa

Ao serem discriminados os valores por comunidade, Furo do Benedito e Piriquitaquera apresentam maiores percentuais se considerado o número de entrevistados e a taxa de analfabetos que é menor, em relação às demais. Assim, os menores percentuais são compensados pelo índice de esposas que estudaram até o ensino médio. Em Igarapé Combu, embora pareça haver equilíbrio no total (37% para homens e 36% para as mulheres), isso se deve a casos em que o chefe é viúvo. Ainda assim, entre as mulheres o índice de escolaridade é maior, visto que elas conseguem chegar ao ensino médio, ao contrário dos homens.

A comunidade Beira do Rio apresenta os menores índices de escolaridade, tanto entre homens quanto entre as mulheres. Nenhum chefe de família conseguiu chegar ao ensino médio, nessa comunidade o analfabetismo apresenta taxas de 26,7% entre os homens e 7,1% de entre as mulheres.

4.1.4 Bens de consumo e hábitos alimentares

Em relação à dieta alimentar das comunidades, a Tabela 8 aponta para um consumo maior dos alimentos industrializados, embora uma diversidade de frutos exista no local. A frequência com que os alimentos aparecem e o consumo diário dos mesmos está representado na tabela.

Tabela 8: Hábitos alimentares – Frequência semanal

Tipo	Igarapé Combu	%	Beira do Rio	%	Piriqui- taquara	%	Furo do Benedito	%	Total	% sobre total
Açaí	20	9,6	13	9,4	7	9,2	12	10,0	52	9,6
Camarão	17	8,2	12	8,6	6	7,9	8	6,7	43	7,9
Carne bovina	20	9,6	14	10,1	7	9,2	12	10,0	53	9,8
Carne enlatada	5	2,4	4	2,9	3	3,9	2	1,7	14	2,6
Farinha	19	9,1	13	9,4	7	9,2	12	10,0	51	9,4
Feijão	19	9,1	13	9,4	6	7,9	12	10,0	50	9,2
Frango	18	8,7	13	9,4	6	7,9	11	9,2	48	8,8
Legumes	15	7,2	6	4,3	5	6,6	9	7,5	35	6,4
Leite	19	9,1	11	7,9	7	9,2	11	9,2	48	8,8
Macarrão/arroz	14	6,7	6	4,3	5	6,6	7	5,8	32	5,9
Marisco	6	2,9	2	1,4	0	0,0	0	0,0	8	1,5
Ovo	13	6,3	11	7,9	5	6,6	6	5,0	35	6,4
Peixe congelado	5	2,4	7	5,0	6	7,9	7	5,8	25	4,6
Peixe do local	16	7,7	11	7,9	5	6,6	11	9,2	43	7,9
Peixe salgado	2	1,0	3	2,2	1	1,3	0	0,0	6	1,1
Total	208	100,0	139	100,0	76	100,0	120	100,0	543	100,0

Fonte: Pesquisa de campo, 2006

Dos alimentos citados, foram considerados apenas os que são consumidos no almoço e jantar. A somatória de todos os tipos citados foi de 534, sendo que a obtenção da maioria desses alimentos se dá através de compra fora da comunidade.

A carne de caça não foi reportada como fonte alimentar, pois praticamente nenhum dos moradores respondeu consumir esse tipo de alimento. Os alimentos que mais fazem parte da dieta alimentar são: açaí, carne bovina, carne de frango e camarão. Em todas as

comunidades a carne de frango em sua maior parte é adquirida em Belém, pois as poucas criações são voltadas para o comércio.

A farinha de mandioca é complemento indispensável, por isso foi o tipo mais citado, mas devido a maior parte dos terrenos encontrarem-se na área do igapó, não é possível o cultivo da mandioca para a produção de farinha, desse modo, algumas famílias de Piriquitaquara e Furo do Benedito fazem roças de meia¹⁴ com moradores da comunidade Boa Vista do Acará. Os demais moradores, compram farinha em Belém. Em uma família de seis pessoas o consumo da farinha gira em torno de 3kg ao dia, aumentando ainda mais durante a safra de verão do açaí.

Nas comunidades Piriquitaquara e Furo do Benedito, o pescado aparece como um dos mais consumidos em relação às outras duas comunidades, embora os índices na tabela indiquem o contrário. Esta aparente contradição deve-se ao número de pessoas entrevistadas que foi maior em Igarapé Combu e Beira do Rio, devido à metodologia adotada na entrevista.

O consumo de legumes é maior na comunidade Igarapé Combu. Isto pode ser devido à renda mais elevada e à proximidade com a cidade. É incipiente o cultivo de hortaliças e temperos para o preparo dos alimentos nesta comunidade e menos ainda na comunidade Beira do Rio.

O consumo de carne bovina (9,9% do total) é maior em todas as comunidades da ilha, enquanto que o consumo da carne de frango eleva-se durante a safra de açaí, pois foi descrita como o principal acompanhamento do açaí. A carne de frango vem substituindo a carne de peixe que, embora seja mais encontrada na safra de verão, tem diminuído nos últimos anos, segundo o depoimento dos moradores.

O consumo de peixe salgado, um hábito freqüente até alguns anos atrás entre a população ribeirinha da região, assim como na ilha do Combu, nas quatro comunidades, aparece na tabela, com menor percentual (1,1% do total) de consumo, seguido de marisco e de carne enlatada.

Quanto aos bens de consumo (Tabela 9), o índice por residência é maior na comunidade Igarapé Combu, o que pode estar relacionado à renda proveniente de trabalhos assalariados e da venda do açaí.

¹⁴ A “meia” é uma forma de contrato em que o proprietário da roça permite que o morador do Combu tenha acesso à roça em troca da divisão dos produtos.

Tabela 9: Bens de consumo

Tipo	Igarapé Combu	%	Beira do Rio	%	Piriquitaquara	%	Furo do Benedito	%
DVD	6	5,8	0	0,0	1	2,9	2	3,4
Fogão a gás	19	18,4	13	30,2	7	20,6	12	20,7
Geladeira	7	6,8	1	2,3	4	11,8	2	3,4
Minisystem	12	11,7	3	7,0	3	8,8	8	13,8
Rádio	19	18,4	9	20,9	6	17,6	10	17,2
Telefone	16	15,5	7	16,3	3	8,8	9	15,5
TV	16	15,5	6	14,0	8	23,5	11	19,0
Ventilador	7	6,8	0	0,0	2	5,9	3	5,2
Videocassete	1	1,0	4	9,3	0	0,0	1	1,7
Total	103	100,0	43	100,0	34	100,0	58	100,0

Fonte: Pesquisa de campo, 2006

A comunidade do Igarapé Combu não apenas tem maior índice de bens de consumo como também os objetos de geração recente, como aparelho dvd (Digital Vídeo Disc) e telefone. Em algumas residências houve quem respondesse ter mais de um desses equipamentos. Na comunidade Piriquitaquara, as famílias entrevistadas também acompanham essa evolução.

Na comunidade Furo do Benedito, a tendência é aumentar o número de geladeira, pois as famílias entrevistadas, responderam que pretendem comercializar polpa de frutas a partir da instalação da rede elétrica pela Celpa, prevista para 2007.

As frutas são o grande legado deixado pela equipe do Museu Emílio Goeldi, por ocasião do Programa Estuário. Mas a forma como é comercializada, *in natura*, desestimula a intensificação na produção, pois a maior parte de seus moradores não têm como armazená-las. No Gráfico 2 aparecem por comunidade, os tipos de frutos mais encontrados no quintal das famílias entrevistadas.

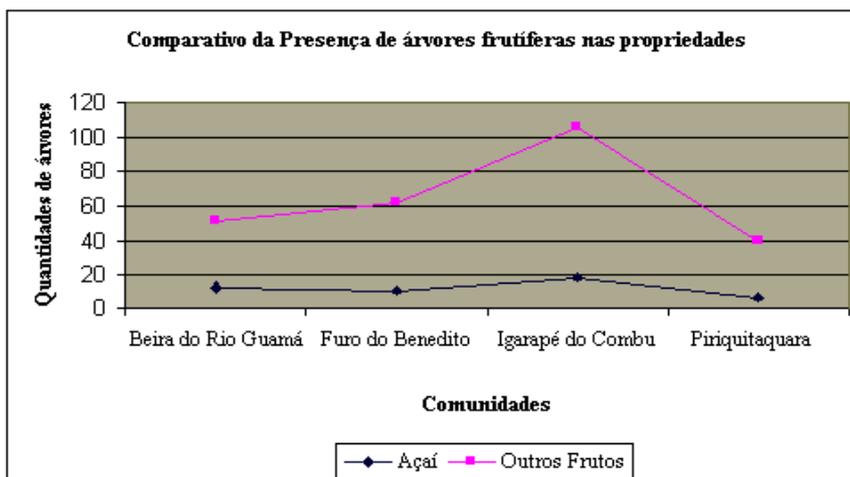


Gráfico 2: Quantidade das espécies frutíferas nos quintais

Fonte: Pesquisa de campo, 2006

Do total de 299 espécies frutíferas catalogadas na pesquisa, nota-se que o açaí é o fruto presente em todos os terrenos. Nota-se que a comunidade de Igarapé Combu apresenta maior índice, seguida do Furo do Benedito, embora apenas uma família nessa comunidade tenha recebido mudas de plantas durante a pesquisa de Anderson (1991), o que demonstra, terem os moradores se dedicado mais ao cultivo.

Analisando o percentual, além do açaí, as principais árvores frutíferas encontradas nos quintais foram, em relação ao total respectivamente, manga, 16,4%; bananeira, 14,4%; cupuaçu, 16,1%; cacau, 10,7%; coco e taperebá, 6,4%; limão, 6,0%; ingá (*Ingá cinnamomea Bth.*), 5,7%; pupunha, 5,0%; e acerola, 2,0%.

A pupunha é mais cultivada no Igarapé Combu e em menor número à margem do rio Guamá. No Furo do Benedito nenhuma árvore dessa espécie foi encontrada, mesmo porque os terrenos dessa localidade ficam a maior parte do ano, encharcados. Os moradores preferem cultivar acerola.

4.2 ECONOMIA DOMÉSTICA DAS UNIDADES PRODUTIVAS

Foram entrevistados na ilha do Combu 54 chefes de famílias, as quais somando o total de pessoas por família compõem um universo de 263 pessoas. Assim foram entrevistados **20** chefes de família na comunidade do Igarapé Combu, **15** em Beira do Rio, **12** no Furo do Benedito e **7** em Piriquitaquara. Do total entrevistado, 74% trabalham com extrativismo. A Tabela 10 demonstra a renda dessas famílias, no último ano agrícola.

Tabela 10: Renda Mensal da Unidade Familiar com atividade extrativista

Intervalo de renda	Igarapé Combu	%	Beira do Rio	%	Piriquitaquara	%	Furo do Benedito	%	Total	% Sobre total
0≥1	3	15,0	7	46,7	0	0,0	1	8,3	11	20,4
1≤2	9	45,0	5	33,3	3	42,9	6	50,0	23	42,6
2≤3	4	20,0	1	6,7	2	28,6	1	8,3	8	14,8
3≤4	1	5,0	2	13,3	2	28,6	4	33,3	9	16,7
≥ 4	3	15,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	3	5,6
Total	20	100,0	15	100,0	7	100,0	12	100,0	54	100,0

Fonte: Pesquisa de campo, 2006.

Observação: Na comunidade Furo do Benedito 4 chefes de famílias não informaram a renda, os quais por semelhança foram incluídos nos intervalos de 2 e 4 salários. Os salários dos familiares não foram considerados na tabela.

Como se pode notar, a comunidade Igarapé Combu apresenta os maiores índices salariais enquanto que Beira do Rio apresenta os menores índices, 46,7%. Em Piriquitaquara nenhum morador respondeu ganhar menos de 1 salário, contudo os maiores índices nessa comunidade encontram-se no intervalo de 1 a 3 salários. São famílias com média de seis pessoas, compondo o núcleo familiar, as quais dependem em maior parte da venda do açaí. Mas é válido acrescentar que nessa categoria os dados contabilizados não incluem os ganhos auferidos pelos familiares, o que significa dizer que os rendimentos totais superam o valor apresentado.

Em Beira do Rio, dentre os que apresentam ganhos menores que um salário, geralmente são famílias com maior número de membros e trabalham com açaí somente na “safra do verão”, pois os lotes são pequenos com menos touceiras de açaí.

Em Igarapé Combu, os que apresentam renda superior a quatro salários mínimos, todavia, incrementam seus rendimentos a outras rendas provenientes de outras fontes como emprego formal, aposentadoria (9%), bico, e outros produtos agrícolas. Entre eles, 28% têm membros na família que recebem auxílio da previdência social. Dentre os que não declararam a renda é possível deduzir através dos artefatos presentes nas residências e de outras características que a renda dessas famílias pode ser incluída entre aqueles que apresentam ganhar até 4 salários mínimos.

Verifica-se nessa última comunidade uma igualdade entre os menores e os maiores percentuais salariais, mas considerando que metade apresenta rendimentos entre 2 e 3 salários, e um terço aparecem com até 3 salários, pode-se inferir que a maioria do total pesquisado tem maiores ganhos salariais, em famílias com no máximo 8 pessoas e no mínimo de 3 pessoas.

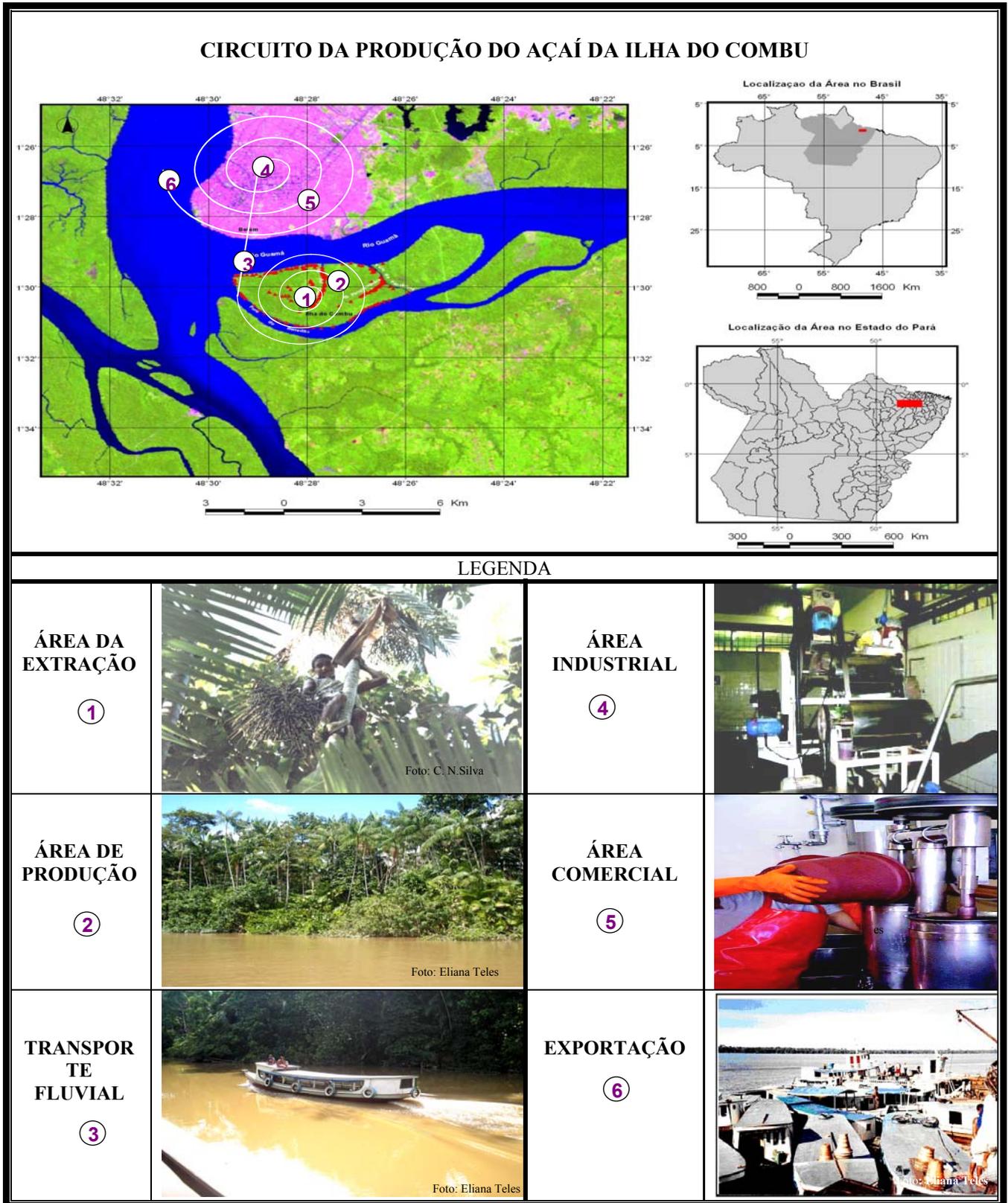
Os rendimentos obtidos pelos familiares que geralmente estão empregados no comércio em Belém, ou como empregadas domésticas ou ainda na secretaria de saúde do município não foram contabilizados. Desse modo, o índice da renda seria mais elevado, sobretudo entre os moradores do Igarapé Combu e Furo do Benedito, onde é maior o número de pessoas que trabalham na família.

4.3 CIRCUITO ESPACIAL DA PRODUÇÃO

No intuito de compreender a situação relativa do local e seu entorno analisou-se o circuito espacial da produção que segundo Santos (1986) caracteriza o espaço econômico do lugar num determinado momento, visto que envolve a divisão do trabalho no espaço local, regional e nacional. Através dessa análise é possível antever as relações de produção social, as relações sociais de produção, e dessa forma envolve também a questão política, assim como as relações de produção do passado, que se mantêm ou que se adaptam às relações atuais. Essas relações podem ser representadas por relíquias ou heranças, tanto na paisagem quanto na própria estruturação social (SANTOS, 1986, p. 130).

Na ilha do Combu o circuito principal refere-se à produção de açaí e cacau. O destaque exponencial desses dois produtos tem influência direta no cotidiano dos moradores, pois demandam atividades compartimentadas envolvendo todo o grupo familiar, ou seja, homens, mulheres, crianças, jovens e adultos, participam das atividades. A figura 15 exemplifica a cadeia do açaí desde o local ultrapassando os limites da região.

Figura 14: Representação esquemática do circuito da produção do açaí da ilha do Combu.



Fonte: Elaboração, M.V.C. LIMA, 2007.

O circuito da produção é realizado entre o extrativista e o beneficiador dos frutos, no tipo de extração mais comum que se caracteriza pela coleta dos frutos até o consumidor final.

Nos dias atuais o circuito envolve outros agentes, e nesse caso, a final ocorre fora dos limites da região, conforme o esquema da Figura 1.

A coleta ou extração do açaí^① geralmente inicia-se pela manhã bem cedo indo até às 10 horas e compreende as seguintes fases e regras: aos homens adultos e jovens, cabe a tarefa de apanhar o açaí. Quando acompanhados dos filhos, eles ajudam a “debulhar” os frutos do cacho e acondicioná-los nas rasas¹⁵, separando a parte do consumo da parte que vai ser vendida.

Essa não é uma regra definitiva, pois os meninos também costumam tirar açaí assim que alcançam idade suficiente para subir nas árvores. As mulheres participam diretamente dessa atividade, principalmente, quando não há um chefe no núcleo familiar. No mais, cabe a elas a tarefa de cuidar da casa e de algumas criações da família, sendo ajudadas pelas filhas.

O manejo que os produtores realizam nos açaizais¹⁶ ^② favorece a produção ao longo do ano que se divide em duas safras: a do verão (junho a outubro) e a safra do inverno (nos meses de fevereiro, março e abril). O produto é transportado em embarcações ^③ até aos portos de Belém, especificamente Porto da Palha e Porto do Açaí, onde na maioria das vezes é comercializado de forma direta, isto é, entre o extrator e feirante que repassa o produto ao consumidor da cidade ^⑤.

Em Piriquetaquara, o circuito envolve outros agentes, pois, 42,9% do total vendem o produto ao exportador ou atacadista^④. Desse total, 28,6% tem contrato de venda com o proprietário da fábrica de beneficiamento e exportação de açaí localizada na ilha Murutucu, a Amazon Fruit. Nesse circuito, a fase final ocorre fora dos limites da região, ^⑥ visto que a referida fábrica exporta o produto para a América do Norte e Europa. A maior parte das vendas nas três comunidades citadas é realizada no Porto da Palha, cuja estrutura apresenta grandes dificuldades para desembarque de mercadorias e/ou pessoas.

Dentre os moradores do Furo do Benedito, 8,3% do total vende ao atravessador, mas somente quando o chefe da família está ocupado em alguma atividade mais rentável, ou em caso de extrema necessidade. Os demais moradores vendem o produto no Porto do Açaí (Conceição), direto ao feirante ^⑤.

¹⁵ Termo utilizado pelo ribeirinho para caracterizar um cesto feito com talas de arumã para ser depositados frutos no mesmo. O morador do Combu utiliza a rasa como unidade de medida do açaí, a qual, para os produtores, equivale a uma lata de 15 kg

¹⁶ Os açaizais do Combu possuem três tipos de frutos: o açaí preto, encontrado na várzea alta, várzea baixa e igapó; o açaí espada (denominado de açaí “tinga” pelos moradores), encontrado na várzea baixa e igapó, por fim, o açaí branco, na várzea alta. Os dois últimos são colhidos para a alimentação local, e às vezes, submetidos ao corte para o palmito (JARDIM, 2000).

O mecanismo da formação do preço não obedece a um parâmetro determinado, pois, como os moradores dizem, a qualquer hora que chegam ao porto encontram venda para o produto, sobretudo, na entressafra. A venda, geralmente, começa de madrugada com a chegada dos coletores do fruto, os quais estimam a quantidade de produto disponível no local. A partir daí, começa a especulação baseando-se no preço da semana anterior ou mesmo do dia anterior.

Na safra do inverno, a produção é pequena, mas a possibilidade de aumentar a lucratividade é maior que na safra de verão, pois a lógica do mercado, a partir da demanda e procura pelo produto, consubstancia esse processo, em que o preço de uma rasa chega a custar R\$ 50,00 ou mais. A Tabela 11 demonstra o valor semanal da rasa durante a safra e entressafra e os ganhos obtidos entre pequeno, médio e grande produtor.

Tabela 11 - Produção semanal de açaí - ilha do combu - safra e entressafra – 2005.

SAFRA							
Categorias	SEMANAL						TOTAL ÉPOCA
	Nº Prop.	Rasas	Receita Bruta	Custos Transp.	Outros Custos	Líquido	Líquido
Grande	4	62	R\$ 1.024,86	R\$ 62,00	R\$ 277,31	R\$ 685,55	R\$ 19.195,40
Médio	2	25	R\$ 413,25	R\$ 25,00	R\$ 120,31	R\$ 267,94	R\$ 7.502,32
Pequeno	48	538	R\$ 8.893,14	R\$ 538,00	R\$ 2.172,31	R\$ 6.182,83	R\$ 173.119,24
TOTAL	54	625	R\$ 10.331,25	R\$ 625,00	R\$ 2.569,93	R\$ 7.136,32	R\$ 199.816,96

ENTRESSAFRA							
Categorias	SEMANAL						TOTAL ÉPOCA
	Nº Prop.	Rasas	Receita Bruta	Custos Transp.	Outros Custos	Líquido	Líquido
Grande	4	10	R\$ 414,30	R\$ 10,00	R\$ 60,31	R\$ 343,99	R\$ 6.879,80
Médio	2	11	R\$ 455,73	R\$ 11,00	R\$ 64,31	R\$ 380,42	R\$ 7.608,40
Pequeno	48	105	R\$ 4.350,15	R\$ 105,00	R\$ 440,31	R\$ 3.804,84	R\$ 76.096,80
TOTAL	54	126	R\$ 5.220,18	R\$ 126,00	R\$ 564,93	R\$ 4.529,25	R\$ 90.585,00

Fonte: Pesquisa de campo, 2005-2006

Obs.: 1 - As categorias de produtores foram definidas pela concentração fundiária

2 - Os custos de mão-de-obra estão já inclusos em outros custos

3 - O período da safra corresponde aos meses de maio a nov, i. e., 28 semanas

4 - O período da entressafra corresponde aos meses de dez. a abr., i. e., 20 semanas

Pode-se verificar que mesmo com acentuada queda na produção durante a entressafra, entre as três categorias de produtores, a renda per capita sofre pouca alteração. Por exemplo, a renda por propriedade no período da safra do açaí corresponde a R\$ 132,15, enquanto que no período que compreende a entressafra este valor atinge o patamar de R\$ 83,88. Nestes

termos as variações percentuais físicas e monetárias correspondem, na safra e na entressafra, respectivamente a 36,53% e 79,84%. Isso se explica pelo elevado preço na rasa durante a entressafra, motivo de alguns produtores responderem preferir a safra de inverno, porque junto à comercialização do cacau, há possibilidade de auferir maior lucratividade. Porém essa categoria diz respeito ao médio produtor, que possui lote com média de 38ha, enquanto que para o pequeno produtor a média é de 10ha.

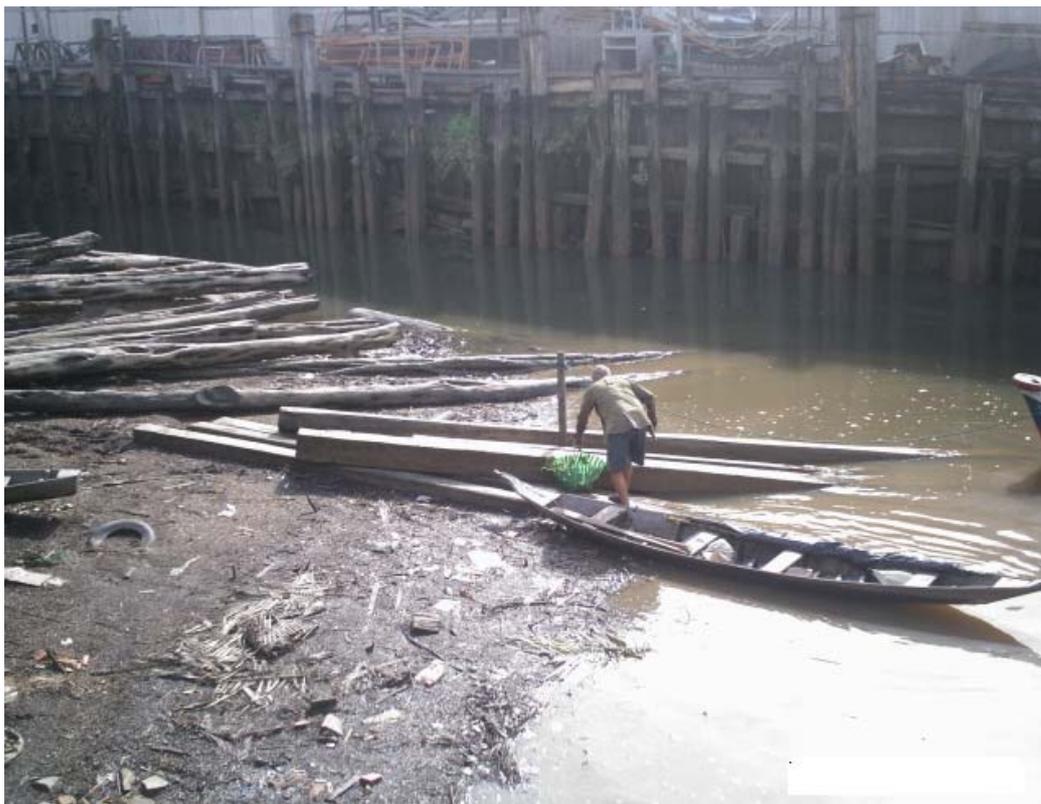
Quando analisado em termos de tempo anual o valor obtido com a comercialização do açaí pelos produtores combuenses atinge o montante equivalente a R\$ 290.401,96, valor líquido que representa a soma das receitas obtidas nos períodos de safra e entressafra. Quando considerado o número de famílias e, portanto, feita a divisão por esta categoria o valor médio de cada propriedade corresponde em termos de unidade monetária nacional a R\$ 5.377,81 e quando transformado em dólar (moeda universal de referência) este valor atinge a US\$ 2.444,46.¹⁷

Um fator que também deve ser considerado em termos de análise econômica da produção é o grau de concentração fundiária que direciona e concentra também a geração de renda advinda da venda do açaí. Por esse motivo é que a maior parcela da renda gerada é de domínio, pelo menos em termos de produção, dos pequenos produtores, que representa na pesquisa realizada nada menos que 88,9% do total de produtores e em período de safra representam 86% do total da produção de açaí destinada à venda no mercado externo à ilha.

Durante a safra do verão, dependendo do tamanho do lote, cada produtor pode vender até doze rasas ao dia, porém o preço chega a ser três vezes menor que a safra do inverno devido à alta demanda do produto. Desse modo, auferir renda com a venda do açaí na safra do verão vai depender do tamanho do lote do produtor, motivo pelo qual nas comunidades Beira do Rio, Igarapé Combu e Furo do Benedito, os produtores vendem o produto diretamente para o “maquineiro” – o que possui máquina de bater açaí e vende o suco ao consumidor.

Mas quando se considera o local onde o produto é comercializado, os ganhos obtidos com a venda são obscurecidos já que a maior parte dos produtores vende açaí no Porto da Palha, cuja estrutura apresenta grandes dificuldades para desembarque de mercadorias e/ou pessoas, principalmente quando a maré está baixa, como se vê nas Figuras 15 e 16, respectivamente.

¹⁷ Para se chegar ao valor em dólar se utilizou a cotação de US\$ 1,00 por R\$ 2,20.



Figuras 15: Porto da Palha em período de maré seca

Fonte: Pesquisa de campo, 2006



Figura 16: Porto da Palha em período de maré seca

Fonte: Pesquisa de campo, 2006

A organização do trabalho nas unidades produtivas se manifesta através dos laços de parentesco, compadrio e vizinhança. A estrutura que no passado se apoiava na prática de ajuda mútua, do mutirão, hoje se manifesta pela contratação que se dá através da condição de meeiro como demonstra o quadro abaixo.

Quadro 2: Contratação da mão-de-obra durante o último ano agrícola

Descrição	Igarapé Combu	Piriquitaquara	Furo do Benedito	Beira do Rio
Tipo de Compromisso	Meeiro: diária seca sem alimentação	Meeiro: diária seca com alimentação	Meeiro: diária seca	Meeiro
Jornada de Trabalho	Semanal	Semanal	Semanal	Semanal
Período	Safra e entressafra	Safra	Safra	Safra
Remuneração	Até 1 salário mínimo	Metade da produção ¹⁸	Divide a produção	Metade da produção

Fonte: Pesquisa de campo, setembro/2005-abril/2006

A maioria dos contratos é para trabalhar com açaí, apenas uma (1) família contrata pessoas para trabalhar com cacau, o que corresponde a 1,9% do total. São em sua totalidade contratos informais entre moradores do local. Somente 9 chefes de famílias contratam anualmente, ou seja, na safra e entressafra do açaí, são famílias que habitam o Igarapé Combu e Furo do Benedito.

Em Igarapé Combu, 65,0% dos chefes de família contrata trabalhadores, e são geralmente moradores da comunidade Beira do Rio, nessa última comunidade apenas 6,7%, contrata, sendo *meeiro*, o tipo mais procurado. Em Piriquitaquara, essa é a forma de compromisso mais procurada (42,9%), mas geralmente são contratados parentes do local. O maior percentual encontra-se na comunidade Furo do Benedito (91,7%) onde a maior parte contrata moradores da ilha Maracujá, localizada próxima à sublocalidade.

O meeiro é o tipo dominante na forma de contratação trabalhista e para aqueles que são contratados anualmente, suas atividades consistem em limpeza do terreno na entressafra, e apanhar açaí na safra do “verão”.

A limpeza do terreno diz respeito ao desbaste seletivo, isto é, a forma de manejo que consiste em retirar das touceiras estipe com menor potencial, visando aliviar a pressão sobre as touceiras e potencializando a produção dos frutos.

¹⁸ A variável "Metade da produção" se refere à divisão do produto entre contratante e contratado antes da venda, enquanto que a "divisão da produção" se refere ao lucro obtido com a venda.

Quanto à remuneração dos contratados, sete (7) chefes de família responderam pagar menos que um salário mínimo e apenas um respondeu pagar um (1) salário mensalmente, pois nesse exemplo, o produtor diversifica a produção envolvendo coleta de açaí, apicultura e cultivo de pupunha os quais somados ao trabalho de guardador de embarcações dá a esse produtor uma renda mensal de 5 (cinco) salários.

Dentre as famílias que não fazem contratos, a força de trabalho vem dos familiares, sobretudo, os filhos que já constituíram famílias. Estas, embora passem a viver em residências próprias, trabalham no lote do pai, com quem dividem a produção.

De acordo com o exposto é possível dizer que nos dias atuais, o trabalho com o açaí tem maior efeito econômico. A contratação da força de trabalho é um indicador, do novo momento econômico em que se encontra a ilha do Combu.

A princípio, o vetor que orienta a circulação da produção é a necessidade de adquirir uma mercadoria que venha complementar sua dieta alimentar ou necessidades sociais. Desse modo, ao final da venda do açaí, os produtores aproveitam para comprar os mantimentos necessários e ficam aguardando até o final da manhã na esperança de serem contratados para fazer fretes ou transportar passageiros às localidades.

O cacau torna-se a segunda fonte de renda para a maior parte dos ribeirinhos da ilha. Embora o tempo gasto no processo não incentive a colheita, além do preço relativamente baixo, em média R\$ 2,50 o quilo seco. Além disso, o preço acompanha a cotação da moeda norte-americana, podendo sofrer variações a cada ano. A comercialização envolve o agente atravessador, um deles mora no igarapé Combu e outro no Furo do Benedito.

Em todos os tipos de atividades econômicas, a comercialização do cacau surge como um complemento na geração de lucro junto aos demais produtos, seja para o comércio, seja somente para o consumo familiar. Entretanto, não se verificou mecanismos políticos, no sentido de aproveitar melhor esse produto.

A Tabela 12 indica os principais produtos além do açaí que são comercializados pelos produtores.

Tabela 12: Produtos extrativos no último ano agrícola

Tipo	Beira do Rio Guamá	%	Furo do Benedito	%	Igarap é Combu	%	Piriquitaquara	%	Total	% sobre total
Palmito de 1 ^a	8	25,8	14	18,9	6	12,0	3	15,0	31	16,8
Palmito de 2 ^a	9	29,0	12	16,2	7	14,0	5	25,0	33	17,8
Andiroba	0	0,0	8	10,8	4	8,0	1	5,0	13	7,0
Banana	1	3,2	4	5,4	6	12,0	0	0,0	10	5,4
Cacau	6	19,4	12	16,2	1	2,0	4	20,0	34	18,4
Camarão	2	6,5	5	6,8	8	16,0	2	10,0	17	9,2
Coco	0	0,0	3	4,1	4	8,0	1	5,0	8	4,3
Cupuaçu	1	3,2	8	10,8	7	14,0	3	15,0	19	10,3
Limão	1	3,2	3	4,1	4	8,0	1	5,0	9	4,9
Peixe	3	9,7	5	6,8	3	6,0	0	0,0	11	5,9
Total	31	100,0	74	100,0	50	100,0	20	100,0	185	100,0

Fonte: Pesquisa de campo, 2005

Se for considerada a quantidade de produtos comercializados pode-se perceber através dos dados que a comunidade do Furo do Benedito é a que apresenta maior dependência no uso da terra.

Os produtores ligados à extração de açaí e cacau (são os que vivem ali por mais de 30 anos), apresentaram diferenças relacionadas à posse e à disponibilidade de terra, à dependência do extrativismo como fonte de renda, ao grau de diversificação do sistema produtivo e às estratégias de comercialização. Desse modo, o tamanho dos lotes permite diversificar a produção e, portanto, maior incremento na renda.

Outras unidades familiares complementam a renda com outras fontes principalmente da Previdência Social, como também de programas de auxílio do Governo Federal, como o Bolsa-Escola, aliás, 97% do total entrevistado recebem esse tipo de auxílio.

Moradores recentes que ocuparam terrenos como caseiros de famílias que vivem em Belém, correspondem 5,6% do total. Dentre estes, a maioria encontra-se em Beira do Rio, mas o único tipo de cultivo que fazem na terra é a plantação de açaí, tanto que na comunidade Beira do Rio uma família complementa a renda vendendo mudas de açazeiro.

Em que pese à diversificação na produção é a coleta de açaí e cacau a maior fonte de renda das famílias localizadas no Furo do Benedito e Piriquitaquara. Juntamente com a venda da força de trabalho no período da safra de verão.

O açaí foi e tem sido a maior fonte de renda para os ribeirinhos da ilha do Combu, entretanto é duvidoso concluir que esse processo se manterá entre as gerações futuras. Primeiramente, o açaí além de ser um produto sazonal, tem a quantidade e qualidade dos frutos modificada a cada ano, segundo o depoimento dos produtores do Combu. Então, se em um determinado ano a quantidade dos frutos é maior e os frutos possuem maior densidade em massa, no ano seguinte a frutificação dos frutos será menor, os quais apresentam aspecto ressequido, inviabilizando a produção.

Essa instabilidade também compromete a economia desses ribeirinhos na medida em que aumenta a procura e o beneficiamento na forma de comercialização do fruto, do circuito local. Desse modo, ainda que ecologicamente eficiente, em longo prazo, o trabalho com açaí pode não ser economicamente viável, devido à intensificação no uso da terra com base em um único produto. Portanto, é necessário criar formas de potencializar o açaí, assim como outros frutos existentes no local, no sentido de favorecer a reprodução socioeconômica dos moradores da ilha do Combu.

Todavia, isso não significa dizer que no atual estágio da modernização regional, para dar continuidade a essa e outras atividades, os produtores do Combu tenham que se adequar às regras do mercado. Em que pese os mecanismos que envolvem a comercialização do açaí, essa atividade insere-se na economia de mercado utilizando regras simples da economia mercantil, sem organizar-se de forma empresarial (NASCIMENTO, 1992).

Essas considerações podem ser relacionadas aos argumentos de Wilson Cano (1981), quando analisa a inserção da Amazônia na economia capitalista, durante os tempos áureos da produção da borracha. Para Cano, o problema se deve à ausência de um esquema endógeno de acumulação, pois mesmo tendo o produto em abundância e altamente requisitado no mercado internacional, não se conseguiu formar uma classe capitalista industrial (CANO, 1981).

Isso se deve ao fato de que os trabalhadores não compunham uma classe assalariada, e como menciona Fragoso (1996), o consumo baseava-se em produtos importados e não produzidos na esfera da produção. Não houve, portanto, uma empresa agrícola na região, assim como uma diversificação da economia da borracha, com um mercado reduzido.

Essas colocações visam lembrar que em relação à produção do açaí no Combu, entende-se que, ainda que o aumento da circulação monetária conferida pela extração do açaí seja acentuado, necessita-se de investimentos e diversificação dessa e outras atividades tendo em vista a sustentabilidade socioeconômica atual e futura.

As modificações no padrão de vida que se observa hoje, e talvez mais ainda com a chegada da energia elétrica dentro de alguns meses, implicam/implicarão mais trabalho e energia para a reprodução do metabolismo socioeconômico e, portanto, maior colonização (FISCHER-KOWALSKI, 1999). Ainda que as horas gastas no trabalho com o açaí sejam menores e com maiores retornos, quando se compara essa atividade com o cultivo agrícola, já que nessa prática, além da condição temporal, o agricultor depende da dúvida na consecução final do produto.

4.4 RELAÇÕES COMUNITÁRIAS E A PARTICIPAÇÃO NAS RELAÇÕES SÓCIO-POLÍTICAS

Genericamente, o termo comunidade costuma ser definido como um espaço comum onde todos os aspectos da vida podem ser alcançados. Vistas sob esse ângulo as comunidades do Combu já não seriam assim denominadas, ou pelo menos nem todas. Tampouco, se vistas no sentido evocado por Weber (1991), qual seja, o “sentimento de nós”, pois em sua organização, o sentimento que prevalece é o da individualidade.

A participação ou freqüência em reuniões não é uma prática comum entre a maioria dos que compõem o grupo familiar, embora esta não seja uma característica geral.

Tabela 13: Associados ou participantes de associação comunitária

<i>Participação em reuniões</i>	<i>Igarapé do Combu</i>	<i>%</i>	<i>Beira do Rio Guamá</i>	<i>%</i>	<i>Piriqui-Taquara</i>	<i>%</i>	<i>Furo do Benedito</i>	<i>%</i>	<i>Total</i>	<i>% sobre o total</i>
Sim	2	10,0	4	26,7	3	42,9	7	58,3	16	29,6
Não	18	90,0	11	73,3	4	57,1	5	41,7	38	70,4
Total/comunidade	20	100	15	100	7	100	12	100	54	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2006

Ainda que a comunidade do Igarapé Combu seja a mais visada e de funcionar ali a cooperativa de produtos artesanais, do total de entrevistados, apenas 10,0% responderam participar da associação ou das reuniões na comunidade. Entretanto se forem contabilizados os números dos participantes da comunidade Beira do Rio, esse percentual aumenta, pois há moradores dessa comunidade que fazem parte da cooperativa do Igarapé Combu, outros moradores preferem freqüentar as reuniões da comunidade Furo do Benedito, que aliás é a que

apresenta maior número de participantes, embora alguns tenham respondido freqüentar ou ser associado a comunidades localizadas fora da ilha.

A organização social é constituída por associações do tipo informal, as chamadas organizações de base, denominadas pelas lideranças locais de associações de moradores ou centros comunitários. Os clubes de mães, existentes há alguns anos, em Piriquitaquara e Combu, hoje estão desativadas. Um perfil das organizações e sua origem são demonstrados no Quadro 3.

Quadro 3: Relação das associações pesquisadas

<i>Organização</i>	<i>Ano de Criação</i>	<i>Origem</i>	<i>Áreas de atuação</i>	<i>Beneficiários</i>
Centro Comunitário dos moradores do Igarapé Combu	1988	Comunitária	Desenvolvimento econômico e comunitário, saúde, religiosa e educação	Famílias carentes, crianças, comunidade local.
Associação dos moradores do Furo do Benedito	2004	Comunitária	Economia solidária	Comunidade local
Centro Comunitário de Piriquitaquara	1989	Religiosa	Educação, assistência Religiosa, cultura e recreação	Comunidade local
Centro Comunitário Fé em Deus (Beira do Rio)	1990	Religiosa	Assistência religiosa, educação, saúde	Comunidade local

Fonte: Pesquisa de campo, 2006

O centro comunitário do Igarapé Combu é o mais antigo e o mais atuante, em termos de benefícios alcançados, apesar de ter menor número de associados. Há que se atentar que no início de sua criação, o desenvolvimento econômico, a saúde e a educação compunham a área de atuação, atualmente, a única área capaz de aglutinar mais participantes é a religiosa, pois na área socioeconômica, apenas algumas famílias participam, ou seja, apenas as pessoas envolvidas na cooperativa.

Quanto à permanência e a função das lideranças na associação, pode-se perceber que a duração de cada diretoria é curta, como demonstra o Quadro 4. Mas em geral são membros da mesma família ou amigos mais chegados que se revezam na liderança. Isto é percebido na comunidade Igarapé Combu e um pouco menos em Piriquitaquara. Em Furo do Benedito, considera-se a área de atuação na economia solidária, pois de acordo com o exposto pela liderança comunitária as atividades que serão implementadas estão relacionadas ao beneficiamento de frutos e criação de peixes, ou seja, atividades voltadas para a sustentabilidade econômica das famílias locais.

Quadro 4: Função e tempo de trabalho do respondente na organização

<i>Função do respondente na associação</i>	<i>Tempo de trabalho na associação</i>
Presidente	Menos de 2 anos
Diretor	De 2 a 3 anos
Secretário	De 1 a 2 anos

Fonte: Pesquisa de campo, 2006

Nenhum dos respondentes é remunerado. Em relação à escolaridade, apenas uma pessoa possui curso superior, dentre todas as associações, e embora não seja presidente, tem papel relevante nas decisões tomadas. Quanto aos demais membros, 3 (três) responderam ter ensino médio completo, enquanto os demais se dividem entre os que concluíram ensino fundamental e os que estudaram até a 4ª série desse mesmo nível escolar.

Sabe-se que o perfil das organizações sociais, geralmente é determinado por suas origens e pelas lideranças que as fundaram. Nesse sentido, o papel das igrejas evangélica e católica foi marcante na ilha do Combu, sendo que na Beira do Rio predominou a presença da igreja evangélica inicialmente representada pelos adventistas que tiveram importante participação no cuidar da saúde e hábitos higiênicos, segundo chegaram a falar alguns de seus moradores.

Em Piriquitaquara, sua origem comunitária esteve voltada à questão religiosa que ainda prevalece. Ainda hoje os festejos aos santos padroeiros, as quermesses, entre outras práticas, mantêm-se viva entre seus membros.

Oliveira (2001) afirma que não há participação entre os comunitários, ao invés disso, ela diz que haver uma apatia por parte dos mesmos, o que proporcionou o surgimento de lideranças familiares na constituição dos centros comunitários. Desse modo, ela conclui, criou-se um modelo de gestão de centros comunitários, presos a essas famílias, cujo traço comum é o corporativismo, já que as pessoas agem em prol de seu grupo familiar.

Diante do exposto é possível então dizer que a organização social na ilha do Combu se caracteriza por um processo de certa forma coercitivo, que desenvolveu um sentimento de pertença diferente do que se concebe em uma coletividade, pois o que mais se sobressai entre seus participantes é o individualismo, sobretudo no que tange a busca por melhorias em suas relações sociais.

4.4.1 O papel da mulher na organização comunitária

Deve-se reconhecer a participação diferenciada das mulheres combuenses nas diversas áreas da vida em grupo. Seja nas atividades agrícolas, de coletas e na organização comunitária, enfim, em todas há uma significativa participação das mulheres.

Na renda familiar, seu papel é de complementaridade, pois além das atividades realizadas na casa, para muitas dessas mulheres, seu espaço doméstico, também inclui o quintal, onde a criação de animais domésticos, o cultivo de plantas medicinais ou ornamentais, se constitui num espaço produtivo gerador de renda. Na vida comunitária, as mais jovens, isto é, aquelas com idade entre 20 e 40 anos, são as mais influentes. Elas não só participam nas reuniões, mas opinam na tomada de decisão. Assim diz uma moradora da ilha:

Aqui são as mulheres que mais participam das reuniões. Os homens gostam mais do trabalho no mato e a maioria só vem em reunião quando é pra falar sobre a energia elétrica. Lá no Igarapé Combu também é assim, as meninas de lá comandam as reuniões e decidem quais são os cursos que a gente deve fazer. No começo, os nossos maridos até ameaçavam se separar porque diziam que a gente não parava em casa e só queria saber de reunião (Edna Cardoso Lima, 38 anos, agente de saúde e moradora do Furo do Benedito. Pesquisa de campo, 2006).

Nota-se que a participação das mulheres sobre a tomada de decisão nos assuntos relacionados à organização comunitária, é maior que a participação de seus maridos. A eles cabe a função principal de cuidar do sustento familiar tal como no passado. Porém, promover reuniões, fazer contatos pessoais, resolver problemas do grupo, enfim, são papéis destinados às mulheres em Igarapé Combu, Piriquitaquara e Furo do Benedito. Nesse aspecto elas exercem “emancipação política” enquanto que, na produção econômica, elas estão subordinadas à autoridade do chefe de família, embora a maior parte delas participe do processo produtivo, seja no local “debulhando” açaí, para colocar nas rasas, ou limpando e secando os caroços de cacau; tecendo rasas, matapis ou outros utensílios artesanais, conforme se vê na Figura 17.



Figura 17: Artesã do Igarapé Combu trabalhando na fabricação de matapi

Fonte: Pesquisa de campo, 2006

O papel da mulher combuense não se resume ao trabalho familiar, pois sua participação na organização comunitária é marcante, haja vista que das quatro comunidades da ilha, três têm a mulher como representante. Para Simonian (2001), desde o período colonial a importância da mulher no que tange ao processo de desenvolvimento, tem sido largamente demonstrada (ROOSEVELT, 1991 apud SIMONIAN, 2001), embora, ignorada nos planos de desenvolvimento voltados para a região. Contudo, em período mais recente e graças ao avanço dos movimentos sociais e debates, principalmente o ambiental, é visível sua participação em diversos desses movimentos.

4.5 QUESTÃO FUNDIÁRIA: UMA NOVA REALIDADE PARA A ILHA DO COMBU

Localizada em terras que pertencem à GRPU, portanto, à União, a ilha do Combu vive um momento importante do seu aspecto fundiário. Isto se deve principalmente a nova política adotada pelo Governo Federal, via Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Tal política consiste em considerar terras ocupadas e localizadas em regiões

ribeirinhas da Amazônia, pertencentes ao Estado nacional, com o objetivo de incluí-las nos mecanismos de crédito que são específicos a estes.

Pode-se considerar esta nova forma de ação como um processo de inovação das idéias e práticas institucionais quando se trata de questões que envolvem especificidades locais. A ilha do Combu, assim como outras áreas que estão sendo incluídas nesta política agrária, apresenta características que lhes são peculiares e ao mesmo tempo semelhantes à Amazônia. Como já comentado neste estudo, a ilha basicamente depende da comercialização do açaí e precisa de suporte técnico-institucional para que sua produção seja condizente com a necessidade de manutenção da capacidade produtiva no decorrer do tempo.

Com o intuito de promover a sustentabilidade do principal recurso da ilha, gerador de receita para os moradores é que se está incluindo a localidade no chamado Plano de Assentamento Extrativista (PAE), em que via estimulação de atividades concomitantes com a extração de açaí torne possível o controle sobre a prática predatória do recurso refletida principalmente via queda da produção, mesmo nos períodos de safra¹⁹.

Neste sentido é que o ponto principal do programa é focar a prática da agricultura familiar e o respectivo manejo do açaí. Estas ações proporcionarão melhores condições aos moradores – este é o objetivo – criando condições para que sejam mantidos no local evitando-se a migração para os centros urbanos mais próximos e a conseqüente rotatividade agrária e mudança na dinâmica do local.

O PAE, portanto, consiste numa mudança de filosofia de atuação das instituições responsáveis pela reforma agrária ao mesmo tempo em que gera elementos positivos de fixação do homem no campo. A mudança não consiste somente na forma de atuação, mas na essência desta atuação. A parceria com as instituições que envolvem os interesses dos assentados também participa do processo de desenvolvimento das políticas para o assentamento do Combu. Fazem parte desta ação a Câmara Municipal de Belém, o Incra, a GRPU, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Belém (STR), a Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Pará (Fetagri) e a Associação de Moradores do Local.

É importante destacar esta forma de organização das instituições porque se projetam ações de caráter endógeno, ou seja, desenvolvem-se ações em parceria com as pessoas do local o que permite incluir suas idiosincrasias. Tecnicamente isto é de fundamental importância porque reduz o risco de um insucesso do programa, por outro lado, depende do grau de

¹⁹ Para que o PAE seja implantado algumas etapas são cumpridas. Entre elas tem-se o Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA), o qual identificará as potencialidades de produção do local, sendo, portanto, o primeiro passo do assentamento. É com o PDA que se forma a estrutura organizacional e política creditícia para o assentamento.

organização e participação das comunidades envolvidas, o que se comprovou ser baixo na ilha do Combu.

Outro ponto a ser mencionado é que ao mesmo tempo em que se as particularidades da Amazônia e de modo especial as regiões ribeirinhas são levadas em consideração, nesse processo, tem-se que se considerar aspectos específicos do próprio programa de assentamento destinado ao local. O principal deles é que diferentemente do que acontecia e que se faz presente em outras regiões, na ilha do Combu não haverá distribuição de terras nem tampouco remanejamento ou reajuste de propriedade. Será respeitado o direito de propriedade e a própria comunidade será a responsável por garantir que não haja subtração ou adicionamento de porções de terras.

Um outro ponto importante que precisa ser destacado em relação a esta prática fundiária é que a implantação de programa implica em um processo de inclusão social dos moradores da localidade contemplada via acesso ao crédito.

Além desta forma de inclusão outras serão acessíveis aos moradores das ilhas que virarem assentamentos. No caso especial à ilha do Combu, o desenvolvimento poderá ser conduzido pela comunidade em parceria com as instituições que coordenam as ações de reforma agrária, haja vista que uma vez inclusa no PAE a localidade terá acesso às linhas de crédito dos programas governamentais de reforma agrária (antes restrito somente às chamadas glebas), bem como ao crédito-fomento que consiste em uma ajuda de custo aos moradores que aderirem ao programa²⁰.

²⁰ Este crédito-fomento ao qual se refere a ajuda de custo aos novos assentados faz parte do programa nacional de reforma agrária, o qual tem sua origem monetária no chamado fundo perdido do Governo Federal. Cada família pode receber o equivalente a R\$ 7.400,00 (sete mil e quatrocentos reais), divididos em duas etapas. Uma delas refere-se ao crédito habitação onde a família que não tiver casa ou a apresentar em condições bastante precárias receberá um montante equivalente a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) e no caso das famílias que tiverem casa e desejarem realizar melhorias em suas residências receberão o equivalente a R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais). A outra etapa equivale a ajuda de custo para aquisição de utensílios para o trabalho ao mesmo tempo em que podem ser utilizados para a aquisição de materiais de necessidade emergencial, como utensílios físicos internos ao lar (exceto eletrodomésticos) assim como equipamentos para montagem de cisternas para o tratamento de água correspondendo a R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais). Entretanto, é importante destacar que os referidos recursos não serão distribuídos aos moradores diretamente em espécie, mas no ato da concordância com o programa, via assinatura da carta de crédito, irão informar os bens que desejarem sejam adquiridos. O processo de aquisição será feito pelo Incra em parceria com o STR Belém e a Comissão de moradores escolhida para gerenciar os recursos do programa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos últimos anos trabalhos sobre as populações tradicionais, em particular da Amazônia, visando, sobretudo a sustentabilidade sócio-ecológica têm sido recorrentes. A ilha do Combu insere-se nesse contexto, pois seus aspectos naturais e sociais têm chamado a atenção não só de pesquisadores como também de grupos econômicos a partir da idéia do ecoturismo, dada a beleza cênica das diversas ilhas que circundam a cidade de Belém.

Neste estudo procurou-se demonstrar além do modo de vida, o grau de organização social e as implicações desse processo na produção e manutenção do bem-estar, das comunidades que vivem na ilha do Combu, a partir de estratégias e permanências diversas. Portanto não se trata de um trabalho sobre comunidades rurais unicamente, mas, sobretudo tentar demonstrar que o bem-estar das populações envolvidas, está relacionado a aspectos que levem em conta informação e conhecimentos formais, aliados à manutenção de práticas segundo as especificidades locais.

Não há dúvida sobre as vantagens que o açaí pode oferecer, mas é apenas um recurso, quando as potencialidades da floresta de várzea vão além de um único produto. Outros recursos como às frutíferas, nem ao menos entram nas estatísticas já que os frutos são extraviados, devido não apresentarem condições de competir com os supermercados locais. A ausência de eletricidade contribui intensivamente para isso, já que não é possível fazer armazenamento. Apoio técnico aos produtores para aproveitamento desses recursos, assim como estrutura adequada dos portos onde a produção é comercializada são fatores essenciais para aumentar não só a margem de lucro, mas a segurança na subsistência dos ribeirinhos.

Em relação às populações ribeirinhas amazônicas, o bem-estar do combuense, em alguns aspectos, supera as condições de vida de outros ribeirinhos. Isto se deve a vários fatores, que são: mercado e a proximidade com a cidade de Belém, que os favorecem uma vez que a produção ocorre diretamente entre produtor e consumidor, além de oferecer possibilidade de outras atividades remuneradas.

Quanto ao espaço vital, apresenta atualmente uma dinâmica ocupacional nova em virtude do processo de ocupação que se dá sob forma de distribuição das terras pelas famílias e não exclusivamente pelo avanço na faixa territorial. Em relação à dinâmica econômica, se dá em virtude da nova forma de relacionamento do local com o mercado externo, principalmente, da comercialização do açaí com o mercado internacional, mesmo que de forma indireta visto que os moradores não têm contrato de venda com os exportadores.

A forma de uso da terra, através do sistema de extração florestal e os ganhos auferidos com açaí constituem um ambiente favorável à sustentabilidade econômica e ecológica no meio rural. No entanto, essas atividades por si só não garantem o bem-estar das famílias extrativistas, se não estiverem atreladas a políticas públicas que garantam a permanência em seu ambiente, mas com qualidade de vida.

A proximidade com o hospital Bettina Ferro, da UFPA torna-se fator favorável à saúde, assim como a presença do posto de saúde presente na ilha. Embora nos últimos meses, segundo o depoimento dos moradores, ações básicas de assistência e prevenções desenvolvidas no posto de saúde tenham diminuído.

Na caracterização das comunidades estudadas é possível chegar a algumas conclusões no que diz respeito a semelhanças e diferenças entre as mesmas. A hipótese de que quanto maior o grau de conhecimento e permanência no local, maior a identificação, valorização e cooperação dos ribeirinhos, enquanto cidadãos e direcionadores de seus destinos se comprovou na medida em que se analisou o desenvolvimento das comunidades. A ausência de alguns desses aspectos percebidos na comunidade Beira do Rio, por exemplo, aponta para um baixo grau de desenvolvimento e desarticulação entre os moradores, ou para práticas pontuais onde eles são fracamente percebidos, tal como a tentativa de se organizar a comunidade do Igarapé Combu.

Em relação à comunidade do Igarapé Combu, o padrão das habitações, a renda, o intercâmbio entre famílias local e a cidade, bem como equipamentos e eletrodomésticos presentes entre uma considerável parcela de seus moradores apontam para um maior desenvolvimento social na comunidade, em detrimento das comunidades Beira do Rio, Piriquitaquara e Furo do Benedito. Mas nem sempre a forma de uso e o padrão das habitações são suficientes para verificar a eficácia do viver comunitário ou demonstrar a natureza sócio-cultural das populações analisadas.

Considerando que essas populações estão em contínuas mudanças dada sua integração à sociedade envolvente, importa que a participação das mesmas nos processos e tomadas de decisão sejam consideradas e reconhecidas, para que todos tenham direitos iguais, seja em educação, saúde ou segurança, esta última uma reivindicação de todos os moradores da ilha.

Quanto às atividades extrativistas, no período da entressafra do açaí tal como a coleta do cacau, extração do palmito e a pesca de peixe e camarão, entende-se que devem ser integradas ao sistema de valores dos ribeirinhos extrativistas.

Quanto às dimensões territoriais, apresenta uma dinâmica ocupacional "nova" em virtude do processo de ocupação que se dá sob forma de distribuição das terras pelas famílias e

não exclusivamente pelo avanço na faixa territorial. Diferentemente do que é demonstrado na pesquisa de Anthony Anderson, no início dos anos 1990, existem atualmente cerca de 11 habitantes/km², considerando a população atual, cuja dinâmica econômica, ainda se dá em virtude basicamente da forma de relacionamento do local com o mercado externo, principalmente, da comercialização do açaí com o mercado internacional, mesmo que de forma indireta.

Nas entrevistas feitas com os agricultores foi exposta a importância da atividade extrativista como uma das únicas atividades com retorno semanal freqüente e seguro. Mas é importante ressaltar que a maioria dos moradores tem em mente a busca da preservação, sobretudo dos açaizais e tentam recuperar o que já foi desperdiçado, desse modo é necessária a criação de políticas que dêem continuidade a esses aspectos.

A adoção de novos padrões de consumo aponta para novos padrões de sobrevivência. São padrões que vêm se solidificando principalmente através das gerações mais jovens, que tem contato diário com a cidade, embora os mais velhos acompanhem esse novo estilo de vida.

As alterações na vida social dos ribeirinhos implicam maior quantidade de trabalho e energia necessários para reproduzir o sistema metabólico e, portanto, maior intensificação no uso da terra. Isto se percebe nos hábitos alimentares, no uso de equipamentos tecnológicos, no lazer, em casa ou mesmo no trabalho. Desse modo, apenas o açaí não é suficiente para manter a estabilidade socioeconômica, o que requer novas formas de potencializar o uso da terra, além de que, uma dependência maior na alimentação, em relação aos produtos industrializados, pode significar também um impacto na renda bruta da população. Atualmente o maior impacto na renda desses ribeirinhos está relacionado ao consumo de água e energia elétrica, pois é elevado o gasto com óleo diesel, lubrificante e baterias para o funcionamento dos geradores, como demonstrado na Tabela 11.

O gás de cozinha encontrado em todas as casas visitadas é utilizado para pequenas e rápidas refeições, sendo o fogão de lenha mais utilizado nas comunidades Beira do Rio, Piriquitaquara e Furo do Benedito. Isso demonstra que o uso do gás de cozinha não gera grandes impactos no orçamento familiar.

Em relação à educação algumas ações poderiam potencializar melhor qualidade no ensino. Praticamente todas as crianças dentre as famílias entrevistadas freqüentam a escola. Contudo, para os jovens que precisam cursar o ensino médio o estímulo é menor, visto não haver escolas para esse nível de ensino no local. Os alunos têm que atravessar para Belém diariamente e entre aqueles que não possuem embarcação precisam se deslocar para pontos

estratégicos da ilha à espera de carona. Com isso, diminui a vontade para continuar, levando alguns jovens preferirem ajudar os pais no trabalho.

Devido ao tempo não foi possível verificar metodologias educacionais desenvolvidas nas duas escolas da ilha e em Belém no sentido de potencializar a identidade ribeirinha, e seu modo de vida, bem com a valorização destes como cidadãos participantes do processo produtivo e desenvolvimento humano. Mas ao menos aparentemente, nota-se um descuidar nesse aspecto quando se percebe que os pais das comunidades, principalmente Beira do Rio e Igarapé Combu, preferem matricular seus filhos em escolas de Belém. Obviamente que a estrutura das escolas em Belém é melhor se comparada ao problema enfrentado com os mosquitos durante os primeiros seis meses do ano na ilha.

Em Piriquitaquara é notável o número de jovens que não dão continuidade aos estudos ao chegarem ao ensino médio, o que indica principalmente falta de incentivo, seja das instituições ou da própria família. Para algumas crianças que estudam na ilha chegar ao ensino médio pode ser desafio maior, visto terem que estudar obrigatoriamente em Belém e o transporte é dificultoso.

Ainda que não conste entre os objetivos do trabalho fazer avaliação a respeito do turismo na ilha do Combu, todavia, essa é uma prática desenvolvida na ilha, há alguns anos, e recentemente famílias têm adquirido residência no local tendo em vista esse aspecto. Portanto, necessita-se analisar de que maneira a atividade turística é praticada na ilha do Combu e em seu entorno, pois não há dúvida que a beleza cênica do lugar, especialmente ao longo do Furo do Benedito, é de uma possibilidade promissora. Entretanto, algumas medidas fazem-se necessárias. Dentre elas, estar incluído em políticas públicas, planejamento específico ao local, visando infra-estrutura adequada à atividade, já seriam medidas potencializadoras ao desenvolvimento das populações envolvidas.

Algumas ações são percebidas tão somente na sublocalidade do Igarapé Combu, contudo são ações pontuais desenvolvidas por famílias do local, que não envolvem a comunidade como um todo. Daí a necessidade em investimentos em educação entre os jovens, visando, sobretudo a valorização da cultura ribeirinha pelos agentes proponentes, no caso o poder público, para que a simbologia do lugar tenha significado para a população local e esta seja capaz de gerar demandas e propostas.

Quanto à mudança que se vislumbra em relação à posse de terra é preciso considerar a atuação do PAE. Pode não ser um programa completo e que dê garantias de sucesso às populações inclusas neste segmento, mas apresenta-se como uma alternativa positiva podendo ser adaptada às necessidades emergentes no decorrer das práticas internas ao local, sendo o

mais importante considerar aspectos específicos de regiões do Brasil e de modo especial da Amazônia. Entretanto, o sucesso ou não do programa, caso seja implantado, na ilha do Combu, irá depender do estoque de capital social que se faz presente nas relações internas entre as comunidades e destas com as instituições envolvidas no programa e das próprias instituições entre si.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **O capital social dos territórios**: repensando o desenvolvimento rural. 2000. Disponível em: <<http://gipaf.cnptia.embrapa.br/itens/publ/abramovay0300.rtf>>. Acesso em: 24 jan. 2006.

ACEVEDO, R.; CASTRO, E.. **No caminho das pedras de Abacatal**: experiência social de grupos negros no Pará. 2. ed. Belém: NAEA/UFPA, 2004.

_____. Mobilização política das comunidades negras rurais. Domínio de um conhecimento praxiológico. **Cadernos do NAEA**, Belém, v. 2, n. 02, p. 73-106, dez. 1999.

_____. **Negros do Trombetas**: guardiães de matas e rios. Belém: NAEA/UFPA, 1998. 278 p.

ADAMS, C; MURRIETA, R. S.; SANCHES, R. A. **Agricultura e alimentação em populações ribeirinhas das várzeas do Amazonas**: novas perspectivas. Disponível em: <http://www.anppas.org.br/gt/agricultura_meio_ambiente/Cristina%20Adams.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2006.

ALDEN, D. **O significado da produção do cacau na Região Amazônica no fim do período colonial**: um ensaio da história econômica comparada. Coleção NAEA/Fipam, 1974.

ALMEIDA, A. W. B. Identidades, territórios e movimentos sociais na Pan-Amazônia. In: ACEVEDO MARIN; ALMEIDA, A. W. B. (orgs). **Populações tradicionais e questões de terra na Pan-Amazônia**. Belém: UNAMAZ, 2006. p 60-70

AMMANN, S. B. **Ideologia do desenvolvimento comunitário no Brasil**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

ANDERSON, A; GELY, A; STRUDWICK, J; SOBEL, G; PINTO, M. Um sistema agroflorestal na várzea do estuário amazônico (Ilha das Onças, município de Barcarena, estado do Pará). **Acta Amazônica**. Suplemento. vol. 15(1-2). Belém: Museu Emílio Goeldi, 1985. p. 195-224.

ANDERSON, A. Extration and Forest management by rural inhabitants in the Amazon Estuary. (org.). **Alternativos de deforestation**: steps toward sustainable use of Amazon rain forest. New York: Columbia University Press, 1988. p. 65-85.

_____. Usos tradicionais da terra como base para o desenvolvimento sustentável no estuário amazônico. **Programa Estuário**, Relatório Final para a Fundação Ford. v. 1 e 2. Museu Paraense Emílio Goeldi, Departamento de Ecologia. Belém-PA, 1991.

ANUÁRIO Estatístico do Município de Belém. 1999.

AUGÉ, M. **Não-Lugares**; Introdução a uma Antropologia da Supermodernidade. Campinas: Papirus, 1994. (col. Travessia do Século)

BECKER, B. K. Para pensar o desenvolvimento sustentável. In: **A Amazônia pós Eco-92**. Brasília: Brasiliense, 1993.

BENATTI, J. H. Aspectos jurídicos e fundiários da utilização social, econômica e ambiental da várzea. **Boletim Rede Amazônia**, NAEA/UFPA- Rio de Janeiro/Belém, ano 3. n. 1, p. 107-118, 2004.

BERGER, P. L. A realidade da vida cotidiana. In: BERGER, P. L.; LUCKMAM, T. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. Petrópolis: Vozes, 1973. p. 35-46. (Antropologia 5)

BEZERRA NETO, J. M. **Escravidão negra no Pará**: sécs. XVII-XIX. Belém: Editora Paka-Tatu, 2001. 137 p.

_____. Histórias urbanas de liberdade: escravos em fuga na cidade de Belém, 1860-1888. **Revista Afro-Ásia**, v. 28, p. 221-250, 2002.

BLAU, P. M. e SCOTT, S. R. Organizações formais: uma abordagem comparativa 1. ed. São Paulo: Atlas, 1970.

BONNEWITZ, P. **Primeiras lições sobre a sociologia**. De P. Bourdieu. Petrópolis-RJ: Vozes, 2003.

BORDA, O. F. Aspectos teóricos da pesquisa participante: considerações sobre o significado e o papel da ciência na participação popular. In: BRANDÃO, C. R. (Org.). **Pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1981. p. 42-62.

BOURDIEU, P. O Poder Simbólico. Cap. VII – **A representação Política. Elementos para uma teoria do campo político**. Rio de Janeiro, Difel, 1989, p. 163-202.

BOURDIN, A. Mundialização e Localidade. Cap. II e As novas figuras da localidades. Cap. III. In: BOURDIN, Alain. **A questão local**. Trad. Orlando Reis. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. p. 60-92.

BRANDÃO, C. R. Cenários e momentos da vida camponesa: três dias de caderno de campo em uma pesquisa no Pretos de Baixo do Bairro dos Pretos, em Joanópolis, São Paulo. In: DE NIEMEYER, A. M.; DE GODOI, E. P. (Orgs.). **Além dos territórios**: para um diálogo entre a etnologia indígena, os estudos rurais e os estudos urbanos. Campinas: Mercado de Letras, 1998. p. 133-166.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria do Patrimônio da União. Gerência Regional do Patrimônio da União no Pará. Divisão de Gestão Patrimonial-DIGEP. Ofício N° 163/2006-PG – ITERPA. **Dominialidade sobre ilhas no Estado do Pará**. DIGEP/GRPU-PA, 11p, 15 mar. 2006

CANO, W. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. São Paulo: T.T. Queiroz, 1981.

CARLOS, A. F. A. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: Hucitec, 1996.

CASTELLS, M. O Poder da Identidade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999. v. 2.

CLAVAL, Paul. **Geografia do homem**: cultura, economia, sociedade. Coimbra: Livraria Almedina, 1987.

_____. O território na transição da Pós-Modernidade. **Revista GEOgraphia**. Rio de Janeiro, ano 1, n. 2, p. 7-25, 1999.

CORRÊA, R. L. O mito da desterritorialização (Prefácio). In: HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. 400p.

DIEGUES, A. C.; ARRUDA, R. **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. São Paulo: USP: Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2001.

_____. **Ilhas e mares, simbolismo e imaginário**. São Paulo: Hucitec, 1998.

_____. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: NUPAUB. Universidade de São Paulo, 1994.

DUTRA, M. J. S. **A Amazônia na Tv: produção de sentido e o discurso da Ecologia**. INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da ComunicaçãoXXIV Congresso Brasileiro da Comunicação – Campo Grande /MS – setembro 2001

_____. O mito do paraíso desabitado: as áreas naturais protegidas. In: FERREIRA, L. C.; VIOLA, E. (orgs.). **Incertezas de sustentabilidade na globalização**. Campinas: Unicamp, 1996.

FERNANDES, Florestan. **Mudanças sociais no Brasil**. São Paulo: Difel, 1979 (Col. Corpo e Alma do Brasil)

FERREIRA, A. D. D. Processos e sentidos sociais do rural na contemporaneidade: indagações sobre algumas especificidades brasileira. **Revista Estudo, Sociedade e Agricultura**, São Paulo, n. 18, p. 28-46, abr. 2002.

FERREIRA, V. R. M. **A perspectiva psíquica da relação homem-trabalho na era da teleinformação**. Disponível em: <<http://www.pesquisapsi.com/holo71>>. Acesso em: 31 mar. 2005.

FISCHER-KOWALSKI, M. Material Flow Accounting (MFA). Information package. Viena. Instituto de Estudos Interdisciplinares das Universidades Austríacas Departamento de Ecologia Social da Universidade de Viena, 1999. 31, p.

FORLINE, L.; FURTADO, L. Novas Reflexões Para o Estudo das Populações Tradicionais na Amazônia: Por uma revisão de conceitos e agendas estratégicas. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi: globalização, mercado & estratégias de desenvolvimento na Amazônia: novas perspectivas**, Belém, v. 18, n. 2, p. 209-227, dez. 2002. Série Antropologia

FRAGOSO, J. L. A economia brasileira no século XIX: mais do que uma Plantation Escravista-Exportadora. In: LINHARES, M. Y. (org.) 1996. **História Geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Campus. p. 145-197.

FREIRE, Jaqueline. **Juventude ribeirinha: identidade e cotidiano**. 2002. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2002.

GIDDENS, Anthony. **A modernidade sob um signo negativo**: questões ecológicas e política de vida. Para além da esquerda e da direita: o futuro da política radical. São Paulo: UNESP, 1996. p. 225- 258.

GODOI, E. P. de. O sistema do lugar: história, território e memória no sertão. In: DE NIEMEYER, A. M.; GODOI, E. P. de (Orgs.). **Além dos territórios**: para um diálogo entre a etnologia indígena, os estudos rurais e os estudos urbanos. Campinas: Mercado de Letras, 1998. p. 97-131.

HAESBAERT, R. **Territórios alternativos**. São Paulo: Contexto, 2002. 173p.

_____. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. 400p.

HARVEY, D. **População, recursos e a ideologia da ciência**. São Paulo: AGB, 1981

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico**. Setores censitários, 2000. 1 CD-ROM.

JARDIM, M.A.G. Aspectos da biologia reprodutiva de uma população natural de açazeiro (*Euterpe oleracea* Mart.) no estuário amazônico. Dissertação de mestrado. Piracicaba. São Paulo/Brasil, 1991.

JARDIM, M.A.G. **Morfologia e ecologia do açazeiro (*Euterpe oleracea* Mart.) e das etnovarietades espada e branco em ambientes de várzea do estuário amazônico**. 2000. Tese (doutorado). Universidade Federal do Pará: Museu Paraense Emílio Goeldi: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária: Belém/PA.

KOHLHEPP, G. Desenvolvimento sustentável na Amazônia? Dúvidas na consolidação do Programa Piloto, as recentes estratégias e a realidade amazônica. In: COY, M.; KOHLHEPP, G. (orgs). **Amazônia sustentável**: desenvolvimento sustentável entre políticas públicas, estratégias inovadoras e experiências locais. Rio de Janeiro: Garamond; Tübingen, Alemanha: Geographischen Instituts der Universität Tübingen, 2005. p. 75-95.

LA BLACHE, P. V. de. **Princípios de Geografia Humana**. 2. ed. Lisboa: Cosmos, 1954.

LEROY, Jean-Pierre. Da comunidade local às dinâmicas microrregionais na busca do desenvolvimento sustentável. In: BECKER, B.; MIRANDA, M. (orgs). **A Geografia Política do Desenvolvimento Sustentável**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997. p. 251- 271.

LIMA, R. R.; TOURINHO, M. M. **Várzeas do rio Pará**: principais características e possibilidades agropecuárias. Belém: FCAP. Serviço de Documentação e Informação, 1996. 149 p.

LIMA, R. R.; TOURINHO, M. M.; COSTA, J. P. C. **Várzeas flúvio-marinhas da Amazônia brasileira**: características e possibilidades agropecuárias. 2. ed. Belém: FCAP. Serviço de Documentação e Informação, 2001. 342 p.

LIMA, D. A construção histórica do termo caboclo: Sobre estruturas e representações sociais no meio rural amazônico. **Novos Cadernos NAEA**. Belém, v. 2, n. 2, p. 5-32, dez. 1999.

_____. Ribeirinhos, pescadores e a construção da sustentabilidade nas várzeas dos rios Amazonas e Solimões. **Boletim Rede Amazônia**, NAEA/UFPA- Rio de Janeiro/Belém, ano 3. n. 1, p. 57-66, 2004.

LIMA, D.; POZZOBON, J. Amazônia Socioambiental-Susyentabilidade Ecológica e Diversidade Social. In: VIEIRA, I.; SILVA, J. M.C.; OREN, D.; D'INCAO, M. A. (orgs). **Diversidade biológica e cultural da Amazônia**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2001. p. 195-251.

MATHIS, A. Instrumentos para o desenvolvimento sustentável regional. **Adcontar**: revista do Centro de Estudos Administrativos e Contábeis da Unama. Belém, v. 2 n. 2, p. 19-30, 2001.

MARX, Karl, ENGELS, Frederick. **A ideologia alemã (Feuerbach)**. 8ª ed. São Paulo: Hucitec, 1991.

MARTINE. G. Desafios do crescimento ambiental. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E zero: o novo regime demográfico e sustentabilidade PESQUISA EM AMBIENTE E SOCIEDADE, 3. Brasília. **Anais...** 23 a 26 de maio de 2006. Brasília. DF.

MEGGERS, B. J. **Amazônia**: a ilusão de um paraíso. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1987.

MELLO, J. M. C. de. **O Capitalismo tardio**: uma contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MILANI, C. **Teorias do Capital Social e Desenvolvimento Local**: lições a partir da experiência de Pintadas (Bahia, Brasil). 2005. Disponível em: <http://www.adm.ufba.br/apesqnepol_capital.htm>. Acesso em: 31 mar. 2005.

MORAES, A. C. R. Introdução. In: **Ratzel**: geografia. São Paulo: Ática, 1990.

MORÁN, E. F. **A ecologia humana das populações da Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1990.

MOREIRA, E. Os igapós e seu aproveitamento. **Cadernos do NAEA**, Belém, n. 2, NAEA/UFPA, 1976.

MOREIRA, R. Sociabilidade e espaço: as formas de organização geográfica das sociedades na era da Terceira Revolução Industrial – um estudo de tendências. **Agrária**, São Paulo, n. 2, p. 93-108, 2005. Disponível em: <[www. Geografia.Fflch.Usp.br/revistaagraria/revistas/2/moreira_r. pdf](http://www.Geografia.Fflch.Usp.br/revistaagraria/revistas/2/moreira_r.pdf)>. Acesso em: 26 jan. 2007.

NASCIMENTO, Maria Jucirene. *Mercado e comercialização de frutos de açaí*. Relatório de pesquisa. TOMO 3. CFCH/UFPA. World Wild life found-WWF. Belém/PA, 1992.

NUGENT, S. **Amazonian caboclo society**: an essay on invisibility and peasant economy. Estados Unidos Ed. Berg, 1993. p. 246-255.

OLIVEIRA, V. M. de. Trabalho Social em Comunidade - Experiência desafiadora para o Serviço Social. **Revista Polêmica: Com o olhar no futuro do Serviço Social**, Belém/PA-UNAMA, n. 3, maio de 2001.

OLIVEIRA, R. C. de. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. **Revista de Antropologia**, Campinas, v. 39; n. 01, p. 11-37, São Paulo: Unicamp, 1996.

OLIVEIRA FILHO, J. P. de. O caboclo e o brabo: notas sobre duas modalidades de força-de-trabalho na expansão da fronteira amazônica no século XIX. **Encontros com a civilização brasileira**. Rio de Janeiro, n. 11, p. 101-140, 1979.

POSEY, D. Exploração da biodiversidade e do conhecimento indígena na América Latina: desafios e soberania e a velha ordem. In: CAVALCANTI, C. (org) **Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

PUTNAM, R. **Comunidade e democracia**. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas. 1996.

RATTNER, H. **Abordagem sistêmica, interdisciplinaridade e desenvolvimento sustentável**: nota sobre o pensamento sistêmico [2006]. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br>>. Acesso em 20 set. 2006.

REDCLIFT, M. R. Os Novos Discursos de Sustentabilidade. In: FERNANDES, M. e GUERRA, L. (Orgs.). **Contra-discurso do desenvolvimento sustentável**. Belém: Associação de Universidades Amazônicas, 2003. p. 47-74.

RIBEIRO, K. T. S. **Qualidade da água e saúde humana em áreas de influência de duas bacias hidrográficas em Belém-Pará**. 2002. Tese (Doutorado em Desenvolvimento sustentável do Trópico Úmido) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2002.

RIPPER, A. **Identidade e vontade**: o rio na produção de subjetividade. Disponível em: <<http://www.pesquisapsi.com/holo71>>. Acesso em: 31 mar. 2005.

RODRIGUES, E. Teles. **Populações tradicionais e (in)sustentabilidade**: Um estudo de caso sobre ambiente e comunidade da Ilha do Combu-PA. 2003, 57p. Monografia (Especialização em Desenvolvimento de Áreas amazônicas) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2003.

SACHS, I. O Estado e os Parceiros Sociais: negociando um pacto de desenvolvimento. In: PEREIRA/WILHEIM/SOLA. **Sociedade e estado em transformação**. São Paulo: UNESP, 1999. p. 197-217.

SANTOS, M. **O trabalho do geógrafo no Terceiro Mundo**. São Paulo: Hucitec, 1978.

_____. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

_____. Circuitos espaciais da produção: um comentário. In: SOUZA, M. A.; SANTOS, M. A **construção do espaço**. São Paulo: Nobel, 1986.

_____. Por uma geografia nova: da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **A natureza do espaço**: espaço e tempo: razão e emoção. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e meio técnico-científico informacional**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

SECRETARIA MUNICIPAL DE COORDENAÇÃO GERAL DO PLANEJAMENTO E GESTÃO. **Diagnóstico da agricultura familiar das Ilhas do município de Belém** – Versão preliminar, 2001.

_____. **Anuário Estatístico do município de Belém**. 1999.

SEN, Amartya K. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, M. T. R. & ARNS, P. C. **Desenvolvimento Comunitário: Alguns sonhos e reflexões num pensamento imperfeito sobre o DC no Projeto BNDES/PNUD**. Junho 2001. Disponível em: < <http://www.Professorcezar.adm.br>>. Acesso em: 25 jan. 2005.

SILVA, O. S. **Índios e caboclos** – Estudo da obra de Eduardo Galvão. 1996. Tese (Doutorado em Antropologia) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1996.

SIMONIAN, L. T. Pesquisa em ciências humanas e desenvolvimento entre as populações tradicionais amazônicas. Seminário Populações tradicionais e desenvolvimento/**Anais**, Belém, MPEG, 2004/no prelo. (Org. Lourdes Furtado)

_____. Devastação e sustentabilidade dos açazais do Rio Maracá/AP. In: **Açaí: possibilidades e limites em processos de desenvolvimento sustentável no estuário amazônico**. Belém: NAEA/UFPA, 1999.

_____. **Mulheres da Amazônia brasileira: entre o trabalho e a cultura**. Belém: NAEA/UFPA, 2001. p. 33-68.

SORRE, M. **Geografia**. São Paulo: Hucitec, 1991. (Coleção Grandes Cientistas Sociais)

SOUZA, M. L. de. **Desenvolvimento de comunidade e participação**. São Paulo: Cortez, 2000.

TAMAMES, R. **Crítica dos limites do crescimento: ecologia e desenvolvimento**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1983. p. 35-48 (Coleção Universidade Moderna)

TEIXEIRA, E. **Travessias redes e nós: Complexidade do Cuidar Cotidiano de Saúde entre Ribeirinhos**. 1999. 296f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, ano 1999.

TRINDADE JR, S. C.; ROCHA, G. M. **Cidade e empresa na Amazônia: gestão do território e desenvolvimento local**. Belém: Paka-Tatu, 2002. p. 13-23.

VARGAS, H. C. População e meio ambiente na entrada do terceiro milênio: em busca de uma nova ética. In: **Encontro Nacional de Estudos Populacionais da Abep**, 11. 1998. Disponível em: < <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/PDF/1998/a249.pdf>>. Acesso em: dezembro, 2005.

WAGLEY, Charles. **Uma comunidade Amazônica**: estudo do homem nos trópicos. 3 ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1988. (Coleção Reconquista do Brasil)

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**. v. 1. 5. ed. Brasília: UNB, 1991.

WOORTMANN, E. F. Família, mulher e meio ambiente no seringal. In: DE NIEMEYER, A. M.; DE GODOI, E. P. (orgs.). **Além dos territórios**: para um diálogo entre a etnologia indígena, os estudos rurais e os estudos urbanos. Campinas: Mercado de Letras, 1998. p. 166-200.